



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 180 – TERÇA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Shessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3) LÍDER Tião Viana - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino-PT Ana Júlia Carepa-PT Flávio Arns-PT Ideli Salvatti-PT LÍDER - PL Magno Malta VICE-LÍDER - PL Aelton Freitas LÍDER – PSB - 3 Antonio Carlos Valadares VICE-LÍDER – PSB Geraldo Mesquita Júnior Líder – PTB - 3 Fernando Bezerra LIDERANÇA DO PMDB - 22 LÍDER Renan Calheiros Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL -17 / PSDB - 11 LÍDER Efraim Morais - PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati-PSDB Césas Borges-PFL Eduardo Azeredo-PSDB Rodolpho Tourinho-PFL LÍDER – PFL José Agripino Vice-Líderes – PFL Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro LÍDER – PSDB Arthur Virgílio Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres Vice-Líder Almeida Lima LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloísio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra-PTB Patrícia Saboya Gomes-PPS Hélio Costa-PMDB Marcelo Crivella-PL
EXPEDIENTE		
Agaciol da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 154^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE NOVEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 218, de 2003 (nº 573/2003, na origem), de 29 de outubro último, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Marcos Caramuru de Paiva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia. 34778

1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 255/2003, de 23 de outubro passado, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 747, de 2003, do Senador Marcelo Crivella. 34778

Nº 258/2003, de 23 de outubro passado, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 727, de 2003, do Senador Pedro Simon. 34778

Nº 260/2003, de 23 de outubro passado, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 755, de 2003, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle. 34778

Nº 264/2003, de 24 de outubro passado, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 740, de 2003, do Senador José Jorge. 34778

Nº 395/2003, de 24 de outubro passado, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 409, de 2003, do Senador Valdir Raupp. 34778

Nº 396/2003, de 24 de outubro passado, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando parcialmente as informações em resposta ao Requerimento nº 772, de 2003, do Senador Romero Jucá, e esclarecendo que o assunto referente à Distribuição de Serviços ao Cidadão serão remetidos ao Senado tão logo estejam disponíveis. 34778

Nº 1.143/2003, de 23 de outubro passado, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 775, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. 34778

Nº 1.144/2003, de 23 de outubro passado, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta aos Requerimentos nºs 672, 759 e 773, de 2003, todos do Senador Arthur Virgílio. 34778

Nº 1.572/2003, de 28 de outubro passado, do Ministro da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 673, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. 34779

1.2.3 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 40/2003, de 23 de outubro passado, do Ministro de Relações Exteriores, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 669, de 2003, da Senadora Ana Júlia Carepa. 34779

Nº 180/2003, de 22 de outubro passado, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 789, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. 34779

Nº 926/2003, de 23 de outubro passado, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 623, de 2003, do Senador Hélio Costa. 34779

1.2.4 – Ofício

Nº 479/2003, de 30 do corrente, do Senador Papaléo Paes, informando que recebeu comunicado do Líder do PMDB, de indicação do seu nome como Vice-Líder do Partido. 34779

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR PAPALÉO PAES – Importância de se pôr em funcionamento o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). 34779

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Análise das deficiências do sistema tributário nacional, a propósito da discussão da reforma tributária. 34781

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Crítica à publicação de medida provisória, na última sexta-feira, que aumenta a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.....	34786	1.2.8 – Ofício do Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz	
SENADOR MARCO MACIEL – A questão da igualdade no federalismo brasileiro.....	34787	Nº 641/2003, de 29 de outubro último, solicitando a prorrogação do referido prazo para o dia 1º de dezembro próximo, para indicação do referido diploma.....	34800
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Comentários a estudo do Banco Mundial a respeito do excesso de burocracia oficial em países do Terceiro Mundo...	34790	1.3 – ORDEM DO DIA	
O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Comunicação de que as sessões às segundas e sextas-feiras não serão deliberativas.....	34791	Item 1	
SENADOR PEDRO SIMON – Parabeniza as decisões tomada pelo Presidente José para o bom andamento dos trabalhos da Casa.....	34791	Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que dá nova redação ao § 3º do art. 176 da Constituição Federal e ao art. 44 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (dispõe sobre o prazo para as autorizações e concessões relativas à pesquisa de recursos e jazidas minerais). Não Houve oradores , na primeira sessão de discussão, em primeiro turno, a matéria figurará na Ordem do Dia do próximo dia 10 do corrente.....	34800
SENADORA HELOÍSA HELENA – Saúda a decisão da Justiça que concedeu habeas corpus a Diolinda, José Rainha e outros dirigentes do MST. .	34793	Item 2	
SENADOR JOÃO RIBEIRO – Instalação de uma indústria de cimento do Grupo Votorantim no Estado do Tocantins. Ferrovia Norte/Sul....	34795	Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2001, tendo com primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que altera a redação do art. 102, inciso I, alínea h, e acrescenta inciso XII ao art. 109 da Constituição Federal, permitindo ao Supremo Tribunal Federal delegar aos Juízos Federais de 1ª instância a homologação de sentença estrangeira relativa a separação judicial e divórcio. Não houve oradores , na primeira sessão de discussão, em primeiro turno, a matéria figurará na Ordem do Dia do próximo dia 10 do corrente.....	34801
SENADOR SIBÁ MACHADO – Considerações sobre a reforma da Previdência.....	34795	1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia	
1.2.6 – Leitura de projetos		SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Ação policial no Projeto de Assentamento Liberdade, em Mato Grosso. Ação do Ministério Público e da Polícia Federal na chamada “Operação Anaconda”. Comentários sobre concurso público de juiz realizado em Mato Grosso.	34801
Projeto de Lei do Senado nº 449, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para indicar como crime precedente o tráfico de criança, adolescente e mulher..	34797	SENADOR JOSÉ AGRIPIINO, como Líder – Opinião do PFL a respeito da Medida Provisória nº 135, de 2003.	34807
Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2003, de autoria do Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo à Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973, para facultar a adoção dos procedimentos nela previstos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, durante o prazo mencionado.....	34798	SENADOR OSMAR DIAS – Intenção do PDT em discutir a Medida Provisória nº 135, de 2003. Iniciativa da Comissão de Educação na contribuição para o aprimoramento da reforma tributária.	34808
1.2.7 – Leitura de requerimentos		SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Comentários sobre a Medida Provisória nº 135, de 2003.	34811
Nº 1.047, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando o sobrerestamento do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei nº 6815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro, em face da nova Lei de Estrangeiros que dará tratamento amplo ao tema, sendo, portanto, mais abrangente que o objetivo da matéria aqui mencionada.	34799	SENADOR JOSÉ AGRIPIINO – Esclarecimentos ao pronunciamento do Sr. Aloizio Mercadante.....	34815
Nº 1.048, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a inserção nos Anais do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Gean Oliveira de Araújo, filho do chefe do Departamento de Limpeza Pública do município de Manaus/AM.....	34800	SENADOR PEDRO SIMON – Decisão do Superior Tribunal de Justiça a respeito da devolução pelos bancos de valores cobrados indevidamente. Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África... ..	34815

SENADOR CÉSAR BORGES – Comentários a reportagem do jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de ontem, a respeito da falta de recursos do Governo Federal para a conclusão de obras.	34821	1.3.3 – Comunicação da Presidência
SENADOR PAULO PAIM – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África.....	34822	Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 34839
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Aumento da carga tributária.	34823	1.4 – ENCERRAMENTO
SENADOR MÃO SANTA – Ensinamentos do ex-Senador Petrônio Portella.	34824	2 – PARECER
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Situação dos municípios brasileiros.	34825	Nº 100, de 2003-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 85, de 2003-CN (nº 2.196-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.252, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Decisão que o fundamentam, sobre o levantamento de auditoria em obra de construção da BR-470/RS, subtrecho divisa SC/RS – extensão de 39Km (lote 1 – contrato PD-10.017/2001) e subtrecho entroncamento RS/477 (Pontão) – BR/285 (Lagoa Vermelha), extensão de 39 Km (lote 2 – contrato PD 10.018/2001) (TC nº 009.412/2003-9)..... 34841
1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação		3 – ATOS DO PRESIDENTE
SENADOR ROMERO JUCÁ – Desempenho da Zona Franca de Manaus.	34826	Nºs 167 e 168, de 2003. 34848
SENADOR ALVARO DIAS – Comentários às matérias: “Ocupações no governo Lula crescem 75%” e “CPT: violência no campo dobrou”, publicadas nos jornais <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i> , respectivamente.....	34827	4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentários à matéria “Marta aumenta gastos com publicidade em 70%”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	34830	Nº 118, de 2003. 34853
SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Comentários à matéria “Área econômica resiste à mudança, ataca Stédile”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 23 de setembro do corrente.	34830	5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários aos resultados divulgados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano, trabalho elaborado em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro.	34832	Nºs 5.094 a 6.007, de 2003. 34854
SENADOR VALMIR AMARAL – Importância da elucidação dos episódios que envolveram a Guerrilha do Araguaia.	34833	SENADO FEDERAL
SENADOR LUIZ OTÁVIO – Reflexões sobre o uso e a conservação da água doce no Brasil.	34834	6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA
SENADOR VALDIR RAUPP – Dificuldades de operacionalização no sistema de crédito rural no Brasil.....	34836	7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários ao artigo intitulado “Sobre décadas e heranças”, de autoria do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de ontem.	34837	8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
		9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
		10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
		11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
		CONGRESSO NACIONAL
		12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
		13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
		14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
		15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 154ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 3 de novembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos,
Romeu Tuma e Papaléo Paes*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES

Alberto Silva – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias –
Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio
Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur
Virgílio – César Borges – Delcidio Amaral – Duciomar
Costa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos –
Eurípedes Camargo – Fernando Bezerra – Garibaldi
Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Cama-
ta – Gilberto Mestrinho – Heloísa Helena – João Alberto
Souza – João Capiberibe – João Ribeiro – Jorge Bornhauser
– José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Leomar Quintanilha – Luiz Otávio
– Mão Santa – Marco Maciel – Maria do Carmo Alves –
Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia
Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro
Simon – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Ro-
mero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio
Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá
Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

Sobre a mesa, Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 218, de 2003 (nº 573/2003, na origem), de 29 de outubro último, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Marcos Caramuru de Paiva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia.

A MATÉRIA VAI À COMISSÃO DE
RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 255/2003, de 23 de outubro passado, da Mi-
nistra de Minas e Energia, encaminhando as informa-
ções em resposta ao Requerimento nº 747, de 2003,
do Senador Marcelo Crivella.

Nº 258/2003, de 23 de outubro passado, da Mi-
nistra de Minas e Energia, encaminhando as informa-
ções em resposta ao Requerimento nº 727, de 2003,
do Senador Pedro Simon.

Nº 260/2003, de 23 de outubro passado, da Mi-
nistra de Minas e Energia, encaminhando as informa-
ções em resposta ao Requerimento nº 755, de 2003,
de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle.

Nº 264/2003, de 24 de outubro passado, da Mi-
nistra de Minas e Energia, encaminhando as informa-
ções em resposta ao Requerimento nº 740, de 2003,
do Senador José Jorge.

Nº 395/2003, de 24 de outubro passado, do Mi-
nistro da Fazenda, encaminhando as informações em
resposta ao Requerimento nº 409, de 2003, do Sena-
dor Valdir Raupp.

Nº 396/2003, de 24 de outubro passado, do Mi-
nistro de Estado da Fazenda, encaminhando parcial-
mente as informações em resposta ao Requerimento
nº 772, de 2003, do Senador Romero Jucá, e esclare-
cendo que o assunto referente à Distribuição de Ser-
viços ao Cidadão serão remetidos ao Senado tão
logo estejam disponíveis.

Nº 1.143/2003, de 23 de outubro passado, do
Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da Repú-
blica, encaminhando as informações em resposta ao
Requerimento nº 775, de 2003, do Senador Arthur
Virgílio.

Nº 1.144/2003, de 23 de outubro passado, do
Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da Repú-
blica, encaminhando as informações em resposta aos

Requerimentos nºs 672, 759 e 773, de 2003, todos do Senador Arthur Virgílio.

Nº 1.572/2003, de 28 de outubro passado, do Ministro da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 673, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

AS INFORMAÇÕES FORAM ENCAMINHADAS, EM CÓPIA, AOS REQUERENTES. OS REQUERIMENTOS VÃO AO ARQUIVO.

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 40/2003, de 23 de outubro passado, do Ministro de Relações Exteriores, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 669, de 2003, da Senadora Ana Júlia Carepa.

Nº 180/2003, de 22 de outubro passado, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 789, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 926/2003, de 23 de outubro passado, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 623, de 2003, do Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

Ofício nº 479/2003

Brasília, 30 de outubro de 2003

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, informo a Vossa Excelência que recebi, com grande satisfação, o comunicado do Líder do PMDB indicando o meu nome como Vice-Líder do Partido, nesta Casa.

Fazendo questão de externar a minha satisfação neste momento em que há divergência democrática não radicalizada, e por expressar a vontade da maioria dos eleitores do Estado do Amapá, estarei sempre disposto a contribuir com o Partido em tudo que for necessário visando à governabilidade no Brasil.

Senador Papaléo Paes

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos. Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao nobre 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável no momento em que V. Exª julgar mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª fica inscrito para a prorrogação da Hora do Expediente. Ser-lhe-á assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero inscrever-me para uma comunicação inadiável. Embora eu esteja inscrito para falar durante a Hora do Expediente, sei que será difícil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª fica inscrito para falar, em segundo lugar, logo após o Senador Paulo Paim, na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Também peço a V. Exª para ser inscrito para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Fica V. Exª inscrito, em terceiro lugar, na prorrogação da Hora do Expediente, para uma comunicação inadiável, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Papaléo Paes.

V. Exª dispõe de até vinte minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a fantástica biodiversidade brasileira apresenta amplas perspectivas de aproveitamento para o século XXI. Não é por acaso que assistimos ao crescimento da prática da biopirataria, em grande variedade de ações que atentam contra o nosso patrimônio genético.

É urgente a necessidade de combatermos a apropriação indevida e ilegal da biodiversidade brasileira, a contrapelo da indiscutível soberania nacional

sobre a mesma. Isso deve ser feito por meio do aperfeiçoamento da legislação, bem como por ações práticas de fiscalização, de repressão e de responsabilização penal.

Não podemos, entretanto, Sr. Presidente, restringir-nos a uma posição defensiva no que toca ao aproveitamento da biodiversidade. É hora de adotarmos uma posturaativa e propositiva; de começarmos a assumir uma liderança na pesquisa e na exploração sustentável da biodiversidade, que, por evidentes razões, nos cabe.

A criação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) representa, Sras e Srs. Senadores, um grande passo dado nessa direção, que permitirá o imprescindível salto de qualidade rumo à consolidação da biotecnologia brasileira e à viabilização do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), localizado no Distrito Industrial de Manaus, foi inaugurado em dezembro de 2002. A construção de sua sede foi viabilizada por recursos da ordem de R\$14,4 milhões, oriundos da Suframa, Superintendência da Zona Franca de Manaus, dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Meio Ambiente, com participação do Governo do Estado do Amazonas.

Seu objetivo, em termos mais amplos, é o de viabilizar o uso econômico sustentável da biodiversidade amazônica, com ênfase na geração e difusão de conhecimento. Para atingir tal fim, o CBA vai dedicar-se à pesquisa básica e aplicada: ao desenvolvimento de novas tecnologias; à coordenação de uma rede de laboratórios regionais e nacionais; à implementação de parques e pólos de bioindústria; ao apoio na criação ou capacitação de empresas de base tecnológica e à formação de recursos humanos. Prestará, ainda, serviços relevantes como o patenteamento e controle da propriedade industrial, a certificação de produtos, assim como a comercialização de produtos, serviços e tecnologias.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, o objetivo central para a instituição de desenvolver pesquisas na utilização de produtos naturais e em biotecnologia, áreas em que temos mostrado grande atraso em relação às atividades promovidas por laboratórios e empresas estrangeiras. De acordo com estatística divulgada pela **UnB Revista**, em 2001, dos quatro mil pedidos de patentes em biotecnologia formulados no Brasil entre 1995 e 1999, apenas 3% foram apresentados por pesquisadores nacionais! Essa situação dificilmente terá sofrido qualquer alteração significativa até os dias de hoje. Mas, com a entrada em atividade do Centro de Biotec-

nologia da Amazônia, estamos certos de que teremos, em alguns anos, um novo quadro.

As pesquisas do CBA serão direcionadas, entre outras aplicações práticas, para a produção de medicamentos, cosméticos, corantes e aromatizantes naturais, óleos essenciais, bioinseticidas, pesticidas e enzimas de interesse biotecnológico.

O complexo que vai desenvolver tais pesquisas compreende vários laboratórios: de pesquisas de produtos de origem vegetal; de pesquisas de produtos de origem animal; destinados à central analítica; de pesquisas com microorganismos; de apoio e treinamento laboratorial; e de produção de extratos. Compõem ainda a estrutura do Centro de Biotecnologia um complexo de descontaminação, lavagem e esterilização, uma incubadora de empresas de base tecnológica, um biotério, uma planta-piloto de processos industriais, um setor de apoio a empresas, um núcleo de informação e biblioteca, juntamente com um museu de produtos naturais.

A ação do Centro de Biotecnologia da Amazônia não ficará restrita, entretanto, às suas dependências em Manaus. Toda uma rede de instituições de pesquisa está sendo articulada, para um permanente intercâmbio de informações e desenvolvimento de atividades conjuntas, abrangendo, na Amazônia, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), a Fundação Centro de Análises, Pesquisas e Inovações (Fucapi), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) da Amazônia Ocidental e Amapá, a Fundação de Medicina Tropical de Manaus (Fmt), o Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Universidade Federal do Pará (Ufpa) e o Museu Emílio Goeldi, entre outras. Em nível nacional, participarão da rede a Embra- pa/Cenargen, o Instituto Butantan, a Fiocruz, o Instituto de Biotecnologia de Caxias do Sul, o Laboratório Nacional de Luz Sincrotron e um expressivo número de universidades, ao lado de outros centros de ensino e pesquisa.

A colaboração e a parceria é um dos fundamentos da concepção do Centro de Biotecnologia da Amazônia, estendendo-se também para convênios com empresas de grande porte, voltados para a pesquisa de produtos que as mesmas tenham interesse em comercializar.

Colaboração de grande alcance social se concretizará na contratação de membros de comunidades indígenas e de outras comunidades amazônicas para trabalhar na prospecção e, sobretudo, na coleta de frutos, seiva, raízes e cascas de árvore.

Se os atores do processo de implantação do CBA são muitos, cada qual com sua contribuição significativa, quero ressaltar o papel dos profissionais que participarão diretamente desse projeto, tão importante para a nossa Nação. Sabemos que a retribuição salarial e as condições de trabalho dos pesquisadores e demais profissionais das áreas científica e tecnológica não costumam ser das melhores do Brasil, o que é lamentável. Ao mesmo tempo em que julgo imprescindível sejam elas aprimoradas, não posso deixar de parabenizar os profissionais que persistem na opção de dedicar sua capacidade de trabalho ao nosso País, particularmente quando o fazem na Amazônia, tão distante das regiões mais desenvolvidas.

A implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia se encontra, no entanto, em momento de impasse e indefinição, que deve ser prontamente superado. Podemos resumir a questão na necessidade urgente de se definir um modelo de gestão para o centro – e de colocá-lo o quanto antes em funcionamento. O contrato de gestão com a organização social Bioamazônia venceu em julho de 2002, deixando um vazio que deve ser suprido pela ação conjunta dos Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT); do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). É incontestável que o Governo Federal deva assumir essa responsabilidade, traçando um desenho para a gestão do CBA que mobilize o fantástico potencial do empreendimento, capitalizando todas as condições favoráveis que se lhe dispõem, incluindo a participação dos Governos estaduais e demais parceiros.

Afinal, Sr. Presidente, não podemos perder a corrida do desenvolvimento biotecnológico, tão fundamental para a Amazônia e para o Brasil, por entraves burocráticos e falta de decisão política. Espero que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tenha a sensibilidade de priorizar, em prol do Brasil desenvolvido, a ciência e a tecnologia.

Concluo dizendo que se faz necessário desenhar o modelo de gestão para o Centro de Biotecnologia da Amazônia, completar seu processo de instalação, dotá-lo de verbas suficientes e fazê-lo funcionar, para cumprir sua relevante e inadiável missão esperada por todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à segunda oradora inscrita, a nobre Senadora Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Pará.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, público que nos assiste e que nos ouve. Falarei sobre tema bastante discutido: a reforma tributária.

No Brasil, o termo “reforma tributária” sempre suscitou a fantasia de que é possível modernizar o sistema, reduzir o número de impostos, equilibrar a Federação, diminuir a carga tributária e promover o ajuste fiscal, tudo isso de forma independente do maior ou menor dinamismo da economia brasileira.

A análise das tentativas de reforma realizadas na última década desfaz rapidamente essa ilusão. Ao darem prioridade ao aumento da carga tributária, em nome do ajuste fiscal, deixaram de lado a coerência do sistema, a boa técnica tributária, o equilíbrio federativo e a busca de progressividade na tributação.

A elevação de 8% do PIB ou quase 30% de crescimento da carga tributária nos Governos de FHC deveu-se, em ampla medida, à ampliação das contribuições sobre o faturamento, que, cobrada de forma cumulativa, ao longo da cadeia produtiva, onera pesadamente os consumidores finais e as exportações, além de prejudicar a produção interna em relação aos produtos importados não submetidos nos países de origem à tributação em cascata. Sr. Presidente, aqui, faço uma ressalva: o Governo editou medida provisória acabando com a cumulatividade da Cofins, o que, com certeza, será importantíssimo para a atividade produtiva do País.

Na segunda metade dos anos 90, a ampliação da receita de contribuições sociais não-partilhadas com os demais níveis de Governo permitiu à União neutralizar, em grande parte, a descentralização tributária, ordenada pela Constituição de 1988 e, ao mesmo tempo, exercer forte influência na substituição de projetos de reforma estrutural esboçados, no Congresso Nacional, por remendos tributários de circunstância.

Chegamos a 2003 com uma carga tributária total de 36%, comparável aos países do Primeiro Mundo, sem apresentar, entretanto, a mesma contrapartida de benefícios e serviços financiadas pela receita pública. A impossibilidade de definição coesa da Federação sobre níveis de distribuição de receitas e encargos de Governo dificulta a prática de políticas públicas que reflitam as prioridades dos cidadãos, contrapartida direta ou indireta do pagamento de impostos.

Essa situação desmobiliza a cidadania quanto ao cumprimento de suas obrigações tributárias e esgarça a tênue solidariedade social, já enfraquecida

pela desigualdade e fragmentação do quadro econômico e social do País.

Também não ajuda o equilíbrio federativo o desempenho da receita estadual da última década. O fortalecimento da base tributária do Estado resultou em enorme distorção do principal imposto estadual, o ICMS, que apresenta grande variação e diversificação de alíquotas, sendo também instrumento de guerra fiscal travada pelos Estados na disputa de novos investimentos.

A complexidade e a heterogeneidade do sistema tributário dificultam sua harmonização, condição necessária à ampliação das transações entre blocos de comércio. O ICMS, por exemplo, responsável pela arrecadação nacional, apresenta 27 leis e 44 alíquotas, espelhando a complexidade do sistema. Mais ainda: a autonomia dos Estados na cobrança do ICMS acabou gerando distorção alocativa, dada a predatória guerra fiscal que as Unidades federadas travam em busca de investimentos. Da mesma forma, Municípios disputam entre si a alocação de empresas de prestação de serviços em suas jurisdições.

Salta aos olhos a injustiça da imposição tributária sobre os mais pobres. Tal é o peso dos impostos indiretos sejam eles sobre o valor adicionado ou em cascata, que os que ganham até 2 salários mínimos, embora isentos do Imposto de Renda, pagam 26% de sua renda em impostos embutidos nos bens e serviços consumidos, além de 2% em impostos diretos. Na outra ponta da escala, os que ganham mais de 30 salários mínimos pagam apenas 8% de sua renda em impostos indiretos, aos quais se somam 10% de impostos diretos. O sistema tributário brasileiro vigente é, portanto, marcado pela cumulatividade, regressividade e pelo desrespeito à federação. A maior parte das receitas é oriunda de impostos indiretos, até agora sem consistência quanto à fixação de alíquotas seletivas associadas à essencialidade dos bens. A participação das contribuições sociais, na verdade impostos disfarçados, é excessiva, além de divergente do padrão internacional baseado em contribuição social sobre a folha de salários. Ao mesmo tempo, verifica-se a estreiteza da base de arrecadação direta, corroída por renúncia de arrecadação regressiva ou inefficiente. A tributação dos bens de capital desestimula o investimento, enquanto distorções alocativas e o estímulo a evasão fiscal tornam o nosso sistema tributário antagônico ao desenvolvimento.

A receita pública, cada vez mais centralizada na União, tem sido distribuída por critérios parcialmente inadequados aos governos municipais, e não considera devidamente a necessidade de autonomia e de

recomposição da capacidade de gastos dos governos estaduais, a despeito de sua enorme importância na regulação de políticas públicas com aspectos territoriais relevantes.

A proposta de reforma tributária ora em tramitação neste Senado tem como missão o grande desafio de corrigir tais distorções. Com essa intenção, a PEC nº 74, de 2003, inicia um processo amplo de mudança do quadro tributário, do qual o processo em curso é o ponto de partida político-estratégico.

Pela primeira vez, em muitos anos, parece esboçar-se um pacto federativo que se confirmará na aprovação das mudanças propostas ao Congresso Nacional. Tais mudanças buscam a correção de distorções tributárias acumuladas nos últimos 15 anos, na perspectiva da justiça social e da harmonização federativa, centrando-se em poucos pontos de maior consenso para romper as resistências à reforma estrutural.

A opção de adotar esse caminho, em vez de se fazerem as alterações necessárias no nosso sistema tributário todas de uma vez – como apregoam alguns – decorre da percepção de que seria um risco na atual circunstância econômica em que vivemos.

Por exemplo, a reforma do ICMS: nacionalização sem federalização. Eu diria que um dos pontos centrais da reforma é a criação da legislação nacional de ICMS, em substituição às atuais 27 legislações estaduais, aliada à simplificação de sua estrutura de alíquotas para apenas cinco. Isso certamente beneficiará o País, inclusive o setor produtivo e as empresas, que, muitas vezes, precisam ter um aparato de apoio tributário para lidarem com tantas legislações e tantas alíquotas diferentes.

Nessa perspectiva, o Brasil se aproxima do paradigma europeu de tributação indireta, encaminhando-se para repetir o processo verificado na União Européia, onde os impostos específicos sobre bens foram progressivamente substituídos por impostos gerais sobre o valor adicionado, culminando, nos anos 90, com a harmonização dos princípios e práticas tributárias na área dos impostos sobre bens e serviços. Se, a exemplo da União Européia, pudermos aliar a introdução da legislação nacional do imposto à seletividade das alíquotas, muito se avançará no aumento da progressividade da tributação indireta.

Registro o esforço do Relator, Senador Romero Jucá, no sentido de aperfeiçoar a proposta vinda da Câmara dos Deputados referente à cesta de produtos essenciais (cesta de produtos com alíquota mais baixa), medida que está sendo antecipada na proposta de reforma. Além da lista de alimentos e medicamen-

tos essenciais, que constavam da proposta vinda da Câmara dos Deputados, também serão incorporados insumos agrícolas. Debates feitos com a Confederação Nacional de Agricultura mostraram o perigo de se manter a menor alíquota apenas para os alimentos e os remédios. Se não determinassem menor alíquota também para os insumos agrícolas, correríamos o risco de possibilitar a redução do preço dos gêneros alimentícios, principalmente para a população que mais paga tributos, aquela que ganha menos, talvez inviabilizando a produção agrícola. Isso mostra a boa vontade de se aperfeiçoar essa proposta de reforma tributária. A cesta de menores alíquotas inclui, além dos gêneros alimentícios, dos remédios de amplo uso e dos insumos agrícolas, a energia elétrica para o consumo doméstico de baixa renda.

Mesmo sem consolidar em um único imposto a tributação sobre o valor adicionado, a proposta de reforma implica acordo com os Estados visando dar maior racionalidade à legislação e à gestão do ICMS. Os pontos problemáticos e as soluções parciais implícitas no projeto da reforma não tiram a importância da rota de mudanças estabelecidas.

Da forma como está, a legislação acaba por configurar uma importante barreira à competitividade. As empresas, diante dessa esquizofrenia fiscal existente, buscam aumentar seu retorno financeiro por meio de estratégias que se revelam nada mais do que estratégias de sonegação fiscal. Como apenas as grandes empresas podem arcar com tributaristas profissionais capazes de lidar com a complicada legislação tributária vigente, a competitividade das pequenas e médias empresas é prejudicada e, com ela, a geração de empregos. Diante desse quadro, pode-se dizer que o principal objetivo que se busca com a simplificação e racionalização da legislação que rege o ICMS é diminuir o Custo Brasil e criar um ambiente capaz de estimular uma competitividade saudável, ao pôr um fim ao “contrabando interestadual”, que ocorre em grande escala relativamente a produtos em que há grande variação de alíquotas, especialmente em Estados vizinhos ou próximos geograficamente.

Cito um exemplo concreto de como se dá esse desvio. A sonegação de impostos do diesel, cuja alíquota é muito dispersa, variando de 12% a 25%. Muitas distribuidoras desviam o combustível de Estados de menor alíquota para Estados de alíquota maior. Pagam, porque a alíquota é paga exatamente no momento em que compram, e desviam o combustível para Estados de maior alíquota. Declaram e recolhem o tributo em um Estado que impõe carga fiscal mais leve; em seguida, desviam o produto para outro Esta-

do que impõe carga mais pesada. Assim, esse Estado perde receita em favor daquele; o tributo deixa, portanto, de ser neutro. Trata-se, na maioria das vezes, de operações fraudulentas, pois o contribuinte presta informação falsa acerca do destino do produto. São operações lesivas ao Fisco e à concorrência.

É verdade que a grande alteração pretendida em projetos anteriores de reforma, que implica substituir a tributação do ICMS segundo o princípio da origem, pela tributação segundo o princípio de destino, foi deixada para momento posterior. A natureza conflitiva do tema, que opõe os interesses dos Estados produtores e consumidores quanto às perdas e ganhos da mudança, justifica, na reforma, o reconhecimento da necessidade desse espaço de negociação para decantação de soluções e compensações aos Estados.

Sobre a CPI dos Combustíveis da Câmara dos Deputados, gostaria de dizer que, apesar de estar sendo denunciada pelo Deputado Luciano Zica pelas poucas ações que empreendeu contra as empresas, uma das ações foi exatamente orientar para que se fizesse essa unificação da legislação do ICMS, no sentido de que houvesse menos alíquotas, que fossem mais simplificadas, e também que houvesse uma unificação entre produtos. Dessa forma, contribuiríamos não só para o fim da guerra fiscal, como também para o fim da sonegação, da corrupção e da elisão fiscal, que acaba ocorrendo em nosso País, inclusive de forma incentivada.

É bem verdade que ouvi alguns Governadores dizerem aqui, alto e bom som, que a guerra fiscal era a única alternativa que tinham para o desenvolvimento dos seus Estados, porque era a única forma de atrair investimentos. Eu acredito que, por um momento, talvez possa ter sido. Mas a verdadeira esquizofrenia em que se transformou a guerra fiscal faz com que a sociedade acabe pagando por essa renúncia fiscal que os Governadores concedem. Afinal quem paga pela renúncia fiscal dos impostos que as empresas teriam que pagar não são os Governadores, mas, sim, a sociedade, que deixa de ter recursos à disposição para investimentos, inclusive para geração de empregos, que poderiam ser bem mais baratos do que o preço que se paga por essa sonegação, esses incentivos fiscais.

Por isso é tão difícil ter acesso aos números, em cada Fazenda estadual, sobre a receita de que cada Governador abre mão. E, depois, choram, porque não têm recursos. Mas abriram mão de milhões e milhões, como incentivos fiscais. E dizem que é para trazer investimentos. Mas será que, em algum mo-

mento, tiveram coragem de discutir com a sociedade local se ela quer pagar o preço desse investimento? Não, Senador, pelo contrário, isso normalmente é feito sem muita transparência. E ainda se diz que se está comprando empregos. Mas a que preço se compra empregos, hoje, neste País? Será que a sociedade quer comprar empregos tão caros? Acredito que não. E é por isso que temos que dar um fim à guerra fiscal. Penso que só o nome “guerra” já demonstra que seja ruim.

Acredito que a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional seja realmente uma medida que possa fazer diferença nas regiões mais pobres do País. A garantia da ampliação dos recursos orçamentários a serem investidos, principalmente em infra-estrutura, nos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, é importante, assim como também é importante que a aplicação desses recursos obedeça a uma lógica que realmente não seja a de dispersão de recursos, uma lógica nacional de desenvolvimento regional, em prol de um projeto de desenvolvimento integrado que evite a simples pulverização de recursos.

Em um ambiente marcado pela desigualdade regional é importante que se busque uma sinergia positiva em nível nacional. Acredito que o Senado tenha condições de aprovar essa alocação de recursos no Orçamento, esse **plus** no Orçamento, inclusive definindo – não só no orçamento aprovado, mas do orçamento executado – um percentual mínimo de recursos para investimentos, em especial em infra-estrutura, no que tange a transportes, saneamento e desenvolvimento urbano para as regiões mais pobres do País: Norte, Nordeste, Centro-Oeste.

Assim, estaremos realmente fazendo desenvolvimento regional, em vez de a tão falada guerra fiscal, que, na verdade, se trata mais da possibilidade que cada Governador tem hoje de beneficiar, transferir recursos públicos para a iniciativa privada, que, às vezes, muito pouco tem a ver com desenvolvimento ou geração de empregos naquela região. Se fizermos uma pesquisa mais profunda, talvez vejamos que esses incentivos fiscais, em muitos casos, têm a ver com gordas contribuições a campanhas eleitorais desses Governadores.

Registro, também, o crescimento potencial do Fundo de Compensação das Exportações, por intermédio do seguro-receita, que amplia de R\$6 bilhões para R\$8,5 bilhões os recursos a serem transferidos aos governos estaduais, em 2004, para essa finalidade.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, gostaria de abordar a questão do Fundo de Compensação para Exportações, sobre o qual tramita aqui no Sena-

do uma Proposta de Emenda Constitucional de minha autoria, que trata de uma melhor distribuição desses recursos. O Governo, além de estar aumentando esses recursos, considerou também interessante a idéia, no sentido de que esses recursos sejam repassados aos Estados, pois estes não podem pagar o preço de algumas exportações, que são positivas para o País e geram uma balança comercial positiva.

Para isso é necessário que a União possa repassar aos Estados. Porém, é importante a definição do critério de repasse desse fundo de compensação. Nós defendemos, também por meio dessa emenda constitucional, que esse critério seja não somente pelo volume de exportações de cada Estado, como também pelo saldo de sua balança comercial, porque, com certeza, estaremos fazendo uma distribuição mais justa, inclusive com o nosso Estado, o Pará.

Pelas informações que obtive dos negociadores, o PSDB exigiu, para votar a reforma tributária, a inclusão – além do que o Governo já havia aceito, o volume de recursos do saldo da balança comercial como critério de distribuição desse Fundo de Compensação – também da desoneração dos bens de capital. Com isso, o Estado do Pará perdeu. Se for somente o critério do volume e da balança comercial, o Estado do Pará passa a ser contemplado de forma mais justa com a distribuição desse Fundo de Compensação.

Então, cabe ao Partido do Governador do Estado do Pará, na verdade, ter mais atenção também com o próprio Estado, como desejamos.

Em relação a Cofins, quero dizer que o Governo fez até algo positivo para o País inteiro e, principalmente, para a atividade produtiva. Podemos discutir aqui a forma de definir a alíquota, mas a adoção do princípio da não-cumulatividade dessa contribuição é um consenso e algo muito importante para o País.

Sr. Presidente, ainda teria muitas questões a abordar, mas peço licença de V. Ex^a para falar de uma matéria muito importante, que é a progressividade, não muito destacada pela mídia. Fala-se que o sistema tributário de hoje é regressivo, em vez de progressivo. Ele é regressivo porque quem ganha até dois salários mínimos paga, mesmo que indiretamente, só 2% de imposto direto, e 26% de impostos indiretos. E quem ganha acima de trinta salários mínimos paga 8% de impostos indiretos e 10% de impostos diretos, ou seja, 18%. No final, quem ganha até dois salários mínimos está pagando mais impostos do que quem ganha acima de trinta salários mínimos. Essa é a maior injustiça tributária e fiscal deste País.

E é isso que tentamos fazer quando propomos, por exemplo, a progressividade. Gostaria de chamar

a atenção sobre alguns pontos. Um deles é o ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis. Precisamos tornar a alíquota progressiva. Creio que não é justo tratar desiguais igualmente. Não é justo que um indivíduo que resolva vender seu pequeno imóvel, muitas vezes situado em um bairro de periferia, pague a mesma alíquota que outro que vende uma mansão. Esse imposto representa pouco em termos de arrecadação. No entanto, precisamos estabelecer a justiça fiscal e tributária. Não podemos fazer com que quem ganhe menos pague mais, como é hoje. É exatamente o contrário: quem tem menos deve pagar menos e vice-versa.

É o mesmo que dizemos sobre o IGF – Imposto sobre Grandes Fortunas. Não consigo entender como algumas pessoas são contra, a não ser por uma defesa intransigente dos ricos, dos milionários deste País. Quando discutimos a questão, foram fantásticos os exemplos que os empresários forneceram da eficiência do sistema tributário de outros países do mundo. Em quase todos os países do mundo existe o Imposto sobre Grandes Fortunas. Nos Estados Unidos, aliás, tentaram acabar com essa taxa, mas os milionários não deixaram. De que forma funciona para os milionários? Fazem doação a fundações que têm trabalhos sociais.

Por que não instituir o mesmo neste País? O que queremos é um desafio para este Senado: uma reforma tributária que promova justiça fiscal e permita que Estados e Municípios tenham recursos. Faço questão de dizer que a Cide é uma proposta. Ela não era redistribuída, mas agora está sendo redistribuída para Estados e Municípios.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, precisamos fazer uma reforma tributária que taxe menos o feijão e mais a mansão. Não é possível que a carga tributária seja aumentada para uns mas não para outros. E a carga tributária não aumenta exatamente para os que hoje pagam bem pouco em relação à sua capacidade de pagar.

Solicito a inclusão de um texto muito interessante publicado na **Folha de S. Paulo** há cerca de dez dias. É de autoria do Jornalista Vinícius Torres Freire. O título é: “Edith Piaf e as Mentiras do PFL”.

É exatamente sobre quem ajudou a aumentar os impostos que pesam no preço da comida.

O PFL ajudou a aumentar impostos que pesam no preço da comida a ponto de fazer crescer o número de indigentes. Pior, houve aumento de impostos e contribuições (que de resto arruínaram o setor produtivo e o

emprego, que o PFL diz prezar) porque tucaos e pefelês fizeram o Estado falir com endividamento irresponsável, que bancou uma bolha de crescimento econômico e a eleição dessas figuras revoltantes.

Gostaria de que constasse este artigo dos Anais desta Casa.

Agradeço e deixo claro que estou aberta a debates. E parabenizo o Governo por já ter estabelecido, por medida provisória, uma medida importante para a atividade produtiva: a não-cumulatividade da Cofins.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SENADORA ANA JÚLIA CAREPA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

VINICIUS TORRES FREIRE

Edith Piaf e as mentiras do PFL

SÃO PAULO – A cúpula do PFL mostrou na TV sua ira posada diante do aumento de impostos que virá, dizem, patrocinado por Lula.

Os pefelês se debatem em desespero. Apanharam do PT nas urnas. Tiveram de sair do governo, sua razão de viver. Viram seu partido rachar e murchar, pois a ânsia irreprimível pela boquinha fez pefelês se bandearem para os lados do PT. Sem governo, sem boca-rica, os pefelês não podiam admitir de resto que o PT ainda ficasse com o monopólio da mentira. Sim, pois o PFL estampou sua tendência à patranha logo no batismo do partido. Adepts animados da ditadura, coronéis e capatazes do regime militar fundaram uma legenda chamada Frente Liberal (liberal da ditadura!) assim que viram o barco em que estavam fazer água. Agora, vão à TV para mentir sobre impostos.

A dupla PSDB – PFL patrocinou o mais rápido e intenso aumento de impostos da história do país. Depois de ver na TV a cascata histórica e o passado pefelista renegado, dava vontade de ouvir Jorge Bornhausen cantar, como Edith Piaf, “rien de rien, je ne regrette rien..., je me fous du passé” (“não me arrependo de nadica de nada, tô nem aí pro passado”, em tradução livre e “moderna”).

O PFL reclama que a reforma tributária de Lula vai causar aumento do preço da comida. Quer que o governo federal ceda parte do dinheiro que arrecada para as cidades.

Mas o PFL, como o partido da boquinha número um de FHC, ajudou o PSDB a aumentar a alíquota de contribuições, tributos que justamente tiram dinheiro de Estados, municípios, educação e saúde.

O PFL ajudou a aumentar impostos que pesam no preço da comida a ponto de fazer crescer o número de indigentes. Pior, houve aumento de impostos e contribuições (que de resto arruinam o setor produtivo e o emprego, que o PFL diz prezar) porque tucanos e pefelês fizeram o Estado falir com endividamento irresponsável, que bancou uma bolha de crescimento econômico e a eleição dessas figuras revoltantes.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a, por cinco minutos, para uma comunicação de interesse partidário, conforme o disposto no Regimento Interno e ofício enviado à Mesa pela Liderança, assinado pelo nobre Líder Arthur Virgílio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ao contrário da Senadora Ana Júlia Carepa, que me antecedeu na tribuna com brilhantismo, eu não cumprimento o Governo pela edição da medida provisória. Aliás, o Governo adotou a estratégia do final de semana para reduzir o impacto de uma medida provisória que deveria ser amplamente discutida pela sociedade brasileira. Utilizou-se de uma edição extra do **Diário Oficial da União** para publicar uma medida provisória, com 69 artigos, que significa mais um avanço no bolso do contribuinte brasileiro. Sr. Presidente, é surpreendente!

Durante a campanha eleitoral, assistiu-se ao candidato Lula combatendo a edição de medidas provisórias. No momento em que o Congresso Nacional discute a reforma tributária, simultaneamente o Governo lança mão da edição de uma medida provisória para alterar alíquotas, ou seja, alterar o sistema tributário. Fala da cobrança não-cumulativa da Cofins. Na verdade, o que o Governo pretende com essa medida provisória é aumentar a receita. Não tem sido outro o propósito do Governo com a reforma tributária. Aliás, a impressão lamentável que fica é de que o único plano de Governo é aumento da receita. O único programa de Governo é aumento da receita. Todo este ano tem sido utilizado pelo Governo para aumentar a receita.

Qual é o benefício dessa cobrança não-cumulativa da Cofins? Qual é o benefício para a sociedade,

para o contribuinte? Sem dúvida, o Governo busca, além de aumentar a receita, beneficiar o setor de exportações, que tem sido responsável pelo pífio crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro. Não fossem as exportações, certamente o crescimento seria negativo no ano de 2003.

Mas como compatibilizar uma medida provisória com a discussão, nesta Casa, da reforma tributária? Parece-me que o Governo descarta a contribuição do Poder Legislativo nesse processo de reforma e ignora o art. 62 da Constituição Federal, que, no seu § 1º, inciso III, veda a utilização de medida provisória para legislar sobre matéria tributária. Além disso, Sr. Presidente, que compensação é essa? Se fosse compensação, já seria, como se diz popularmente, dar com uma mão e retirar com a outra. Mas vai muito além da compensação, porque o Governo, por meio dessa medida provisória, pretende elevar a alíquota da Cofins de 3% para 7,6%. Trata-se, portanto, de um aumento de 153%. Que avanço é esse? Avanço no bolso do contribuinte!

Além disso, faz incursões, mediante a medida provisória, no regulamento aduaneiro, cria multas e sanções de discutível constitucionalidade em relação às importações.

Essa medida provisória tem que ser discutida, portanto, nesta Casa, especialmente pela Oposição e em profundidade.

É estranho um outro fato: a retenção, na fonte, da Cofins, da contribuição social e PIS em diversas espécies de serviços mas deixando de fora outros; deixando de fora, por exemplo, empresas jornalísticas, emissoras de rádio e de televisão. Estabelece-se, portanto, um privilégio. Uns podem mais do que outros para o Governo, pelo que se lê dessa medida provisória. E perguntamos: e o princípio da isonomia?

Não foi revogado. A medida provisória editada pelo Governo no entardecer de sexta-feira última, publicada em edição extra do **Diário Oficial da União**, não revogou o princípio da isonomia, mas, de fato, o Governo o revoga, porque estabelece um diferencial: retenção na fonte para alguns e isenção para outros.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, destacamos, desta tribuna, preliminarmente, o fato de o Governo sepultar compromissos da campanha eleitoral, compromisso assumido de não se utilizar de medidas provisórias para determinadas matérias. Obviamente esta é uma matéria para legislação complementar. O correto seria o Governo legislar por meio de lei complementar e não por medida provisória.

Registrarmos o fato e destacamos a necessidade de esta Casa reagir à emissão desta medida provisória, que significa esticar o braço longo do Governo, com a mão grande no bolso do contribuinte, a pretexto de buscar compensação pela não-cumulatividade da cobrança da Confins, quando, na verdade o que ocorre com essa medida provisória é uma elevação em 153%. Portanto, um aumento da carga tributária, princípio básico da reforma que pretende o Governo impor à sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Marco Maciel, que falará por permuta com o Senador Osmar Dias. S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo-me hoje daquele que considero um dos maiores, se não o maior, de todos os desafios da democracia que mais diretamente tem a ver com a organização federativa o problema da igualdade. Trata-se, como se sabe, de um princípio que, a partir do Iluminismo, do Liberalismo e da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, se incorporou aos desígnios da moderna concepção de organização dos Estados democráticos, tornando-se quase um dogma, se assim posso dizer, da filosofia e teorias políticas contemporâneas.

Esse é um dos preceitos sob os quais se fundaram não só a nação norte-americana, mas a federação que dela resultou, inscrito na Declaração de Independência, de que todos são criados iguais e, portanto, devem ter os mesmos direitos e deveres. Cito os Estados Unidos da América por saber que suas instituições ajudaram a moldar a nossa organização estatal, como se pode constatar compulsando a Constituição brasileira de 1891, a primeira após a Proclamação da República, que institucionalizou não só a República, a Federação, o Presidencialismo, etc.

Sr. Presidente, não vou deter-me esse não é meu propósito na igualdade que temos em contraposição com aquela que aspiramos. Entre outras razões, porque, ainda hoje, existe uma enorme distância entre as liberdades que desejamos e aquelas de que desfrutamos. Quero referir-me à essencial entre a igualdade perante a lei e à igualdade na distribuição de recursos e benefícios.

A primeira diz respeito a um limitado conjunto de procedimentos governamentais, como, por exemplo, o direito do voto. A segunda abrange todos os interesses que não se cingem ao âmbito político, dizendo

respeito à esfera econômica e social para se obter a igualdade de oportunidades entre todos os grupos sociais. É esse conjunto de políticas sociais, dependente sobretudo do progresso econômico, que mais de perto interessa à organização federativa.

A desigualdade de meios e recursos no que respeita à busca de igualdade numa democracia não se cinge à desigualdade entre pessoas, em razão das oportunidades de acesso a benefícios como a educação, a saúde, a moradia e os transportes. Envolve, também, outra variável de igual relevância. É aquela resultante da indagação cada vez mais importante: – terão todos os cidadãos das diferentes regiões possibilidades de acesso a iguais recursos e benefícios? Estou aludindo, por conseguinte, às diferenças pessoais e às diferenças regionais ou geográficas. Em outras palavras: numa democracia, ou mais apropriadamente numa poliarquia, para citar Dahl, é justo que uns tenham acesso a benefícios que, em razão da diferença de renda ou condições sociais, sejam negadas aos de outros estados ou regiões incapazes de concedê-los?

Isso, na minha opinião, tem a ver com o problema da igualdade de tratamento para desiguais condições sociais e econômicas, entre as distintas regiões de um mesmo país. No modelo de Federação que adotamos com a Constituição de 1891, a União não só não interferia, como estava impedida de fazê-lo, em relação à distribuição de recursos, a não ser no caso excepcional de calamidade pública, ainda assim mediante pedido dos Estados afetados. Entendia-se o princípio, em razão de rígida e completa separação de competências tributárias entre a União e os Estados. Tanto que o primeiro sinal de interferência da União em matéria de políticas públicas regionais se restringiu à criação da antiga Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, posteriormente transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs.

O problema, como se viu na República Velha (1891-1930), é que iguais tributos, arrecadados em diferentes graus da atividade e desenvolvimento econômico, terminam gerando mais discriminação que igualdade, mostrando em nosso caso o agravamento das desigualdades regionais que, por sua vez, se refletiram nas desigualdades pessoais. Outra das consequências foi o problema das migrações. Elas não se observam apenas no sentido tradicional, do meio rural para o urbano, em razão da oferta de serviços, mais atuantes e presentes nas cidades, onde o aden-samento populacional torna imperativa essa distribui-

ção desigual internamente, mas também entre as regiões de menor para os de maior desenvolvimento.

Restrijo-me a citar o caso do Nordeste, que perdeu peso e densidade demográfica em favor de outras regiões do País. Em meados dos anos 50, passou a contar com pouco mais de um quarto de todo o contingente populacional. Tornamo-nos não só um país de duas velocidades de crescimento, mas também de duas esferas distintas de oportunidades econômicas e sociais.

Esse problema se atenuou quando passamos do paradigma do federalismo dualístico de República Velha, para o federalismo compartilhado em matéria de discriminação de rendas. A primeira iniciativa de significação se deu com a Constituição de 1946, ao repartir receitas de tributos federais com os Estados e Municípios, e os Estaduais também com os Municípios. E a segunda foi a prescrição, nas Disposições Constitucionais Transitórias do art. 30, determinando a obrigação do Governo Federal de traçar e executar, durante 20 anos, a contar da promulgação do novo Texto Constitucional, um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes, na qual deveria aplicar, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias.

Paulatina e progressivamente, essa interferência de União foi se ampliando, na medida em que as alarmantes distâncias do desempenho social e econômico foram, não só se tornando evidentes, mas também se agravando. E não me furto de aludir ao papel crucial e definitivo que na conscientização do País teve, a esse respeito, a literatura regional de tão forte impacto em toda a Nação. Só não invoco algumas das grandes expressões intelectuais por esse extraordinário panorama de realidades que revelaram esse Brasil conhecido de poucos, para não incidir no pecado da omissão. Mas não posso deixar de aludir ao fato de que a preocupação em corrigir as desigualdades regionais que foi se ampliando do Nordeste para o Norte, com a criação da Sudene, da Spevea, mais tarde SUDAM, e mais adiante com a instituição da Sudeco e da Sudesul. Nesse rol de providências, devem ser listados os bancos de atuação regional, como o Banco do Nordeste e pouco depois, a transformação do antigo Banco de Crédito da Borracha em Banco da Amazônia.

Nossas desigualdades regionais influenciaram diretamente as desigualdades pessoais de renda, emprego, oportunidades de trabalho, educação, saúde, habitação, saneamento e transportes, podendo ser comprovadas pela concentração de baixos índi-

ces de desenvolvimento humano e social das regiões Norte e Nordeste, já que os referentes à região Centro-Oeste foram sensivelmente abrandadas pela construção e inauguração de Brasília, e a concentração de investimentos no Brasil Central.

A questão da igualdade, porém, não diz respeito apenas às diferenças regionais e pessoais de renda e acesso aos benefícios sociais. Relaciona-se, também, com as diferentes formas de fragilidade de inúmeros grupos sociais, em uma Nação de enorme diversidade cultural, étnica, social e econômica, como o Brasil. Estou me referindo aos grupos étnicos como os negros e os índios, responsáveis por aportes essenciais ao nosso processo civilizatório, postos à margem dos benefícios políticos, em razão de discriminação cultural que durante mais de 100 anos os privou do direito de voto. Uma situação agravada no caso dos analfabetos, pela circunstância de terem acesso a essa prerrogativa essencial no processo político durante todo o Império, negado a partir da República e só restaurado em 1986 (EC nº 25/1985).

A esse respeito, não podemos esquecer toda as demais formas de tratamento discriminatório, ou de negação de benefício e normas de proteção do Estado, relativos a distinções que ainda persistem com as diferenças de salário entre homens e mulheres exercendo trabalhos iguais. A questão da inserção no mercado do trabalho de minorias como os deficientes, cujas políticas de tutela e promoção só agora começaram a ser timidamente executadas. Tudo isso se reflete no grande fosso que nos torna um dos países mais injustos e mais desiguais nessa matéria em todo o mundo.

É claro que a consciência dessas fragilidades não se deve só à questão do federalismo. Mas tem tudo a ver com as políticas públicas de tratamento simétrico, entre regiões tão assimétricas como são os nossos Estados. Desse tema, já tive a ocasião de aludir nesta tribuna, por ser exatamente, na minha opinião, o de mais difícil superação.

Num estado unitário, em que a totalidade das competências do Estado e do governo se concentra em princípio no Poder Central, ao qual cabe delegar algumas delas às regiões, em razão do equilíbrio entre necessidade e possibilidade de cumpri-las, as políticas sociais se executam forçosamente a partir de decisões desse poder politicamente unificado e administrativamente delegado. Numa federação, essas decisões cabem, tanto no âmbito político, como na esfera administrativa às suas diferentes unidades, autônomas em ambos os sentidos. Esse paradigma é possível nos Estados de pequena expressão territorial,

de pouca densidade étnica e cultural, equilibrados economicamente, ou seja federações simétricas. Nas federações assimétricas, como o Brasil, os Estados Unidos, a Índia e a Rússia, são necessárias políticas compensatórias, como forma mais democrática de reduzir as desigualdades, as assimetrias.

Por isso, o paradigma federativo mudou no Brasil, a partir da decisão constitucional de 1946. E mudou também nos Estados Unidos, não em função de alterações constitucionais, mas por um imperativo econômico, a crise de 1929, e através da adoção de políticas públicas incrementadas pelo Governo da União com providências como a instituição de políticas sociais de emergência e os maciços investimentos públicos previstos no "New Deal" do Presidente Franklin Delano Roosevelt. A própria lei de 1972 sobre Imposto de Renda, é outra dessas mudanças exemplares. Nessa direção, os programas federais decorrentes do movimento de integração racial, merecem ser citados como resultado desse abrandamento do federalismo original dos Estados Unidos da América do Norte.

Enquanto não implementarmos políticas de longo prazo e de caráter permanente para atenuar as grandes distâncias sociais e econômicas, vamos continuar sendo uma Federação desequilibrada, em que a disputa por recursos escassos e sempre insuficientes para mudar essas condições na velocidade desejada, será fatalmente predatória. Impor vinculações de aplicações mínimas de receitas públicas a Estados e Municípios, pode ser uma tentativa, mas, acho que dificilmente será uma solução. Hoje, podemos dizer que atendemos a constatação biológica de que todos os homens nascem iguais mas, lamentavelmente, nem todos têm as mesmas oportunidades. E dar a todos a igualdade de oportunidades é o princípio básico, vital, sem o qual não existe democracia.

Não quero deter-me na crítica e no diagnóstico, ou alimentar esperanças com prognósticos que improvavelmente se cumprem. Desejo voltar a desenvolver o tema nesta Casa da Federação, abordando inclusive outros modelos de organização do Estado, de que podemos tirar úteis lições. Pretendo referir-me às tendências do semi-federalismo, com fórmulas que, além de viabilizar a busca de igualdade, atenuando as diferenças regionais que, de um lado, podem acelerar e potencializar a integração continental e, de outro, podem contribuir para o aperfeiçoamento das vocações naturais de cada região do País.

Ouço o aparte do Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Marco Maciel, mais uma vez, V. Ex^a trata, com a serie-

dade e a competência que são peculiares ao seu trabalho de político, de um tema que é o foco de sua preocupação. Para colaborar com seu pronunciamento, falarei, rapidamente, sobre a questão regional. Ao longo dos últimos 30 anos, o Brasil tem experimentado algumas políticas de desenvolvimento regional, todas inconclusas. E é bastante evidente que, de algum tempo para cá, essas políticas foram perdendo consistência crescente, até a situação atual de falta de uma política para o desenvolvimento regional. Saudamos as intenções do Presidente da República de, por exemplo, reconstruir a Sudene, imaginando que essa seja uma primeira providência para trabalhar, de forma consistente, a defesa de políticas para o Nordeste, colaborando com o processo de recomposição social do Brasil. Mas as evidências apontam no sentido contrário. A intenção é boa; o fato é nulo. Parabenizo V. Ex^a pelo seu pronunciamento, em nome, tenho certeza, de todos os pernambucanos que o admiram!

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Sérgio Guerra, antes de mais nada, agradeço as generosas referências a meu respeito e, de modo especial, ao pronunciamento que estou concluindo. Em rápidissima resposta ao aparte de V. Ex^a, já que o meu tempo se esgotou, quero dizer que concordo integralmente com V. Ex^a.

Somos um Estado Federal e, mais do que isso, somos um País caracterizado por uma enorme desigualdade que ainda desafia a nossa organização federativa. A meu ver, essa questão não será resolvida somente com medidas de natureza social e econômica, mas também com medidas no campo institucional. Daí por que reputo importante que essa questão esteja presente no momento em que estivermos discutindo a reforma tributária. Quando se fala, neste Senado, em pacto federativo, ponho-me a pensar se é verdade que isso ocorreu. Creio que não. A República surgiu quase que de uma manifestação de opinião a que o povo assistiu, como disse um famoso escritor, bestificado, sem saber do que se tratava. Portanto, a Federação foi criada por uma emanção legal, não como consequência de um pacto, diferentemente, por exemplo, do que aconteceu nos Estados Unidos da América do Norte.

Por fim, precisamos discutir essa questão no momento das chamadas reformas do Estado e ela deve estar inserida no bojo das grandes reformas institucionais que o País precisa realizar, para melhorar o nível de governabilidade e fazer com que sejamos uma Nação menos desigual e, portanto, mais democrática.

Não podemos continuar a praticar um federalismo que, nas condições atuais, pode ser caracterizado como predatório e incapaz de resolver nossas graves e grandes disparidades internas que todos queremos ver superadas.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Antonio Carlos Magalhães, por delegação da Liderança da Minoria, V. Ex^a dispõe de cinco minutos, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para falar sobre um assunto de interesse nacional, ou seja, verberar contra a burocracia existente no País, que causa prejuízos de toda a sorte à Nação brasileira.

O Banco Mundial está começando a descobrir o que um importante economista peruano vem dizendo nos últimos 20 anos: a corrupção na América Latina, Ásia e África é freqüentemente resultado de excessiva burocracia governamental.

Em um gigantesco estudo publicado no começo deste mês, o Banco Mundial elencou quantos passos burocráticos e quanto tempo se leva para se estabelecer um negócio em diversos países mundo afora.

Adivinhe o quê? Descobriu, entre outras coisas, que, quanto mais regulamentados os países, mais propinas são pagas e mais disseminada é a corrupção.

O estudo – que, apesar do seu título pouco inspirado, **Fazendo Negócios em 2004**, contém alguns dados fascinantes – aplicou em nível mundial a experiência que o economista peruano Hernando de Soto fez em seu país natal duas décadas atrás.

Na época, De Soto seguiu todos os passos burocráticos e legais necessários para abrir uma indústria de confecções, com um único empregado, em Lima, no Peru, e descobriu que era quase impossível fazê-lo legalmente, pois levaria 289 dias e gastaria US\$1,231 milhão, o equivalente a três anos de salário da época.

Em seu livro, publicado em 1983, **O Outro Caminho**, De Soto concluiu que a excessiva burocracia do Peru – estima-se que sejam publicados cerca de 28 mil regulamentos administrativos e leis por ano – força os ricos a subornar funcionários do governo, e

condena os pobres a operarem na economia informal, fora do sistema legal de seu país.

O Banco Mundial fez o mesmo exercício em dúzias de países pelo mundo e concluiu que os países mais pobres ou emergentes têm legislações muito mais pesadas e tendem a ser mais corruptos que os ricos.

De acordo com o estudo do Banco Mundial, é necessário o cumprimento de 15 etapas e 68 dias, para se abrir legalmente um negócio na Argentina; 18 etapas e 67 dias, na Bolívia; 15 etapas e 152 dias, no Brasil; 10 etapas e 28 dias, no Chile; 14 etapas e 90 dias, no Equador; 12 etapas e 115 dias, em El Salvador, e 7 etapas e 51 dias, no México. Em contrapartida, são necessárias 5 etapas e 4 dias para abrir um negócio nos Estados Unidos e 4 etapas e dois dias, na Austrália.

Segundo mostra o relatório do Banco Mundial, entre os países com maiores índices de burocracia estão Haiti, Paraguai, Bolívia, Equador, Honduras e Brasil. Não causa espécie constatar que esses são alguns dos nomes que aparecem na lista divulgada na semana passada de países com altos níveis de corrupção, pelo **Transparency International**, um grupo anticorrupção sediado em Berlim.

Em entrevista telefônica, De Soto disse-me o que desde há muito venho suspeitando: as principais causas da corrupção não são culturais, mas políticas. “Quando países fazem leis que são pouco razoáveis, as pessoas tentarão contorná-las”, diz De Soto. “Leis que custam caro para serem cumpridas são, possivelmente, a mais importante fonte de corrupção do mundo”.

De Soto está dirigindo um novo projeto de pesquisa em países como Egito, México, Filipinas, Haiti e Honduras. Até o ano que vem, seu time de pesquisadores estará ajudando 21 países – incluindo a Rússia – a desembaraçar seu labirinto regulatório.

A administração do Presidente Bush também está atenta às conclusões de De Soto. Um funcionário do alto escalão da administração Bush disse, em entrevista recente, que o Presidente Bush possivelmente levantará os temas de De Soto no **Summit of the Americas**, encontro de 34 países que ocorrerá no México, em janeiro.

Disse o funcionário:

Uma das mais importantes coisas que gostaríamos de ver sair desse encontro é o deslanche da capacidade de geração de capital doméstico desses países.

Governos na América latina têm, com freqüência, representado obstáculos para o desenvolvimento, em vez de serem facilitadores do desenvolvimento. Muitos deles poderiam reduzir o número de regulamentações.

Enquanto isso, De Soto está plenamente engajado em seu novo projeto, ajudando países a conceder direitos de propriedade legais aos milhões de pobres no mundo que não podem iniciar um pequeno empreendimento, porque não têm direitos de propriedade nem sobre os barracos onde moram. Por esse motivo, não podem usar seus lares como garantia para obter empréstimos bancários de até mesmo US\$50 para compra de máquinas de costura ou de ferramentas para montar uma oficina de automóveis.

Cruzem os dedos. Talvez, daqui a 20 anos ou mais, muito tempo depois de De Soto ganhar um prêmio Nobel, quem sabe o Banco Mundial e os Estados Unidos começem a buscar isso também.

Sugiro, Sr. Presidente, principalmente a V. Ex^a, que já exerceu a Presidência da República e que tem um grande poder político, que o Governo crie uma comissão – talvez até o próprio Congresso pudesse fazê-lo – para desburocratizar os meios de conseguir fazer empreendimentos no País. Essa é uma das razões pelas quais estamos atrasados.

Apelo a V. Ex^a e à Casa que pensem no assunto, certo de que vamos fazer um grande serviço, principalmente aos mais pobres do Brasil.

Muito obrigado. Agradeço a V. Ex^a a tolerância.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de conceder a palavra à Senadora Heloísa Helena para uma comunicação inadiável, transmito ao Plenário, Sr^ss e Srs. Senadores, uma decisão da Presidência.

Como todos sabem, na última semana, estive ausente desta Casa. Ao voltar, lendo os Anais, verifiquei que a decisão tomada pela Mesa de realizar sessões deliberativas nas segundas e sextas-feiras não foi recebida consensualmente pelo Plenário. Como desejo presidir esta Casa com absoluta harmonia de todos, não deixando, em momento algum, de dar a transparência aos nossos atos, em nome da Mesa, comunico, no interesse da harmonia da Casa, que

voltaremos a realizar sessões deliberativas nas terças, quartas e quintas-feiras. Não haverá sessões deliberativas nas segundas e sextas-feiras. Desde que sejam necessárias, convocaremos sessões extraordinárias para esses dias.

Como haverá necessidade de realizar longas Ordens do Dia, peço a compreensão do Plenário para que obedecemos, religiosamente, o horário estabelecido pelo Regimento. Assim, começariamos a Ordem do Dia, impreterivelmente, a partir das 16h já na sessão de amanhã. Se os oradores excederem o prazo, evidentemente, não poderemos deixar de prorrogar a sessão para que o Senado possa cumprir, até o fim do ano, a votação das matérias que estão sujeitas à nossa deliberação, como a lei de falências, a reforma do Judiciário, o estatuto do desarmamento e outras matérias da maior importância.

Sendo assim, agradeço às Lideranças que apoiaram a decisão da Mesa e comunico ao Plenário que, dessa maneira, estaremos com a Casa harmoniosamente composta sobre o assunto.

A motivação para a realização das sessões deliberativas não obedecia a outro objetivo senão o de, evidentemente, suprir a falta das sessões que não realizamos em virtude do sobreestamento da pauta pelas medidas provisórias, até mesmo porque, se buscássemos cumprir prazo de discussão da matéria, esses prazos seriam cumpridos, de acordo com o Regimento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, felicito V. Ex^a pela democrática decisão que adotou. Na verdade, ocorreu uma certa surpresa. Pela forma como foi comunicada ao Plenário, parecia que aqui era um colégio de freiras e que se dizia que não havia mais sábado e domingo e que todos teriam de comparecer.

Considero a primeira decisão e a atual compreensíveis. Se dependesse de mim – V. Ex^a sabe –, teríamos sessões permanentemente, de segunda a sexta-feira. Infelizmente, a Casa não comporta, pelo menos não se tem chegado a entendimentos a esse respeito. No seu governo anterior, inclusive, fiz proposta, V. Ex^a reuniu todas as Lideranças e os Presidentes de Comissões, e só houve meu voto. Tive de reconhecer que não havia ambiente para haver sessão às sextas-feiras.

V. Ex^a agora levanta uma questão da maior importância. V. Ex^a tem razão com relação aos oradores cumprimem o horário. Sempre digo, sobre isso, que há momentos e há momentos. O cumprimento do horário é uma obrigação. Mas, quando a Casa está vazia e aparece um debate da maior importância entre Senadores, com assunto que tem significado, uma certa tolerância, quando não atrapalha, é compreensível.

Compreendo o que está ocorrendo neste ano, mas penso que algo deve ser feito.

Vejo, com muita alegria, na condição de antigo Senador, como V. Ex^a, que o Senado se renovou. O Senado, no ano passado, estava cheio de suplentes, porque os titulares haviam sido eleitos Prefeitos e tinham-se afastado. Houve, portanto, uma diminuição do debate e do ânimo, por parte do Senado Federal. Por causa das eleições, o Senado vivia um momento fraco em termos de debate.

Neste ano, houve uma renovação espetacular; na minha opinião, positiva, pela gente nova que para cá veio, pela qualidade, pela capacidade, pela garra e pela vontade. Está acontecendo algo que, nos meus 20 anos de Casa, eu não havia visto. Na segunda-feira, o debate se encerra às 18 horas e 30 minutos, e há oradores inscritos a todo momento. Nas sextas-feiras, o mesmo acontece. Há um interesse enorme na participação dos debates, o que é ótimo. Considero isso muito bom.

Mas está ocorrendo algo que não acontecia anteriormente, com relação às Lideranças, Sr. Presidente. Pelo que sei, tradicionalmente, o Líder tinha espaço para falar uma vez por sessão. Agora, parece-me que ele fala para comunicação inadiável, uma vez; pode falar, pela segunda vez, na Ordem do Dia; e, pela terceira vez, na parte final.

Então, algo interessante está ocorrendo. Ou seja, um grupo se reúne e combina debater algum tema. Ao terminar o discurso, o Senador que está na tribuna diz o seguinte: "O Senador Pedro Simon é contra isso. Lamento, Senador Pedro Simon". Dessa forma, eu digo: "Sr. Presidente, fui citado e quero responder". E, ao terminar o meu pronunciamento, digo: "Penso assim, mas a Senadora Heloísa Helena pensa completamente diferente. S. Ex^a está completamente errada". A Senadora Heloísa Helena, por sua vez, diz que foi citada e que quer falar. Isso, de certa forma, é o que tem acontecido.

Há dois Líderes que chegam a falar três vezes cada um. Fala um e responde o outro, porque foi citado; fala um, responde o outro; fala um, responde o outro.

Sr. Presidente, houve um momento em que o Senador Roberto Saturnino, primeiro inscrito para falar, não se pronunciou nem na primeira hora, nem na segunda. E a Ordem do Dia nem foi tão intensa. Mas, durante todo o debate, o Senador Roberto Saturnino não falou em nenhuma ocasião e foi embora sem ter falado, apesar de ter sido o primeiro orador inscrito. O Senador Marco Maciel me disse que, outro dia, estava inscrito em segundo lugar e também não falou.

Então, isso deve ser feito, Sr. Presidente. Com toda sinceridade, primeiro aumentou o número de Líderes – o que acho lamentável, porque é sinal de que aumentou o número de partidos, o que não é bom. Mas aumentou! Em segundo lugar, havia o tradicional. Fui Líder de Governo aqui e foram raras as vezes em que eu falei nessa condição. Mas, na verdade, hoje, a comunicação de Liderança é usada pelo Líder para falar sobre qualquer assunto e não para fazer uma comunicação de peso. Acabou aquela tradição de usar a palavra como Líder somente quando necessário. Havia peso quando um Líder falava; fazia-se silêncio porque a palavra seria usada em uma comunicação urgente de interesse partidário, o que era muito importante. Hoje não; houve uma banalização.

Com todo respeito, peço a V. Ex^a que, quando se reunir com os Líderes – talvez não se dêem conta disso –, diga-lhes que o terceiro escalão está magoado, porque se sente atingido. Deve haver uma valorização dos Líderes? Claro que sim! É importante a fala deles? Claro que sim! Mas não nesse sentido de que os outros Parlamentares passem várias sessões, como já ocorreu aqui, sem falar uma única vez, por não terem oportunidade de fazê-lo. V. Ex^a, com sua competência e capacidade, ao verificar isso, haverá de encontrar uma fórmula por meio da qual os Líderes entendam. Eu, por exemplo, creio que não procede um Líder falar mais de uma vez numa sessão. O Líder pode escolher quando vai falar, pois isso é de interesse urgente do Partido. Se quiser falar ao final, o problema será dele. Contudo, só deve falar uma vez. Outra forma também V. Ex^a haverá de encontrar para que não haja esse sentimento.

Serei muito sincero. Até decidi, neste primeiro ano, não me preocupar muito em falar, porque estou observando os fatos. Mas não há nada de pessoal nisso. Inclusive, várias vezes, tive a oportunidade de falar, pois estava inscrito e fui chamado. Na sexta-feira passada, o Presidente em exercício teve a gentileza de pedir ao Secretário que telefonasse para o meu gabinete, porque eu estava inscrito para falar. Contudo, não vim ao plenário. Sinceramente, não há nada de pessoal nisso que estou falando. Mas sinto o ambiente,

até por ser o mais velho e mais experiente. Os novos Senadores têm-me perguntado se é assim sempre. Digo a S. Ex^as que é a primeira vez que estou vendo isso.

Entretanto, tenho certeza de que V. Ex^a, com sua capacidade e competência, observando e sentindo o ambiente, haverá de ter a média do pensamento necessário. Confio na decisão futura de V. Ex^a.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Pedro Simon, agradeço a V. Ex^a, que, como eu, é testemunha de várias fases de trabalho nesta Casa. Hoje, temos uma pauta planejada, sessões deliberativas e não deliberativas. Todo este trabalho, ao longo do tempo, foi construído com a contribuição e a colaboração de V. Ex^a. Muitas das suas idéias foram incorporadas ao trabalho desta Casa quando, pela primeira vez, assumimos a Presidência do Senado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por gentileza, Sr. Presidente, desculpe-me por V. Ex^a, mas faço questão de dizer algo que tenho repetido. O que temos agora não existia antes. Tínhamos que adivinhar o que estava na Ordem do Dia. Chegávamos aqui, sentávamos e íamos perguntar à Mesa o que estava na pauta. Hoje, olhamos para o painel eletrônico e já sabemos o que está sendo votado – isso não existia antes; foi obra de V. Ex^a. Faço essa justiça. Hoje, sabemos as votações do mês inteiro. Posso estar em Porto Alegre, mas sei as matérias que serão apreciadas amanhã. Se eu não estiver presente para a votação, sou o culpado, pois tinha conhecimento da pauta. Considero isso uma revolução, porque realmente todos participam, o que não acontecia. Essa é uma das grandes obras de V. Ex^a, e reconheço isso.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a ajuda e a colaboração de V. Ex^a e de todo o Plenário.

Reconheço que é impossível presidir esta Casa senão com a colaboração de todos, dentro de um espírito de harmonia e mantendo a imagem que o Senado Federal sempre teve e tem no País.

Para isso, a Mesa tem procurado, nesta nova legislatura, fazer com que todos tenham oportunidade. Sabemos que muitos Senadores estão aqui pela primeira vez e têm de adaptar-se ao ritmo do Senado Federal. Então, temos de dar oportunidade a todos.

Nesse sentido, há três semanas, por decisão da Mesa, pudemos esclarecer, na forma do Regimento Interno, pedindo aos Líderes que cumprissem o Regimento e que a palavra fosse concedida aos Líderes somente uma vez por sessão, que é o que determina o nosso Regimento.

Assim, mais uma vez, estou pedindo a colaboração de todos, para que todos tenham oportunidade. A Mesa tem recebido realmente muitas solicitações e reclamações dos Senadores que se têm inscrito para falar e não têm podido fazê-lo, justamente em virtude desses fatos apontados por V. Ex^a e de que a Casa é testemunha. Pouco a pouco, contribuiremos para que essa situação seja solucionada. Aprendi, ao longo da minha vida pública, que é muito melhor voltarmos naquilo que consideramos errado do que persistirmos no erro. E, mesmo não sendo errado, não havendo consenso na Casa sobre a decisão da Presidência, julgo que, no sentido da harmonia, deveríamos proceder dessa forma.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiramente, saúdo V. Ex^a pela decisão tomada, que gerou grande turbulência na Casa. Sei que V. Ex^a, conforme foi comunicado por alguns dos Líderes, tomou a decisão com base na reivindicação também de algumas Lideranças. Mas entendo que é de fundamental importância que o calendário da Casa seja estabelecido não em função de uma ou de outra questão conjuntural. Portanto, saúdo a decisão de V. Ex^a.

O Senador Pedro Simon acabou citando-me, embora eu não vá usar o Regimento em relação a isso, até porque não é isso que causa turbulência na sessão da Casa. O próprio Regimento estabelece que, Senador Gilberto Mestrinho, mesmo que eu cite V. Ex^a, durante toda a sessão, somente dois Senadores poderão usar da palavra para explicação pessoal. Portanto, não é isso que causa tumulto. Da mesma forma, os Senadores, Líderes de Partidos, ao constituírem um bloco, perdem a prerrogativa de Líder e, portanto, também não poderão falar.

Acabei tendo que aprender o Regimento, Sr. Presidente, porque passei quatro anos a comer poeira da cavalaria do Governo Fernando Henrique, embora muitos dos zelosos cavaleiros estejam atualmente no Governo atual. Assim, tive de estudar e aprender, por isso ainda infernizo a vida do Carreiro, da Claudinha, da Carminha para aprender o Regimento. Sabemos que, em ninho de serpentes – todos conhecemos os nossos e os venenos alheios –, o Regimento é soro antiofídico, fundamental para a vida e proteção de todos nós que aqui estamos.

Agradeço ao nobre Senador Paulo Paim a possibilidade de fazer esta comunicação inadiável, porque não poderia deixar de saudar a decisão da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que, há poucos momentos, concedeu **habeas corpus** a Diolinda, Zé Rainha, Mineirinho e outros companheiros do MST que estavam com prisão preventiva decretada. O STJ, na semana passada, já havia anulado a prisão preventiva decretada em outros processos, garantindo-lhes o direito de apelar em liberdade. Portanto, a Constituição foi zelada, tal qual a presunção de inocência. A decisão não se deixou contaminar pelo debate e pela turbulência pública em relação à questão da reforma agrária. O Tribunal de Justiça reconheceu que os réus participaram de todos os atos processuais, contribuíram pessoalmente para a instrução do processo e, por esse motivo, permaneceram em liberdade. Espero que o Juiz da região, Dr. Athis de Araújo, analise o momento com a serenidade que o caso exige. Eu, talvez, não seja a melhor pessoa para cobrar serenidade de alguém, porque todos sabem que, ao defender meus princípios, sou quase kamikaze. Fazemos um apelo ao Juiz no sentido que não acabe por expedir uma nova sentença condenatória diante do **habeas corpus** concedido pelo Tribunal de Justiça.

Antes de terminar, Sr. Presidente, felicito os desembargadores e os juízes deste País por suas atuais decisões. Digo isso com muita serenidade, porque, tanto no meu Estado como nacionalmente, sempre fiz muitos embates contra a Justiça, mas, no momento em que o Tribunal de Justiça, o STJ ou qualquer setor da Justiça brasileira dá demonstrações de zelo pela ordem jurídica vigente, sem dúvida, preciso enaltecer essas atitudes.

Em várias decisões, o Superior Tribunal de Justiça concluiu no sentido de que "a Justiça não pode ser instrumento de ação política contra os movimentos que se insurgem contra as desigualdades econômicas e sociais". Enalteceu, ainda, que o movimento popular visando implantar a reforma agrária não caracteriza crime contra o Patrimônio. Configura direito coletivo, expressão da cidadania,

visando implantar programa constante da Constituição da República [no caso, a reforma agrária]. A pressão popular é própria do Estado de Direito democrático. A Constituição da República dedica o Capítulo III do Título VII à Política Agrícola e Fundiária e à Reforma Agrária. Configura, portanto, obrigação do Estado. Correspondentemente, di-

reito público, subjetivo de exigência de sua concretização. Na ampla arca dos Direitos de Cidadania, situa-se o direito de reivindicar a realização dos princípios e norma constitucionais. A Carta Política não é mero conjunto de intenções. De um lado, expressa o perfil político da sociedade, de outro, gera direitos. É, pois, direito reclamar a implantação da reforma agrária. Legítima a pressão aos órgãos competentes para que aconteça, manifeste-se historicamente. Reivindicar, por reivindicar, insista-se, é direito.

Sr. Presidente, mais uma vez, saúdo as decisões tomadas pelo STJ e pela Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo e apelo ao Juiz da região, Dr. Athis de Araújo, que mantenha a decisão, por favor. Neste momento – estamos às vésperas do Natal –, é inadmissível que crianças assistam a fatos como este, da menina Sofia, de dois anos de idade, e de João Paulo, de 10 anos, que viram sua mãe e seu pai serem arrancados de sua própria casa. No momento em que Sofia se encontrava nos braços de Diolinda, sua mãe foi arrastada para fora de casa para ser aprisionada. Assim, é de fundamental importância que a decisão tomada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e pelo STJ sejam efetivamente respeitadas. Portanto, mais uma vez, saúdo esses Tribunais, que, graças a Deus, não se deixaram contaminar pela turbulência política gerada na imprensa, no Parlamento ou em qualquer outro setor da sociedade em relação à reforma agrária.

Conforme foi dito sobre outras decisões tomadas,

a luta pela reforma agrária põe à mostra as injustiças sociais que campeiam na concentrada estrutura fundiária brasileira. Mas, mais do que isso, é uma luta pela inclusão social, pela possibilidade da participação produtiva e criativa na sociedade dos que dela têm sido sistematicamente excluídos por um processo econômico perverso e, mais do que tudo, pela dignidade da pessoa humana. Tudo isso nada mais é do que a concretização dos princípios estruturantes do Estado democrático e social de Direito. Ora, um movimento social dessa profundidade [como o MST] e, com a finalidade de reconstruir uma sociedade mais humana, solidária e igualitária e bem menos injusta e marginalizadora, poderá até cometer excessos, mas sua atuação não poderá ser confundida com ações criminosas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, José Sarney, Sras e Srs. Senadores, com alegria, registro que o Grupo Votorantim, de propriedade e sob o comando do Sr. Antônio Ermírio de Moraes, até que enfim, instalará uma indústria de cimento no meu Estado, Tocantins, na região de Filadélfia. Há muito tempo, ele tem a concessão da lavra do calcário, que possibilita a industrialização do cimento. A instalação dessa indústria só está sendo possível em função do avanço da Ferrovia Norte-Sul, que, para minha alegria, Sr. Presidente – devo dizer –, foi lançada por V. Ex^a, quando Presidente da República. Somos parceiros da mesma idéia, um projeto, sem sombra de dúvida, de interesse nacional, pelo qual tanto temos lutado.

Por ocasião da campanha eleitoral, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao Estado de Tocantins, disse que era seu desejo concluir as obras inacabadas e que uma das prioridades de seu Governo seria a Ferrovia Norte-Sul dentro do território tocantinense.

Na verdade, a obra necessita de recursos, a fim de que possamos fazê-la avançar ainda mais. Como disse, o Grupo Votorantim implantará a indústria de cimento, que, sem dúvida, gerará emprego e renda para a população.

Ainda na semana passada, falava a esse respeito, pois uma de minhas maiores preocupações em relação à população do meu Estado e do Brasil é a geração de emprego e renda. Quando o cidadão possui emprego, a família vive melhor.

Portanto, quero aqui enaltecer a decisão do grupo Votorantim. Desejo até, Sr. Presidente, fazer uma visita a esse grupo lá em São Paulo, para, é claro, declarar o nosso apoio a esse projeto tão importante. Quando um empresário vai ao nosso Estado – já dizia o ex-Governador Siqueira Campos e o diz o atual Governador, Marcelo Miranda, que foi recebido pelos diretores dessa empresa –, temos que estender tapete vermelho para ele, oferecendo-lhe todo o apoio que pudermos. E esse grupo, portanto, lá estará em função da ferrovia, num futuro bem próximo. A empresa ficará a uma distância de, mais ou menos, vinte quilômetros dessa jazida, que irá produzir cimento para a população do Tocantins e do Brasil.

A nossa Bancada no Senado e na Câmara dos Deputados, juntamente com o Governador Marcelo Miranda, com os homens e mulheres tocantinenses, está lutando arduamente para que possamos levar a indústria para o Tocantins.

E neste momento tão difícil da vida nacional, tenho, Sr. Presidente, que registrar com alegria essa decisão do Grupo Votorantim de instalar uma indústria de cimento no Município de Filadélfia, próximo a Babaçulândia e à cidade de Araguaína, que me elegeram Prefeito, Vereador, Deputado e Senador.

Então, registro esse fato com muita alegria e convido os empresários que não conhecem Tocantins a visitarem essa nova Unidade da Federação, o mais jovem Estado brasileiro, está dando exemplos e exemplos bons, que deu tão certo e que vem honrando com os seus compromissos! É muito bom para o Estado quando um empresário chega e vê a construção de rodovias, sua malha sendo construída, o povo feliz e contente, porque o pagamento está em dia. Enfim, lá o Governo tem cumprido o seu papel, tem cumprido com a sua obrigação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Sras e Srs. Senadores, quero dizer, em primeiro lugar, que estive, esse final de semana, em Teresina e União e fui a Timon, para visitar essa linda cidade maranhense, ao lado de Teresina. Mas quero também, hoje, fazer um pequeno comentário sobre a reforma da previdência e uma saudação ao Senador Tião Viana, Líder do Bloco, parabenizando-o pela sua atuação e pelo seu desempenho como Relator da matéria, que me dá uma expectativa muito grande de solução de um grande problema que o nosso País vive.

Um dos comentários que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, diz respeito à aproximação entre o Regime Geral da Previdência e os regimes próprios.

O ponto mais importante da reforma da previdência encaminhada ao Congresso Nacional pelo atual Governo é, sem sombra de dúvida, a aproximação entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência dos servidores públicos.

Nesse sentido, tem-se que os futuros servidores públicos passarão a ter um regime de aposentadorias quase idêntico ao dos trabalhadores da iniciativa privada, constante de um regime básico de repartição e de fundo contributivo, que pagará benefício até um teto de R\$2.400,00 para todos e, a partir daí, de um regime complementar, de capitalização.

Com relação aos atuais servidores, estabelecem-se normas especiais que buscam, na medida do possível e da capacidade das finanças públicas, garantir-lhes alguma forma de manutenção proporcional

de suas expectativas, ao mesmo tempo em que também se avança na aproximação entre os diversos regimes previdenciários.

Para os já aposentados, garantem-se os seus direitos adquiridos.

Vale comentar que, ainda na mesma direção, pode ser considerada a polêmica contribuição dos servidores inativos e pensionistas que, efetivamente, caminha no sentido do aumento da isonomia dos regimes previdenciários e de torná-los mais solidários. Isso porque a proposta prevê, para esse tipo de contribuição, faixas de isenção que fazem com que ela somente tenha repercussão sobre os inativos e pensionistas de renda um pouco mais elevada e trate os atuais e futuros servidores de forma totalmente isonômica com relação aos trabalhadores da iniciativa privada.

Trata-se, no todo, de providências fundamentais no sentido da isonomia entre os cidadãos, eliminando privilégios pagos por conta dos tesouros públicos.

2º) Consistência atuarial para os regimes próprios de previdência dos servidores públicos.

Talvez o principal problema dos atuais regimes próprios de previdência dos servidores públicos seja o fato de que esses regimes não têm lógica estritamente previdenciária, uma vez que não há, neles, qualquer vínculo entre o que os servidores contribuíram na atividade com os seus benefícios de aposentadoria e pensão.

Esse fato causa o permanente desequilíbrio financeiro desses regimes que não têm consistência atuarial. Isso tem obrigado os Entes federados a fazerem um grande esforço fiscal para atender às necessidades de financiamento dos seus regimes próprios, transferindo para eles recursos que poderiam ser usados no atendimento a outras necessidades da população.

Uma grande virtude da PEC nº 67, de 2003, é exatamente permitir que se dê consistência atuarial para os regimes próprios de previdência dos servidores públicos e se reduzam as suas necessidades de financiamento, permitindo que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinem mais recursos para as suas atividades fins, na prestação de serviços à população.

Isso se dá, de forma imediata, com o aumento da rigidez das normas de aposentadoria dos atuais servidores públicos e, de forma permanente, com a criação de mecanismos que fazem com que as aposentadorias e as pensões dos futuros funcionários sejam calculadas sempre em função de suas contribuições, como ocorre com o RGPS.

3º) Teto remuneratório

Ainda na linha de redução dos privilégios e de permitir que as finanças públicas se liberem do paga-

mento de vantagens irrazoáveis, a PEC nº 67, de 2003, dá eficácia ao teto remuneratório dos servidores públicos e institui subtetos nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Essa providência moralizadora poderá permitir o corte nas remunerações elevadas, aliviando os tesouros públicos.

4º) Mudanças no RGPS

Apesar de a reforma da previdência que ora tramita nesta Casa não ter como foco o Regime Geral de Previdência Social, ela promove duas importantes alterações nesse regime que, com certeza, permitirão o seu aprimoramento.

Trata-se, de um lado, do aumento do teto desse regime dos atuais R\$ 1.869,34 para R\$ 2.400,00, equivalentes, nesta data, a 10 salários mínimos. Essa alteração permitirá tornar o RGPS mais adequado ao perfil de renda da nossa sociedade, na medida em que cobrirá a imensa maioria dos salários pagos pela iniciativa privada.

Como não dará tempo para terminar, peço para dar como lido o restante do meu discurso, Sr. Presidente, e, por último, lembro a necessidade da ida de uma comitiva de Senadores para acompanhar o caso do Município de Porto de Moz, sobre o qual me pronunciei na semana passada, tendo, inclusive, sido aprovado requerimento do qual a Senadora Ana Júlia e os Senadores Duciomar Costa e Luiz Otávio... Acho que seria muito importante a presença dos três Senadores como mediadores nas negociações daquele conflito e para o qual é preciso uma tomada de providência imediata.

Era isso, Sr. Presidente.

SEGUE CONCLUSÃO DO PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A segunda alteração no RGPS é a previsão de que lei disporá sobre a criação, no seio desse regime, de sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição. Trata-se de colocar dentro da previdência social cerca de 30 milhões de brasileiros que hoje não têm qualquer tipo de cobertura quando perdem a sua capacidade laboral.

Claro, não se podemos exagerar o alcance dessa última providência no sentido de ampliação da cidadania dos brasileiros, mas é, sem dúvida, uma

grande avanço para a inclusão dos mais pobres no sistema de proteção social.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 2003

Acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para indicar como crime precedente o tráfico de criança, adolescente e mulher.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 março de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

“Art. 1º
.....
IX – tráfico de criança ou adolescente;
X – tráfico de mulheres.
.....(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Segundo dados da Comissão das Nações Unidas de Prevenção ao Crime e Justiça Penal, o tráfico internacional de mulheres e crianças é o terceiro delito em volume de lucros ilícitos, perdendo apenas para o tráfico de entorpecentes e para o tráfico de armas.

O lucro ilícito auferido pelo tráfico de seres humanos tem sido legitimado por intermédio das práticas de “lavagem” de dinheiro.

No Brasil, desde a promulgação da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a “lavagem” de dinheiro é crime. Em conformidade com o art. 2º, § 1º, “a denúncia será instruída com indícios suficientes da existência do crime antecedente nesta lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor daquele crime.” Assim, quando os bens não têm sua origem em fato tipificado penalmente, não se pode falar no delito de “lavagem” de dinheiro.

O tráfico de crianças, adolescentes e mulheres pode ser açambarcado pela expressão de “crime praticado por organização criminosa”, indicada no elenco do art. 1º da referida lei. Entretanto, inexiste no nosso a definição legal do que seja organização criminosa,

dificultando a persecução criminal deste significativo ramo de movimentação ilícita de fundos.

Melhor distinção do crime precedente facilita a cooperação internacional, tendo em vista a necessidade de respeita aos princípios de reciprocidade e especialidade da infração penal.

Assim, com o intuito de proporcionar maior efetividade à Lei nº 9.613, de 1998, buscamos o apoio de nossos Pares para o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2003 –
Senador **Valmir Amaral**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.613 DE 3 DE MARÇO DE 1998

.....
Art 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

I – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

II – de terrorismo;

III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção;

IV – de extorsão mediante seqüestro;

V – contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos;

VI – contra o sistema financeiro nacional;

VII – praticado por organização criminosa.

Pena: reclusão de três a dez anos e multa.

§ 1º In corre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo:

I – os converte em ativos lícitos;

II – os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III – importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.

§ 2º In corre, ainda, na mesma pena quem:

I – utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe serem provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo;

II – participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou

secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta lei.

§ 3º A tentativa é punida nos termos do parágrafo único do art. 14 do Código Penal.

§ 4º A pena será aumentada de um a dois terços, nos casos previstos nos incisos I a VI do **caput** deste artigo, se o crime for cometido de forma habitual ou por intermédio de organização criminosa.

§ 5º A pena será reduzida de um a dois terços e começará a ser cumprida em regime aberto, podendo o juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la por pena restritiva de direitos, se o autor, co-autor ou participe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimento que conduzam à apuração das infrações penais e de sua autoria ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 450, DE 2003

Acrescenta artigo à Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973, para facultar a adoção dos procedimentos nela previstos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, durante o prazo mencionado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973, com as modificações introduzidas pela Lei nº 9.821, de 23 de agosto de 1999, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte artigo:

“Art. 6º-A. Até 31 de dezembro de 2004, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão adotar os procedimentos estatuídos nesta lei para promover a regularização registral dos bens imóveis discriminados administrativamente ou pertencentes ao domínio das respectivas esferas de competência.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei visa a ensejar a adoção dos procedimentos previstos na Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973, pelos entes subnacionais, de forma a propiciar a regularização do registro dos bens imóveis pertencentes ao domínio dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Trata-se de reivindicação de diversas unidades federadas, que vislumbram nas normas federais a oportunidade de promover, com eficiência e presteza, o registro dos seus bens. Como os entes subnacionais não têm competência para legislar sobre a matéria (*registros públicos*), que é de competência privativa da União, nos termos do art. 22, XXV, da Constituição Federal, cabe introduzir modificação da referida Lei federal com o propósito de, sem invadir de forma alguma a esfera de autonomia desses entes políticos, possibilitar, em caráter facultativo, a utilização das normas de procedimento já adotadas pela União em relação aos seus bens.

A norma projetada provê cobertura aos entes subnacionais até 31 de dezembro de 2004, prazo considerado suficiente para a ultimação das providências pelas unidades federadas efetivamente interessadas na adoção dos procedimentos previstos na lei.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2003. – Senador **Luiz Otávio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 5.972, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1973

Regula o Procedimento para o Registro da Propriedade de Bens Imóveis Discriminados Administrativamente ou Possuídos pela União.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Poder Executivo promoverá o registro da propriedade de bens imóveis da União: (Redação dada pela Lei nº 9.821, 23-8-99)

I – discriminados administrativamente, de acordo com a legislação vigente;

II – possuídos ou ocupados por órgãos da Administração Federal e por unidades militares, durante vinte anos, sem interrupção nem oposição.

Art. 2º O requerimento da União, firmado pelo Procurador da Fazenda Nacional e dirigido ao Oficial do Registro da circunscrição imobiliária da situação do imóvel, será instruído com:

I – decreto ao Poder Executivo, discriminando o imóvel, cujo texto consigne:

1º – a circunscrição judiciária ou administrativa, em que está situado o imóvel, conforme o critério adotado pela legislação local;

2º – a denominação do imóvel, se rural; rua e número, se urbano;

3º – as características e as confrontações do imóvel;

4º – o título de transmissão ou a declaração da destinação pública do imóvel nos últimos vinte anos;

5º – quaisquer outras circunstâncias de necessária publicidade e que possam afetar direito de terceiros.

II – certidão lavrada pelo Serviço do Patrimônio da União (SPU), atestando a inexistência de contestação ou de reclamação feita administrativamente, por terceiros, quanto ao domínio e à posse do imóvel registrando.

Parágrafo único. A transcrição do decreto mencionado neste artigo independe do prévio registro do título anterior, quando inexistente ou quando for anterior ao Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º-1-1916).

Art. 3º Nos quinze dias seguintes à data do protocolo do requerimento da União, o Oficial do Registro verificará se o imóvel descrito se acha lançado em nome de outrem. Inexistindo registro anterior, o oficial procederá imediatamente à transcrição do decreto de que trata o art. 2º que servirá de título aquisitivo da propriedade do imóvel pela União. Estando o imóvel lançado em nome de outrem, o Oficial do Registro, dentro dos cinco dias seguintes ao vencimento daquele prazo, remeterá o requerimento da União, com a declaração de dúvida ao Juiz Federal competente para decidi-la.

Art. 4º Ressalvadas as disposições especiais constantes desta lei, a dúvida suscitada pelo Oficial será processada e decidida nos termos previstos na legislação sobre Registros Públicos, podendo o Juízo ordenar, de ofício ou a requerimento da União, a notificação de terceiro para, no prazo de dez dias, impugnar o registro com os documentos que entender.

Art. 5º Decidindo o Juiz que a dúvida improcede, o respectivo escrivão remeterá, incontinenti, certidão de despacho ao Oficial, que procederá logo ao registro do imóvel, declarando, na coluna das anotações, que a dúvida se houve como improcedente, arquivando-se o respectivo processo.

Art. 6º A sentença proferida da dúvida não impedirá ao interessado o recurso à via judiciária, para a defesa de seus legítimos interesses.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1973; 152º da Independência e 85º da República. – **EMILIO G. MEDICI – Alfredo Buzaid – Antônio Delfim Neto.**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO III Da Organização do Estado

CAPÍTULO II Da União

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXV– registros públicos;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretaria em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 1.047, DE 2003

Nos termos do Art. 335, Inciso III, requeiro o sobremento do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, em face da nova Lei de Estrangeiros que dará tratamento amplo ao tema, sendo, portanto, mais abrangente que o objetivo da matéria aqui mencionada.

Justificação

Em evento recente ocorrido no Centro Cultural de Brasília, o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Dr. Luiz Paulo Barreto, anunciou o anteprojeto de uma nova Lei de Estrangeiros, que será aberto à consulta pública para receber críticas e sugestões, para envio ao Congresso Nacional.

Nesses termos, seria de bom alvitre que o Senado aguardasse a tramitação de matéria supra mencionada, de maneira a dar o tratamento amplo que o tema está a exigir.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2003. – Senador **Tião Viana**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr^a 1^ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.048, 2003

Requer a inserção nos Anais do Senado Federal de voto de pesar pelo falecimento de Gean Oliveira de Araújo, filho do chefe do Departamento de Limpeza Pública do município de Manaus/AM.

Requeiro, nos termos do Art. nº 218, do Regimento Interno, que seja consignado nos Anais do Senado, voto de pesar pela morte, ocorrida na ultima sexta-feira, em Manaus/AM, do jovem de 21 anos, filho de tradicional família amazonense, Sr. Gean Oliveira de Araújo.

Solicito que o voto que ora requeiro seja levado ao conhecimento de seus familiares.

Justificação

Jovem, digno, correto e trabalhador, filho do chefe do Departamento de Limpeza pública do município de Manaus/AM, Chico Mendes, membro de tradicional família amazonense, foi Gean Oliveira de Araújo, quando em pleno gozo de sua juventude, vítima de assassinato. Mais uma vítima da onda de violência que assola todo nosso País. Que seu exemplo perdure, que seu caráter prevaleça e que a forma como se foi, não seja jamais esquecida.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

Sobre a mesa, ofício da Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz que será lido pela Sr^a 1^ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte

Ofício GSSS nº 641

Brasília, 29 de outubro de 2003

Senhor Presidente,

Conforme prevê o artigo 3º da Resolução nº 2, de 2001, a indicação da candidatura ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz deverá ser encaminhada à Mesa do Senado Federal até o 1º de novembro de cada ano.

Tendo em vista o intenso ritmo dos trabalhos no Congresso Nacional e mais particularmente no Senado Federal, que vota no momento as reformas da Previdência e Tributária, e os inúmeros pedidos de prorrogação do prazo de instituições interessadas em fazer indicações, encareço a Vossa Excelência, em caráter excepcional, autorizar a prorrogação do referido prazo para o dia 1º de dezembro de 2003.

Na expectativa da melhor acolhida, manifesto a Vossa Excelência a expressão do meu apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, **Serys Slhessarenko**, Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Atendendo à solicitação da Senadora Serys Slhessarenko, Presidente do Conselho do Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz, fica prorrogado para o dia 1º de dezembro próximo o prazo de indicação para o referido diploma.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que dá nova redação ao § 3º do art. 176 da Constituição Federal e ao art. 44 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (dispõe sobre o prazo para as autorizações e concessões relativas à pesquisa de recursos e jazidas minerais), tendo

Parecer sob nº 360, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Discussão, em conjunto, da proposta e das emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia oportunamente para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 2:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 11, DE 2001**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2001, tendo com primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera a redação do art. 102, inciso I, alínea h, e acrescenta inciso XII ao art. 109 da Constituição Federal, permitindo ao Supremo Tribunal Federal delegar aos Juízos Federais de 1^a instância a homologação de sentença estrangeira relativa a separação judicial e divórcio, tendo

Parecer favorável, sob nº 383, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra à Senadora Slhessarenko, primeira oradora após a Ordem do Dia. S. Ex^a dispõe de 50 minutos, na forma regimental.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tentarei, por solicitação da maioria, pelo que percebi, usar o mínimo de tempo possível.

Em primeiro lugar, registro o acolhimento, de pronto, do Presidente José Sarney, no que diz respeito à prorrogação do prazo para o recebimento dos currículos, com as respectivas justificativas, solicita-

dos pelo Conselho da Mulher-Cidadã Bertha Lutz, para a premiação, que será concedida a cinco mulheres de destaque no País. Apesar da premiação ocorrer em 8 de março de 2004, ou seja, no ano vindouro, é necessário o encaminhamento dos currículos até 1º de dezembro, conforme decisão tomada há pouco pelo Presidente do Senado, Senador José Sarney.

Sr. Presidente, quero fazer o registro, antes de tratar da minha fala principal, de um documento que recebi hoje da Comissão Pastoral da Terra, de Porto Alegre do Norte, Mato Grosso.

E passo a ler apenas o início e não todo o documento, objetivando registrar, realmente, a séria e grave situação do que está ocorrendo no projeto de Assentamento Liberdade:

O Oficial de Justiça da Comarca de Porto Alegre do Norte, Mato Grosso, foi ao Projeto de Assentamento Liberdade, hoje, pela manhã, acompanhado por 40 Policiais Militares, para executar uma liminar de reintegração de posse, supostamente deferida pelo Juiz da Comarca de Vila Rica, Mato Grosso, que responde pela Comarca de Porto Alegre do Norte, também em Mato Grosso. Tal ação é irregular, pois a área pertence à União. Portanto, a questão é da competência da Justiça Federal.

Esperamos que a ação de Polícia não aconteça, uma vez que, caso essa liminar – não estamos de posse dela – tenha sido concedida pela Justiça Estadual, ela é totalmente irregular.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é com muita apreensão que todos nós, Parlamentares e cidadãos, acompanhamos o noticiário relacionado com a ação da Procuradoria da República e da Polícia Federal dentro da denominada Operação Anaconda. Na verdade, não é só apreensão o que sentimos, mas um misto de apreensão e satisfação.

Pelo que se depreende do noticiário, estamos diante de uma poderosa quadrilha que, a partir do Estado de São Paulo, com ramificações por todo o Brasil, envolveria um expressivo número de Agentes e Delegados da própria Polícia Federal e um grupo de Juízes Federais.

Esses Agentes da Polícia Federal e os Juízes, alvos da denúncia, teriam se associado para a prática dos seguintes crimes, listados, hoje, pela imprensa nacional: venda de sentenças, liberação de mercadorias contrabandeadas e a montagem de um poderoso

esquema, visando dificultar a incriminação de suspeitos ainda na fase de inquérito.

É muito preocupante e mesmo assustador para a cidadania brasileira, de repente, perceber até onde pode chegar a corrupção de determinadas estruturas, tanto da Polícia Federal quanto do Judiciário, em nosso País.

Mas, ao mesmo tempo, é bom saber que a Polícia Federal e o Ministério Público não estão paralizados e se mostram dispostos a cortar na própria carne. Se existem aqueles que se corrompem, existem também aqueles que procuram deter a corrupção – e espero que seja nisso que se traduza a Operação Anaconda.

Fico aqui torcendo para que essas investigações se aprofundem. E que não só a Polícia Federal e o Ministério Público se dediquem à análise criteriosa dessas denúncias, como também a nossa mídia – e faço um apelo à mídia do País –, que mantém programas diários mostrando, denunciando, às vezes até de forma exagerada, as atividades criminosas – eu não diria crimes de pequeno porte, mas determinadas irregularidades –, enquanto que, em determinados momentos, para os grandes crimes se calam.

Faço um apelo à mídia: tolerância zero à criminalidade! Tudo bem. Vamos exigir, Srªs e Srs. Senadores, que programas como o do jornalista José Luís Datena, o de Nei Gonçalves Dias, Roberto Cabrini, entre tantos outros repórteres que se especializaram em fazer da cobertura de fatos policiais um **show** de fim de tarde, que esses repórteres e programas se voltem à cobertura também desses fatos e crimes que envolvem peixes graúdos.

Já se disse que a postura editorial de um jornal, de uma televisão ou de uma emissora de rádio é definida no dia-a-dia pela pauta de matérias que ela oferece a seu público. Para ser bem sincera, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria muito de ver essa imprensa, que se perde em escândalos em torno dos crimes praticados pelo nosso zé povinho; que em muitos casos serve mais para espalhar preconceitos do que contribuir com o esclarecimento dos fatos, eu gostaria que essa imprensa pautasse os seus programas por situações como essa de São Paulo, essa Operação Anaconda, que tantas revelações ainda pode nos trazer; que essa imprensa paute também suas investigações em fatos ocorridos no Espírito Santo e Mato Grosso sobre o crime organizado e aqui mesmo, no Congresso Nacional, como a CPI do Banestado. Seria muito bom se esses programas nos ajudassem a desbaratar e esclarecer situações verdadeiramente importantes como essas que aqui iden-

tifico e relaciono. Quem sabe assim os meios de comunicação passariam realmente a nos ajudar na educação da nossa população; a contribuir para a informação, que é importante e fundamental para a nossa população. Todos sabemos que quem tem informação tem poder. E povo bem informado tem mais cidadania.

Sobre a operação “Anaconda”, eu gostaria de destacar o que publica hoje o jornal **Folha de S. Paulo**, lendo um trecho da matéria.

Operação Anaconda. Ação foi deflagra da após gravação telefônica captar instruções para acusados destruírem documentos.

Reportagem de Frederico Vasconcelos.

O Ministério Pùblico Federal poderá oferecer denúncia contra mais policiais federais de São Paulo e de outros estados que estariam também envolvidos no esquema que negociava a venda de sentenças judiciais, a liberação de mercadorias contrabandeadas e as maneiras para dificultar a incriminação de suspeitos ainda na fase de inquérito.

Os Procuradores da República que estão à frente da Operação Anaconda deverão se reunir hoje para decidir se pedem a prorrogação da prisão preventiva dos envolvidos. Prevê-se ainda uma reunião extraordinária do Órgão Especial do TRF para decidir sobre o eventual afastamento dos juízes federais João Carlos da Rocha Mattos, Casem Mazloum e Ali Mazloum, que foram denunciados por formação de quadrilha, entre outros crimes. Somente hoje os denunciados deverão receber a intimação com cópia das denúncias. Terão quinze dias para oferecer defesa. Pelo teor das entrevistas concedidas pelo juiz Rocha Mattos e pelos irmãos Mazloum, os procuradores avaliam que esses magistrados ainda não têm um quadro completo da amplitude das denúncias e dos crimes de que são acusados.

A Operação Anaconda prendeu oito pessoas na última quinta-feira – dois delegados, um da ativa e outro aposentado, um agente da Polícia Federal, dois advogados, dois empresários e a ex-mulher do Juiz Rocha Mattos. Agora, as medidas deverão es-

tender-se a outros Estados e poderão envolver novas prisões.

(...)

Os procuradores da República reabrem a queixa do Juiz Rocha Mattos de que teria havido excesso no aparato policial, ao terem invadido o apartamento de sua ex-mulher, Norma Regina Emílio Cunha, com submetralhadoras.

Como reforço desse argumento, citam que na residência do Agente da Polícia Federal César Herman Rodriguez – um dos oito presos na quinta-feira e que seria um dos mentores da organização – foram apreendidas muitas armas.

A Operação Anaconda também chegou a apreender mais de US\$550.000 e dois quilos de ouro em barra na casa da ex-mulher de Rocha Mattos.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que esse é um caso que ainda promete muitos desdobramentos.

Outra matéria da **Folha de S.Paulo** de hoje registra o seguinte. Leio a matéria porque talvez os cidadãos não vejam esta notícia no programa do Date- na, nos programas policiais do fim de tarde, e é importante que nós, mediante a **TV Senado**, divulguemos esses fatos.

Operação da PF já teria localizado US\$6,2 milhões em paraíso fiscal

Reportagem de Iuri Dantas, da Sucursal de Brasília

A Operação Anaconda, da Polícia Federal, que investiga um grupo especializado na venda de sentenças judiciais em alguns Estados, já teria identificado depósitos de até US\$ 6,2 milhões em bancos da Suíça e das Ilhas Cayman.

A empresa titular das contas teria vínculos com um dos juízes denunciados pelo Ministério Público Federal. O valor foi confirmado pelo vice-Presidente da CPI da Pirataria, Deputado Julio Lopes (PP – RJ), que está acompanhando as investigações.

Na tentativa de obter provas contra os juízes federais Ali Mazloum e Casem Mazloum, a CPI vai tomar hoje o depoimento do ex-delegado da Polícia Federal Gilberto Américo.

(...)

No cargo, Américo chocou-se com o Judiciário paulista em outras duas ocasiões. Pediu a prisão dos ex-prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta, por irregularidades no uso de precatórios (emissão de títulos públicos para pagar supostas dívidas judiciais).

Em 1997, apreendeu 80 contêineres com carga supostamente contrabandeadas por Law Kin Chong, chinês considerado o rei da pirataria pela Polícia Federal de São Paulo. O material foi devolvido ao dono por ordem do ex-desembargador Paulo Theotonio da Costa, afastado do Tribunal Regional Federal.

O depoimento de Américo à CPI ganhou importância a partir da Operação Anaconda, deflagrada pela PF na semana passada. Foram presas oito pessoas, entre elas dois delegados da própria PF, um da ativa e outro aposentado, e um agente federal. Além dos irmãos Mazloum, também foi denunciado como parte integrante do grupo o juiz federal João Carlos da Rocha Mattos.

Uma das linhas da investigação tenta comprovar o relacionamento entre Mattos e Law King Chong. O chinês teria presenteado o magistrado com um aparelho de tevê apreendido na casa da ex-mulher do juiz, Norma Emilio Cunha, também presa na operação.

“Recebemos a denúncia de que o Rocha Mattos mudou o plantão para libertar o Lobão às 18 horas. Havia um avião esperando por ele no Campo de Marte, com rota para o Paraguai”, disse o Deputado. Lobão é a alcunha de Roberto Eleutério da Silva, um dos maiores contrabandistas de cigarros do país, preso em setembro pela Polícia Federal.

Segundo o vice-presidente da CPI, o ex-Delegado Américo deve apresentar o nome de outros dois magistrados envolvidos no esquema. Ontem, a **Folha** antecipou que a PF ainda reúne evidências contra uma juíza federal de São Paulo.

Isso é o que informa a **Folha de S.Paulo**.

Quero destacar que todos os acusados nessas investigações levadas a efeito pela Polícia Federal e o digno Ministério Pùblico precisam ter assegurado o mais amplo direito de defesa. Estou disposta a divulgar nesta tribuna qualquer informação sobre abuso

de autoridade ou desrespeito às leis que os acusados possam alegar e que não estejam sendo, quem sabe, retratadas nessas reportagens.

Destaco também, Sr. Presidente, que é muito importante percebermos que o Poder Judiciário não pode querer ser tratado como um poder acima dos outros Poderes. As investigações sobre os desmandos do Poder Judiciário têm que ser aprofundadas, sim, e elas serão, certamente, mais eficazes à medida que pudermos, aqui neste Congresso Nacional, implementar a reforma do Poder Judiciário, estabelecendo critérios que, sem tirar a autonomia dos juízes, permitam um maior controle da sociedade sobre as práticas desse Poder, que são cotidianamente tão questionadas.

Veja, Sr. Presidente, que, no Estado de Mato Grosso, dispomos de um **site** de informações, o **Olhar Direto**, que tem sido incansável na busca de um aperfeiçoamento das práticas do Poder Judiciário em nosso Estado.

Quero aqui, de público, elogiar o trabalho do jornalista mato-grossense Marcos Coutinho e, por meio dele, saudar todos os grandes profissionais pelo País afora que, felizmente, são maioria. Marcos Coutinho, editor do **site Olhar Direto** enfrenta uma série de riscos pessoais, expondo mesmo a tranqüilidade de sua família, tem se disposto a denunciar aqueles vícios que, segundo entende, precisam ser extirpados do Poder Judiciário de Mato Grosso.

“Tolerância Zero contra o Nepotismo no Poder Judiciário de Mato Grosso” – essa é uma das bandeiras que Marcos Coutinho defende em seu informativo. Nesse sentido, o **Olhar Direto**, em sua edição de 25 de outubro, divulgou o que agora passo a ler:

Maoria dos aprovados no concurso de juiz é de filhos e assessores de magistrados.

Reportagem de Marcos Coutinho, que segue:

Dos 28 advogados, aprovados no concurso para Juiz de Direito do Tribunal de Justiça, na segunda fase (processual), nada menos do que 19 são filhos e assessores de juízes e desembargadores.

Levantamento feito pelo **Olhar Direto** com fontes do TJ/MT confirma que vários deles, apesar de aprovados na segunda fase, só chegaram nessa etapa porque entraram com recursos administrativos. No total, 36 foram aprovados nessa fase, visto que oito passaram por meio de recursos ad-

ministrativos. O concurso é para preencher 23 vagas de Juiz de Direito.

Em verdade, essa é a terceira fase do concurso, que já foi objeto de inquérito do Ministério Público Estadual, cujo resultado foi uma notificação para que os membros da comissão organizadora deixassem suas funções por causa da participação de parentes e assessores. A recomendação não foi aceita.

Além do inquérito, o concurso é alvo de uma ação popular ajuizada no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Trata-se de ação popular intentada originalmente no STJ, objetivando que seja anulado concurso público de juiz por suspeita de fraude, uma vez que há suspeitas de que parentes de autoridades locais teriam se beneficiado com o concurso.

Nos bastidores do Judiciário, os comentários dão conta de que alguns filhos e assessores, de fato, se preparam para o concurso e estudaram muito [não vamos negar]. “Outros não teriam nem condições de fazer uma prova de Português ou de Direito Constitucional com eficiência, pois não teriam condições nem de conjugar verbos em todas as flexões ou têm conhecimento limitado dos Códigos” [precisariam estudar muito mais], disse uma das fontes consultadas pelo **Olhar Direto**.

Tenho a lista dos assessores e filhos de magistrados aprovados no concurso de Juiz. O **Olhar Direto** teve a coragem de tratar do concurso do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Suspeitas que precisam ser esclarecidas para que a Justiça do nosso Estado possa ser respeitada como convém.

Mas as denúncias do jornalista Marcos Coutinho não param aí. Eis o que ele publicou no **Olhar Direto**, em 28 de outubro último. Volto a ler, Sr. Presidente:

Tráfico de influência no TJ/MT beneficia filhos, parentes e afilhados de magistrados com transferências de comarcas.

Parece coincidência, mas tudo o que o Juiz Leopoldino Marques do Amaral [aquele que apareceu assassinado e ninguém até hoje sabe por quem] disse contra a maior parte dos desembargadores do Tribunal de Justiça, com relação ao tráfico de influência, está ocorrendo hoje, parece até, de forma

natural, apesar de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ter arquivado as gravíssimas denúncias. Os casos de influência mais recentes estão ocorrendo com as transferências e disponibilização de filhos, parentes e afilhados dos magistrados de Comarcas do interior para a capital. Mais precisamente para o Tribunal de Justiça de Mato Grosso e fóruns das principais cidades do Estado.

Os maiores prejudicados são os juízes das comarcas do interior, que se denunciam as transferências ilegais e imorais, são perseguidos. É o medo de represálias, da perseguição. Outros se calam por mero corporativismo. Outros por leniência e outros por conivência mesmo. Os corajosos em denunciar são logo intimidados.

É o que publicou Marcos Coutinho, que, ao contrário de outros, prefere tratar das práticas questionáveis dos chamados peixes graúdos, do que ficar incomodando os bagrinhos, como acontece tanto em tantos programas que vemos por aí.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nem tudo são denúncias com relação ao Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Com muita satisfação, registro que a Câmara Municipal de Cuiabá, capital do meu Estado, homenageou figuras do Judiciário Federal e do Ministério Público que merecem ser homenageadas. E existem também figuras do Judiciário Estadual, com certeza, muitas, que merecem ser homenageadas.

Vejam o que divulgou o **Olhar Direto**, no dia 24 de outubro último:

“Autoridades que trabalham no combate ao crime organizado são homenageados.”

A Câmara Municipal de Cuiabá concedeu moção de aplauso ao Promotor de Justiça, Mauro Zaque, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo Ministério Público Estadual no combate ao crime organizado em Mato Grosso.

Também foram homenageados o Procurador Chefe da Procuradoria da República do Estado, Pedro Taques, e Juízes Federais Julier Sebastião da Silva e Sérgio Augusto Bearsi.

A solenidade aconteceu durante sessão plenária da Câmara.

“Sinto-me gratificado pelo trabalho reconhecido, mas servir a sociedade é nossa

obrigação”, lembrou o Promotor de Justiça [Mauro Zaque].

Nas pessoas do Promotor Mauro Zaque, de juízes federais como Julier Sebastião, César Augusto Bearsi, o Procurador da República em Mato Grosso, Pedro Taques, homenageio todo o Ministério Público Estadual e Federal de Mato Grosso, o Judiciário, aquele Judiciário sério que não compactua com as denúncias que acabo de relatar. Homenageio tanto o Judiciário estadual quanto o federal, neste momento, nessas figuras já citadas.

Veja, Sr. Presidente, que, em São Paulo, a operação Anaconda coloca juízes sob suspeita. Em Mato Grosso, os juízes federais recebem o carinho e o aplauso da população. Não se trata de fazer nenhuma campanha contra o Judiciário, mas justamente de buscar o contrário, que é o seu aperfeiçoamento, para que aqueles profissionais que se comprometem com o interesse coletivo possam ser destacados e homenageados.

Nesse sentido, registro ainda as palavras do Procurador da República de Mato Grosso, o ilustre Dr. Pedro Taques, sobre o comportamento do Judiciário estadual de nosso Estado. Eis o que publicou o **Olhar Direto**, em sua edição de 24 de outubro:

Takes diz que o Judiciário de MT está “deitado em berço esplêndido” ao não combater o crime e políticos corruptos.

Takes fez questão de ressaltar que não tem nada contra as pessoas que estão sendo presas, combatidas pelo crime organizado em Mato Grosso por ele, pelo Ministério Público, pela Polícia Federal. Disse que não tem nada contra o nome de pessoas, mas tem contra o crime que eles praticam. É óbvio que é isso que temos contra todos os criminosos. É realmente uma determinação de combater o crime que vem sendo cometido por essas pessoas ou grupos.

Takes observou ainda que há uma certa passividade por parte da sociedade, o que também pode ser interpretado como tolerância ao crime.

Pedro Taques, Procurador da República pelo Estado de Mato Grosso, também condenou as críticas que vem recebendo:

Muita gente vem me dizer que o meu negócio é mídia, que quero aparecer. Não vêm, porém, as ações que vêm sendo realizadas em prol da sociedade.

Taques observou que a ação contra o crime organizado, além de proteger a vida, visa acabar com as fraudes e também com a sonegação.

Por isso, temos que acompanhar, Sr^{as}s e Srs. Senadores, atentamente as ações desencadeadas dentro da chamada Operação Anaconda. Por isso, temos que prestigiar, aqui dentro do Congresso Nacional, as atividades da CPI do Banestado, numa investigação tão dedicadamente comandada pelo Senador Antero Paes de Barros, que não é do meu partido, e pelo nosso querido e estimado Deputado José Mentor, o Relator, ambos têm dirigido com firmeza essa CPI, que tem revelado dois Parlamentares muito sensatos e ao mesmo tempo ativos no desempenho de suas funções. Hoje mesmo, S. Ex^{as}s se encontram em outro Estado buscando informações, buscando depoimentos, como nós estivemos em São José do Rio Preto e estaremos novamente, nos próximos dias, em regiões do Estado de São Paulo, buscando depoimentos gravíssimos com relação a esse crime violento, tão violento quanto tirar a vida de uma pessoa, que é o roubo de recursos públicos. A CPI investiga a remessa de US\$30 bilhões para o exterior, quantia que saiu da boca de nossas crianças, dos remédios de nossos idosos, de políticas para a geração de empregos, para a saúde, educação e habitação.

Essa, eu diria, é a mãe das CPIs. E se realmente conseguir desvendar esse grande crime cometido contra o País, dificilmente outros, pelo menos nessa área, terão oportunidade de acontecer. Por essa razão, esperamos que todos nós, do Parlamento, da imprensa, do Poder Judiciário, do Ministério Público, todos os cidadãos brasileiros, não nos cansemos, não vacilemos, e continuemos atuando a fim de que o Brasil seja cada dia melhor. Que possamos superar a realidade conflitiva em que vivemos, com tanta violência, com tanto desrespeito à legislação vigente.

Ao encerrar, Sr. Presidente, gostaria de registrar que, no intuito de contribuir para o aperfeiçoamento da legislação que busca desbaratar as organizações criminosas no País, estamos trabalhando em projeto que dispõe sobre a repressão ao crime organizado. Um projeto que em breve será analisado pela Subcomissão de Segurança Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo Senador Tasso Jereissati, que tão bem vem conduzindo esses trabalhos, Subcomissão esta da qual também faço parte. Esta Subcomissão já trouxe sua contribuição com relação à Lei de Execuções Penais e outras

leis que dizem respeito à questão da segurança e estará trazendo em breve o projeto que tratará de uma legislação bastante séria sobre o crime organizado e o narcotráfico; com convicção, está trabalhando para melhorar a vida de todos os brasileiros, para o aperfeiçoamento de nossas instituições. Brevemente, esperamos tratar dos fundamentos desse projeto nesta tribuna.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Concedo o aparte à Senadora Ana Júlia, mesmo já tendo terminando o meu pronunciamento.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senadora, é apenas para parabenizá-la pela felicidade do tema: a violência, a corrupção e principalmente o desbaratamento de ações praticadas infelizmente até por juízes e por delegados. Como em todos os setores da sociedade, existem os que são bons e os que são ruins. Mesmo nós, políticos, sofremos na pele quando a sociedade inteira considera que todos são iguais, quando não são. V. Ex^a está de parabéns, assim como o Ministério Público Federal, que teve as condições e a competência de atuação. O interessante, Senadora Serys Slhessarenko, é que um desses juízes, acusado de tantas ações irregulares, ilegais e de beneficiamento pelos crimes, incluindo o crime organizado, considerou inocente o ex-Senador Luiz Estevão no seu envolvimento com os desvios dos recursos das obras do TRT de São Paulo. Por juízes dessa estirpe que são concedidas “inocências” a políticos que foram cassados aqui, ou mesmo que não tivessem sido, para que esses mesmos possam estampar na imprensa que são inocentes, dando inclusive um péssimo exemplo à nossa juventude. Então, estão de parabéns aqueles que fizeram essa operação. Esses cidadãos, esses juízes, esses delegados não são os únicos, mas tenho certeza de que são minoria. Concordo com V. Ex^a quando faz um apelo para que a grande imprensa divulgue também esses crimes, não só analisando o próprio MST, como fez com a Diolinda – ainda há pouco a nossa querida Senadora Heloísa Helena fez questão de registrar e saudar a Justiça que a fez soltar – mas divulgue também esses crimes de colarinho branco. Assim como esse cidadão dessa estirpe inocentou Luiz Estevão, quantos outros juízes não inocentaram outros políticos que ficam divulgando certidões negativas de suas inocências, mas que, na verdade, uma rápida investigação, apenas sobre sua vida e sobre o seu patrimônio são suficientes para derrubar aquela certidão de inocênc-

cia. Parabenizo-a, Senadora Serys Slhessarenko. Esse é o nosso papel, ficar atentos, inclusive, à boa utilização e à fiscalização dos recursos públicos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Encerrando, já que concedi o aparte, Sr. Presidente, quero deixar mais uma vez bem claro: Imprensa, Ministério Público Estadual, Federal, Justiça Estadual, Federal, o Judiciário Estadual do meu Estado, Mato Grosso, a grande maioria é constituída de pessoas sérias e honestas, mas, infelizmente, existe aquela minoria que está a cometer os crimes que aqui relatei. Portanto, que fique muito claro: a grande maioria, felizmente, é de gente séria, é de poderes sérios, mas, existem aqueles que têm que ser realmente banidos de todos esses setores que acabamos de falar. Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papáleo Paes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Papáleo Paes) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino como Líder do PFL. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, desejo manifestar, de forma rápida, a opinião do meu Partido a respeito da MP nº 135, editada na última sexta-feira, sob os bons augúrios do fim da cumulatividade da cobrança da Cofins e da redução do IPI incidente sobre a produção de bens de capital. São bons augúrios, boas notícias, Senador Osmar Dias. Mas vamos aos fatos, às circunstâncias, à análise dos fatos, a nossa obrigação.

Fim da cumulatividade: a alíquota é a mesma? Não. A calibragem, na minha opinião, foi absolutamente desmesurada, como desmesurada foi a calibragem operada por ocasião do fim da cumulatividade do PIS/Pasep, que saiu de 0,65% para 1,65%, produzindo um ganho de receita de 48%, em valores, há até bem pouco tempo, de R\$1,6 bilhões.

Por que essa MP nº 135, que trata do fim da cumulatividade da Cofins, matéria tratada na PEC que propõe a reforma tributária, antecipa-se à avaliação que o Congresso está fazendo sobre a reforma tributária? Uma primeira resposta: por exigência do acordo com o FMI. Sim, senhor, essa é uma das razões. Uma segunda razão, a qual preciso dizer porque este é o pensamento do meu Partido: por necessidade de

arrecadação, por gulodice fiscal, por necessidade de arrecadar. E explico por que, Sr. Presidente: o fim da cumulatividade evoluirá de 3% para 7,6%, um aumento de 150% na alíquota – 7,6% é mais de 2,5 vezes 3%. Aumentará de 3% para 7,6% a alíquota sobre o Cofins. É verdade que dará o benefício, e isso é salutar, benefício que é bom, ato que é benéfico, com o qual o meu Partido concorda: estabelecerá o fim da cumulatividade. Quem tem cadeia longa de produção, Senador Valdir Raupp, terá benefícios, porque será creditado da Cofins paga na operação ou nas operações anteriores.

Não sei se a calibragem de 3% para 7,6% não está exagerada, mas pelo menos é aceita para as cadeias longas. Supõe-se que o benefício seja real para as cadeias longas, mas para as cadeias curtas, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, há pessoas jurídicas que pagavam uma vez só a Cofins de 3%, não tinham crédito nenhum, porque as suas cadeias eram curtíssimas. Por exemplo, os prestadores de serviço, dentistas, médicos, proprietários de pequenas empresas que faziam dedetização na minha casa, na sua, pequenas empresas que prestavam serviço aplaudindo o piso da construção de um apartamento, pequenos prestadores de serviço que já foram penalizados.

Aqui desta tribuna, deste mesmo lugar, denunciei o fato por ocasião da discussão da contribuição social sobre o lucro líquido das empresas, e aqueles que falam pelo Governo disseram que “não, não havia aumento de carga tributária, havia justiça tributária; que aqueles que clandestinamente declaravam por lucro presumido poderiam sair da penalização do aumento da base tributária, evoluindo para o lucro declarado”.

Pois agora, Sr. Presidente, quero ver essas pequenas empresas, que declaram lucro, pagando a Cofins, não mais de 3%, mas sim de 7,6%. Queda a coice para eles, para a pequena classe média do Brasil. Então, o benefício da Cofins, Senadora Heloísa Helena, pode ser anunciado, como os arautos do Governo pretendem anunciar, como benefício para a sociedade do Brasil ou como uma penalização para a classe média, para o pequeno?

Contra isso nos insurgiremos. O PFL é contra o aumento da carga tributária. Sr. Presidente, um país que queira crescer só consegue esse intento com poupança interna disponível para investimento. Qual é a poupança que uma empresa pode fazer com 40% de carga tributária? Vai investir o quê? E concordaremos agora com a MP que, por antecipação, para seguir as regras do FMI, se antecipa, para seguir a no-

ventena e começar a cobrar esse aumento de imposto a partir de 1º de fevereiro? Nós não! Proporemos a discussão e a justiça tributária. Chega de penalização ao prestador de serviço, à classe média, chega de queda e coice.

V. Ex^a sabe quanto aumentou a arrecadação do PIS/Pasep, que passou pelo mesmo fenômeno, o mesmo processo, alcançando as mesmas pessoas? A alíquota passou de 0,65% para 1,65%. Quem tinha cadeia curta está quebrado. E a arrecadação cresceu R\$1,6 bilhão, cresceu 48% a arrecadação do PIS/Pasep, num país governado por um cidadão que promete a geração de dez milhões de empregos e age dessa forma?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Heiloisa Helena, está bem sentada? Vou lhe dar um dado a mais. Essa medida provisória propõe a excepcionalização para três categorias – não muda de 3% para 7,6%, a contribuição da Cofins não muda, a cumulatividade está no fim –, mas os bancos, as telefônicas, estes e mais os meios de comunicação, rádio, jornal e televisão, que têm cadeia curta, só pagam 3%. E por que eles pagam 3%, Senador Osmar Dias, e o pequeno proprietário de prestadoras de serviço pagará 7,6%? Por que ele quebrar o pequeno? Por que o Governo não tem sensibilidade para olhar o pequeno? Esta Casa do Congresso Nacional existe, Senador Mão Santa, para pensar pelo povo. O PFL pensará no povo.

Sr. Presidente, há uma outra. Essa mesma MP nº 135 trata da redução, chegando a zero, do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados – incidente sobre bens de produção, bens de capital. Todo mundo sabe que a receita distribuída para os Estados e Municípios não é a receita das contribuições; CPMF, PIS, Pasep, Cofins, Cide, nada disso é redistribuído para Estados e Municípios. Temos emenda nesse sentido, mas não está aprovada ainda. Mas IPI e Imposto de Renda são. Pois estão querendo atirar com a pólvora alheia, sem nenhuma compensação.

Aplausos, Sr. Presidente, para a proposta de zeração do IPI para produtos destinados a bens de capital, destinados à produção – máquinas e equipamentos –, agora, que se dê uma compensação a Estados e Municípios, que não se pense apenas no interesse da União e do grandão exportador. Que se dê uma compensação a quem está morrendo à mingua, aos Estados e Municípios; do contrário, o que se está propondo é uma medida provisória injusta, e contra essas injustiças o PFL se colocará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, por permuta com o Senador Marco Maciel.

V. Ex^a terá até 50 minutos para seu pronunciamento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, não usarei os cinqüenta minutos que me foram concedidos, porque considero tempo demasiado, tendo em vista que outros Senadores também desejam se pronunciar. Mas quero dizer ao Senador José Agripino que o PDT também quer discutir a Medida Provisória nº 135. E vamos discuti-la sob o ponto de vista espostado por V. Ex^a da tribuna. No Governo de Transição, houve um acordo entre este Governo e o Governo anterior de reduzir a Contribuição Social para as prestadoras de serviço de pequeno porte e para as cooperativas que foram penalizadas e não viram o acordo ser cumprido. Debateremos este assunto com a mesma visão exposta por V. Ex^a para todo o País. Também queremos debater a reforma tributária que está em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Como Presidente da Comissão de Educação, adotamos uma iniciativa, acompanhada pelo Senador Luiz Otávio que participou de todos os debates na Comissão. O Senador Rodolpho Tourinho não está presente, mas S. Ex^a é, juntamente com outros quatro Senadores – eu sou um deles –, Relator- Adjunto da reforma tributária. Participamos de várias reuniões em que chegamos à conclusão de que o Senado não tem só o direito, mas, mais do que isso, tem o dever e a obrigação de aprimorar o texto da reforma tributária, porque aquele que foi aprovado pela Câmara dos Deputados não pode ser aprovado pelo Senado da República. Sobre o tema, o Senador César Borges fez um discurso muito oportuno outro dia.

Por isso, começamos uma discussão na Comissão de Educação do Senado. Aliás, amanhã estaremos debatendo com os relatores já designados as emendas que serão apresentadas ao projeto da reforma tributária. As emendas aprovadas terão a assinatura de todos os membros da Comissão de Educação e terão muita força, já que não serão emendas individuais.

Queremos mudar o texto da reforma tributária, por exemplo, em relação à cultura. Hoje vigora no País uma legislação que permite os incentivos fiscais à cultura tanto pela lei federal – a Lei Rouanet – quanto pelas leis criadas pelas respectivas Assembléias Legislativas dos Estados.

O texto oriundo da Câmara determina o fim das leis de incentivo à cultura até 2007. O Senador Romero Jucá foi mais generoso e estabeleceu um prazo de 11 anos. Contudo, não podemos admitir que se dê prazo para acabar com leis que têm beneficiado a cultura nacional. Portanto, a Comissão de Educação apresentará uma emenda para que não se revoguem as Leis Rouanet e José Sarney, responsáveis pelos recursos que, embora insuficientes, sustentam a cultura nacional. Num valor aproximado de R\$170 milhões, esses recursos são resultantes das leis de incentivo fiscal vigentes, que não podem ser eliminadas.

A Comissão de Educação assumiu com a cultura nacional o compromisso de apresentar uma emenda para retirar do texto da reforma tributária o prazo de extinção das leis de incentivo fiscal.

Também não aceitamos que a educação seja incluída na Desvinculação das Receitas da União – DRU, que deve retirar cerca de 20% dos recursos de setores fundamentais para a sociedade brasileira, porque isso não combina nem com o discurso do Ministro da Educação nem do Presidente Lula de combate ao analfabetismo no País, de inclusão de 20 milhões de brasileiros que hoje não têm acesso à escola. Se quisermos realmente combater o analfabetismo, não podemos permitir que a educação seja incluída na reforma tributária como um dos itens da DRU. Se isso ocorrer, perderemos, sem dúvida alguma, 20% dos recursos que hoje são destinados à educação do País, significando um prejuízo enorme para um setor fundamental.

Todos aqui entendem que esse setor é fundamental, pois citam a Coreia e outros países como exemplos de investimentos na educação que geraram resultados na qualidade de vida das pessoas e do país. No entanto, estamos aceitando pacificamente que a educação seja incluída na Desvinculação das Receitas da União. A Comissão de Educação vai reagir. Estamos contando com o apoio de praticamente todos os Senadores da Comissão. Vejo aqui o Senador Garibaldi Alves Filho, que participou do debate e que também está do lado daqueles que entendem que não é admissível incluir a educação na Desvinculação das Receitas da União.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a dá sua grande contribuição à Comissão de Educação ao estar presente em todas as reuniões e ao relatar as emendas apresentadas na área de ciência e tecnologia. O relatório de V. Ex^a,

certamente, contribuirá com a discussão da reforma tributária em plenário. Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (PFL PE) – Nobre Senador Osmar Dias, cumprimento V. Ex^a pelo trabalho realizado à frente da Comissão de Educação do Senado Federal. Ao habilitar a Comissão a participar de forma mais direta na análise da emendas constitucionais, V. Ex^a fez um trabalho pioneiro, inédito. De acordo com o Regimento Interno da Casa, as propostas de emendas à Constituição, como é o caso da reforma tributária, tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Isso impede que a matéria seja analisada por outras comissões permanentes, como as que dispõem sobre temas relevantes da sociedade, como a Comissão de Educação, que analisa a cultura, o esporte, a ciência e a tecnologia, a informática. V. Ex^a abriu, de forma exemplar, a possibilidade de outras comissões oferecerem emendas. E a Comissão de Educação está fazendo um trabalho consistente, realizando mesas redondas para analisar os diferentes aspectos da reforma tributária, sobretudo no que diz respeito à educação, à cultura, à ciência e tecnologia, ao esporte, à comunicação social. Com isso, oferecerá um valioso subsídio ao debate da Proposta da Reforma Tributária quando vier a ser objeto de deliberação do Plenário. Aproveito a oportunidade para sugerir aos demais Presidentes de comissões permanentes desta Casa que sigam o modelo que V. Ex^a desenvolve na Comissão de Educação. Certamente, essa medida enriquecerá muito o processo legislativo, porque elas serão analisadas – usarei uma expressão que Gilberto Freyre gostava muito – de forma interdisciplinar, em seus múltiplos e variados aspectos. Portanto, meus parabéns a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Marco Maciel, acolho e agradeço o seu aparte com muita honra. A contribuição que V. Ex^a tem dado à Comissão de Educação é excepcional, principalmente agora que temos a intenção de continuar com esse ciclo de debates sobre outro tema que V. Ex^a conhece muito bem, pois é o autor da Lei de Biossegurança que vigora no País. O projeto sobre os transgênicos deve ser debatido na Comissão de Educação que tem, sob sua responsabilidade, a área de Ciência e Tecnologia.

A Comissão de Educação deu sua contribuição para a reforma tributária, porque debatemos com todos os segmentos envolvidos. Ouvimos exatamente o que quer a sociedade. Se há uma reclamação de que a sociedade não participou do debate da reforma tributária, essa reclamação é improcedente quando

e trata da Comissão de Educação. Todos os segmentos foram ouvidos e tiveram oportunidade de fazer suas propostas. As proposições estão sendo sistematizadas em emendas, que serão apresentadas no Plenário do Senado onde – repito – chegarão com muita força, porque contarão com a assinatura dos membros da Comissão de Educação.

Ainda em relação à reforma tributária, tivemos a oportunidade de debater com o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, e com o Senador Romero Jucá, Relator da reforma tributária, questões muito importantes relacionadas a um setor fundamental da economia brasileira: a agricultura.

Analisamos o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, que não teve cuidado com o setor de produção primária deste País. Chegamos a constatar que os insumos agrícolas no Brasil, que hoje geram em torno de R\$800 milhões de tributos, passariam a gerar R\$4,5 bilhões – um aumento de carga tributária que chegaria a 475%. Esse percentual a mais de tributos a ser pago pelos produtores rurais praticamente condenaria a agricultura ao retrocesso. Explicarei o porquê.

Nos últimos vinte anos, a agricultura brasileira multiplicou sua produção, haja vista que hoje se tem uma safra cerca de 115% maior que aquela colhida há vinte anos. Se analisarmos por que a safra cresceu 115%, verificaremos que 15% foi em função do crescimento da área e 100% em função da produtividade. A produtividade cresceu porque houve o uso intensivo de tecnologias modernas, baseadas em máquinas, equipamentos e insumos modernos e em pacote tecnológico criado pela extraordinária empresa de pesquisa Embrapa, o que nos permitiu avançar até conquistarmos um nível de produtividade que nos coloca em pé de igualdade com qualquer país do mundo.

Pois bem, seria exatamente no que se refere a insumos e máquinas agrícolas que teríamos um peso enorme dos tributos.

Citei o Senador Aloizio Mercadante, antes de S. Ex^a se fazer presente no plenário, e repito que a sensibilidade do Senador em ouvir a Comissão de Educação e o setor agropecuário foi fundamental para que, juntamente com o Senador Romero Jucá, alterássemos o texto da reforma tributária proveniente da Câmara dos Deputados. Dessa forma, a agricultura brasileira poderá, sem dúvida, continuar trabalhando, produzindo, contribuindo para o crescimento do País, sem o aumento significativo da carga tributária que ocorreria caso o Senado aprovasse a proposta como veio da Câmara.

Admitimos até a possibilidade de os insumos agrícolas terem uma alíquota igual à dos medicamentos e à da cesta básica, ou seja 4%; mas não poderíamos admitir que a alteração ocorrida ou proposta nessa reforma tributária que estamos fazendo chegassem ao ponto de aumentar 475%, que seria o aumento caso não tivéssemos trabalhado com os Senadores Mercadante e Romero Jucá para a alteração da proposta e para o bem do País. Não se trata de atendimento a um setor apenas, porque teríamos como consequência, sem nenhuma dúvida, o aumento do custo de vida da população brasileira devido à ampliação significativa do preço dos alimentos. Não adianta falarmos que a cesta básica teria um imposto de 4%, porque, para produzir, teríamos de utilizar insumos que seriam majorados de forma brutal caso aprovada a proposta que veio da Câmara.

Outra alteração – e agradeço aos Senadores Aloizio Mercadante e Romero Jucá pela sensibilidade – no texto que a Câmara encaminhou ao Senado referiu-se a um artigo que continha a palavra “microprodutor”, para incluir a agricultura também como beneficiária do Simples. Ora, primeiro, “microprodutor” é um termo que nem existe na legislação nacional; segundo, estariamos restringindo demais o alcance dessa medida de estender os benefícios fiscais ou tributários do Simples para os produtores rurais. Fomos ouvidos: retirou-se a palavra “micro”, permitindo que os produtores rurais também sejam alcançados pelos benefícios do Simples e estabelecendo que lei complementar defina ou classifique quais serão os produtores a serem beneficiados.

São avanços que considero importantes.

Espero poder contribuir por intermédio da Comissão de Educação, para que os avanços propostos pela Comissão de Educação nas áreas da cultura, da educação, da ciência e tecnologia, dos esportes e da comunicação possam ocorrer, ou da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já nessa primeira fase do debate, ou no plenário.

Em relação à comunicação, há uma preocupação muito grande das empresas que precisam investir em equipamentos modernos – área em que praticamente 80% dos equipamentos são importados – com a majoração dos preços desses produtos em razão dos impostos que ocorrerão na importação.

A Comissão de Educação está trabalhando no sentido de fazer emendas para aprimorar o texto da reforma tributária. Queremos participar do debate neste plenário porque acreditamos que não é só nosso direito, mas é nossa obrigação, nosso dever – repito – promovermos as alterações que a reforma tribu-

tária deve conter nesse momento. A grande expectativa da sociedade brasileira é que possamos concluir os trabalhos ainda neste ano e que não votemos uma reforma tributária que possa trazer mais peso para o setor produtivo, o que significaria também a frustração de uma política de geração de empregos de que o País tanto necessita.

Sr. Presidente, vou usar pouco o tempo e faço-o apenas para registrar esse trabalho pioneiro, essa iniciativa importante adotada pela Comissão de Educação do Senado para participar de forma efetiva dos debates da reforma tributária que estão em encaminhamento nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. ALOIZO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante por até 20 minutos.

O SR. ALOIZO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, com o mesmo espírito do Senador Osmar Dias, vou buscar ser mais breve para permitir que os outros Senadores inscritos possam usar da palavra.

Inicialmente, comento a decisão do Governo de encaminhar uma medida provisória que estabelece o recolhimento da Cofins pelo valor adicionado e não mais pelo faturamento, como funcionava até então. Algumas Lideranças da Oposição consideram essa iniciativa um obstáculo ao processo da reforma tributária. Insisto, Sr. Presidente, que não vejo qualquer fundamento nessa afirmação.

Não significa nenhuma interferência, porque a Lei 10.637 fez a mudança da Cofins, do faturamento por valor adicionado, uma reivindicação muito antiga de todo o setor exportador brasileiro, basicamente da nossa indústria. Não se exporta imposto, e os impostos cumulativos, como o PIS e a Cofins, até então prejudicam as exportações por incidirem sobre toda a cadeia produtiva e por não permitirem o desconto na etapa anterior. Dessa forma, prejudicavam a evolução do processo de exportação no País.

Se o PIS e a Cofins fossem sobre o faturamento, como ocorria até dezembro do ano passado, a União seria obrigada a fazer a compensação desses créditos e utilizaria especialmente o IPI; por usá-lo só na Cofins o Governo perdia anualmente cerca de R\$3,9 bilhões de receita, que deixavam de ser repassadas aos Estados e Municípios exatamente pela cumulatividade.

É irracional taxar qualquer imposto cumulativo que incida sobre faturamento do ponto de vista do desempenho econômico do Brasil e das exportações e da eficiência econômica; é irracional porque prejudica os Estados e os Municípios.

É absolutamente indispensável que se faça essa mudança e que o tributo passe a incidir sobre o valor adicionado, que é o fato gerador amplamente reconhecido. A empresa vai debitar do seu faturamento – em que incidia o imposto anteriormente – todos os insumos e todos os custos e só vai ser tributada naquilo que agrega de valor ao processo produtivo. Toda a literatura econômica demonstra que essa é a forma mais racional de tributação. Assim ocorre na União Européia, nos Estados Unidos, no Japão e em qualquer país que preze a sua eficiência, a sua competitividade econômica e que busque exportar.

Portanto, a mudança está sendo feita porque o Congresso Nacional já havia decidido sobre a matéria em dezembro do ano passado – Lei nº 10.637.

Em segundo lugar, a mudança está sendo feita porque havia uma longa reivindicação da indústria e da produção, especialmente do setor exportador, para que assim fosse.

Em terceiro lugar, o argumento básico é o de que está havendo um aumento de carga tributária.

Peço ao Líder José Agripino que estude os dados com cuidado e verifique que o recolhimento da Cofins é quatro vezes o recolhimento do PIS. E, sendo assim, a mudança do PIS deve ser analisada com profundidade, a fim de verificarmos se houve ou não aumento de carga efetiva. Se analisarmos o primeiro trimestre deste ano, verificaremos que houve um grande crescimento de receita. E por uma razão fundamental, algumas empresas obtiveram liminares na Justiça porque não aceitavam pagar o PIS sobre o faturamento. Mas perdeu eficácia essa iniciativa jurídica e aumentou, portanto, o processo de arrecadação.

A segunda razão fundamental era exatamente o fato de o PIS incidir sobre produtos importados. Ao analisarmos os dados do último trimestre, verificaremos que o crescimento da receita foi de 7%. Em setembro, foi de 2%. Ou seja, está havendo uma convergência do PIS em relação à situação anterior. Estamos fechando o ano com o recolhimento ainda superior em função do primeiro trimestre, mas cada vez mais próximo ao recolhimento que havia até então.

Vários setores recebiam tratamento diferenciado – decisão do Congresso Nacional. V. Ex^a citou os ban-

cos e as telecomunicações, o fato de excepcionalizar esses dois setores, em dezembro do ano passado.

O Governo simplesmente está mantendo uma avaliação que o Congresso Nacional tomou – e, do meu ponto de vista técnico, corretamente –, para que não houvesse incidência em função da especificidade de alguns setores. Portanto, na Cofins, estão usando os mesmos critérios do PIS, seja em relação à alíquota, seja em relação à excepcionalidade dos setores que estão sendo tratados dessa forma.

Mas V. Ex^a disse o seguinte: que as empresas tratadas pelo lucro presumido estão sendo novamente atingidas e prejudicadas. Volto a insistir – e fizemos esse debate por ocasião do Refis – que o que motivou o Governo a fazer um ajuste na base de cálculo do lucro presumido foi o fato de que muitos assalariados de altos salários do setor privado estavam sendo impelidos a se transformarem em pessoas jurídicas e declararem sua remuneração pelo lucro presumido, para que as empresas fugissem das obrigações trabalhistas e dos encargos sobre a folha de pagamentos. E que esse movimento estava criando no País três situações: o assalariado de alto salário recolhia 27,5% de Imposto de Renda; o autônomo recolhia em torno de 22% de Imposto de Renda; e o lucro presumido recolhia 14%. Com o ajuste que foi feito, a distância ainda é muito grande, porque ele passa a recolher em torno de 18% sobre sua remuneração contra 27,5% na fonte, que o assalariado recebe, apesar de ser cumulativo, o que dá um resultado final da ordem 24%, 25%, dependendo da faixa salarial.

Portanto, o lucro presumido foi feito para haver uma correção. E se a microempresa se sentia prejudicada com aquele ajuste, tinha a opção de fazer a declaração pelo lucro real: o que ela faturou, o que ela gastou, qual seu lucro, ela debitava e, portanto, não teria o ônus.

Não procede a afirmação do Senador José Agripino de que a Cofins vai penalizar ainda mais as empresas que declararam pelo lucro presumido, simplesmente porque essas, se formantida a situação anterior, não fazem parte dessa decisão de tributar sobre o valor adicionado. Portanto, é o mesmo procedimento anterior. Não haverá qualquer alteração para as empresas que declararam sobre o lucro presumido.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pois, não.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Aloizio Mercadante, é sempre muito bom debater com V.

Ex^a, porque tratamos, com civilidade, de fatos com argumentos. aplaudi, em discurso que fiz há pouco tempo e está registrado, a iniciativa do estabelecimento do fim da cumulatividade da Cofins. Fiz uma observação, que reitero em gênero, número e grau, com relação a um fato que me preocupa e que será objeto de combate forte por parte do PFL. Quando o PIS passou por processo semelhante, ou seja, fim da cumulatividade do PIS – antes se pagava 0,65%; agora, paga-se 1,65% na ponta –, o aumento da arrecadação da receita foi produto do alargamento da base, porque o mundo de gente que pagava 0,65% passou a pagar 1,65%. Eram aqueles das cadeias curtas, que não tinham direito a crédito nenhum. Vai-se repetir a mesma coisa na Cofins. A minha grande preocupação é com o beneficiário da medida. A idéia por si só é maravilhosa. Agora, na prática, os dados são terríveis. O crescimento da receita do PIS/PASEP foi de R\$1,6 bilhão e o crescimento foi de 47%, por conta do alargamento da base. A mesma coisa vai acontecer. Quando me referi àqueles que foram objeto da discussão que tive com V. Ex^a, por ocasião da apreciação da CSLL, quando foi dito que, se aqueles que declararam por lucro presumido se sentirem prejudicados, podem passar a declarar por lucro real, argumentei que eles teriam despesas a maior, mas, imagino que alguns tenham deixado o lucro presumido, que era um benefício que se dava para possibilitar o crescimento de empresas, para o lucro real. Pois, essas pessoas que receberam um coice terão uma queda, porque, agora, elas que são exemplo clássico de cadeia curta, que pagam uma vez só, vão sair de 3% para 7,6% da Cofins. Vão evoluir para a clandestinidade ou fechar as portas. Os poucos empregos que geravam – e são milhares de profissionais liberais e de pequenas empresas prestadoras de serviços –, vão cerrar as suas portas. Então, é essa conta e essa discussão que quero fazer. Não passa pela minha cabeça que o Governo Lula e V. Ex^a queiram desdizer o compromisso tomado de gerar 10 milhões de empregos. Entendo, se examinarmos essa questão à luz da lógica, da racionalidade e não ficarmos no campo da emoção, chegaremos, tenho absoluta certeza, a posições confluentes, que mostrarão que não se deseja tirar leite de pedra e que não é boa prática meter a mão no bolso de quem nada mais tem. Essa é a discussão que deveriam fazer, a incidência sobre aqueles que estão numa cadeia curta e numa cadeia longa. Para a cadeia longa, o fim da cumulatividade da Cofins é uma belíssima providência, é estimuladora de crescimento; mas, para a cadeia curta, é um desastre. Mantenho a minha opinião.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador José Agripino, deixe-me aprofundar a discussão sobre alguns temas fundamentais. O primeiro deles é que o compromisso do Governo é não aumentar a carga tributária. E é a primeira vez, nos últimos nove anos, que esse compromisso é mantido por um Governo, já que, durante os oito anos do Governo que V. Ex^a sustentou, houve um aumento de 1% do PIB ao ano, em média, o que representou um aumento de carga tributária de R\$120 bilhões. É a primeira vez, em nove anos, neste ano de 2003, que não há aumento de carga tributária. O que temos é um ajuste fiscal duríssimo, com consequências graves para a economia e para o Governo, feito no corte de gastos, no enxugamento da máquina administrativa, na responsabilidade fiscal, porque o País não pode continuar aumentando carga tributária.

O princípio da manutenção da carga tributária significa, neste momento em que o serviço da dívida pública é o dobro do superávit primário, que o País, com todo esse esforço, faz um superávit de R\$62 bilhões para um serviço de dívida pública de mais de R\$140 bilhões, o qual herdamos. Como o Governo precisa baixar os juros e o País precisa crescer, produzir com os juros baixos, não temos alternativa a não ser a responsabilidade fiscal, o corte de gastos e de despesas.

Não aumentar a carga significa que, ao passar do faturamento para o valor adicionado, mantenho a minha receita. Quanto ao dado que V. Ex^a apresenta, de que a receita tributária do PIS aumentou 47%, não sei a que período V. Ex^a se refere, já que, de janeiro a dezembro, aumentou 17%; no último trimestre, aumentou 7%, porque vem caindo o ganho relativo; no mês de setembro, aumentou 2%; em outubro, cresceu 3%.

O ganho inicial, como já mencionei, em relação, sobretudo, aos processos judiciais, decorreu da ampliação da base para os produtos importados. E por que os produtos importados precisam ser taxados pelo PIS e pela Cofins? Porque a indústria nacional paga a Cofins e o PIS, enquanto o produto importado não os paga.

Não procede também a afirmação, feita por V. Ex^a desta tribuna em outra oportunidade, de que, como taxaremos o trigo importado a partir de agora, o preço do pão subirá. Não é esse o raciocínio, primeiramente, porque o trigo nacional já paga e o trigo importado não. Assim, estamos estimulando a produção nacional, o emprego, o aumento de salário e o desenvolvimento da economia nacional. Só se deduzirá a etapa anterior e só se tributará o valor adicionado do

processo produtivo em operações de débito e de crédito. Por isso esse imposto é mais racional.

Ora, esse é um imposto mais racional, o qual V. Ex^a aplaude. Qualquer economista sério, qualquer analista sério, qualquer Senador que acompanhe o debate econômico, tem de aplaudir a passagem do faturamento com valor adicionado, porque o Brasil precisa exportar. Houve um resultado espetacular este ano. Enquanto o mundo está em recessão, da qual só agora a economia americana começa a sair, o Brasil atinge R\$70 bilhões em exportações, um crescimento de mais 20%. E uma das razões é o esforço fiscal de não tributar as exportações e acabar com o imposto cumulativo – e ainda temos a CPMF. Estamos dando um passo fundamental.

Estamos mantendo uma alíquota proporcional, porque a Cofins é quatro vezes o PIS. Como verificamos nos últimos dois meses que o recolhimento do PIS está convergindo para um patamar igual ao da receita tributária do ano anterior, estamos trabalhando com esses parâmetros. O pequeno ganho resulta muito mais da incidência sobre os importados do que de qualquer outro fator.

Dentro do setor produtivo, e aí V. Ex^a tem toda razão, a indústria exportadora ganha muito, mas há setores que pagarão mais. O que devemos analisar é se no final haverá aumento ou não de carga. Repito: vamos estudar os dados com mais profundidade e analisar o último trimestre, especialmente os dois últimos meses. A tendência é a de que a receita tributária se acomode num patamar semelhante ao que havia no ano anterior.

Concedo o aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Em primeiro lugar quero louvar a retirada da cascata, da cumulatividade, mas quero também reiterar o que disse o Senador Agripino a respeito do aumento de carga tributária. Analisando o que aconteceu de janeiro a setembro de 2002 e comparando os dados com os do mesmo período deste ano, veremos que no primeiro período houve uma arrecadação de R\$9,1 bilhões e no segundo, em 2003, de R\$12,6 bilhões. Evidentemente se pode, neste momento, aproximar, mas haveria necessidade de fazer uma correlação com o momento econômico, de crescimento ou não. V. Ex^a acabou de afirmar que nesses últimos dois meses estariam dentro de um parâmetro aceitável. Essa medida de retirar a cumulatividade é muito importante dentro do que temos discutido. V. Ex^a propõe a inserção de um limitador na carga tributária, dependendo de uma série de fatores macroeconômicos que venham a surgir. Talvez fosse pos-

sível aperfeiçoar esse projeto, afirmando que não haveria esse aumento de carga – haveria um limitador qualquer – porque a base da Cofins é a mesma do PIS. Pode haver aumento? Pode. É necessário haver essa sensibilidade em virtude de não conhecermos os dados e o tamanho das cadeias diferentes, como disse o Senador José Agripino. Em se tratando de momento econômico, de comparação, ou do tamanho das cadeias, pode-se inserir um limitador qualquer que venha a atender, dentro da filosofia de V. Ex^a, aquilo que é o objetivo maior, ou seja, não aumentar a carga tributária.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vejo esse como um caminho promissor. Podemos fazer um balanço cuidadoso ao final do período e exigir que as alíquotas sejam calibradas dentro do princípio de uma gestão global da receita que são as metas de receita programadas anualmente.

O que não é correto é analisar a receita pelo valor nominal. Houve inflação em dezembro do ano passado quando o IPCA era de 28% e o IGPDI era de 51%. Então é necessário, evidentemente, qualquer que seja o deflator, deflacionar para que possamos ter a receita real do governo, porque a inflação também corrói. Há o efeito Oliveira-Tanzi, estudo muito antigo na teoria econômica feito por um coordenador da parte fiscal do Fundo Monetário Internacional, por um brasileiro e por um economista italiano. Eles mostraram as perdas de receita tributária que o governo tem quando há um processo inflacionário, considerando a receita fiscal.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Não queria referir-me, se V. Ex^a me permite, à questão dos valores de R\$9,1 e R\$12,6 bilhões, mas gostaria de dizer que quando analisamos o percentual do PIB, vemos que no segundo período ele foi maior. Os dados que tenho são de 1,18% do PIB de janeiro de 2003 a setembro de 2003, comparado com janeiro de 2002 a setembro de 2002. Era 0,95% a 1,18%. Acho que poderíamos corrigir tudo isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Perfeito.

Não tenho direito a conceder mais aparte, por causa do horário. Quero respeitar os demais inscritos. Peço desculpas ao Senador José Agripino.

Quero, portanto, concluir. Ainda vamos aprofundar essa discussão.

Primeiro, há uma convergência: temos de sair da cumulatividade para o valor adicionado. Segundo, o que temos de trabalhar é uma avaliação da arrecadação geral do PIS e da Cofins, com o princípio da neutralidade, que não haja ganhos. Terceiro, o ganho

que temos, efetivo, nessa passagem são os produtos importados, que não eram tributados e passaram a sê-lo. É importante que assim seja, porque estimularemos a substituição de importações e ajudaremos a dar isonomia de tratamento entre a produção nacional e o produto importado, o que não existia até então. Isso estimulava a importação e destruía o emprego, o salário e o desenvolvimento, como disse aqui a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e outros setores empresariais. Dentro dessa passagem há setores que ganham – a indústria – e há setores que perdem – os serviços.

Até podemos verificar quais as mudanças poderíamos eventualmente fazer para amenizar a situação, se algum setor das cadeias curtas estiver sendo particularmente impactado. Quero dizer que não atinge o lucro presumido e que o sentido geral da mudança é altamente positivo. Ela é necessária, era esperada e já havia sido decidida pelo Projeto de Lei nº 10.637, aprovado nesta Casa em dezembro do ano passado. O Governo está cumprindo a recomendação legal de fazer essa passagem para o valor adicionado.

Nesse sentido não há qualquer atropelo à reforma tributária. Continuaremos a discuti-la – como estamos fazendo –, criaremos mecanismos de controle da carga tributária, de gestão do sistema tributário no País, mais evoluído, mais sofisticado. Tenho certeza de que vamos aprimorá-lo.

Por último: não procede o argumento de que os Estados e Municípios perdem receita; ao contrário, a União terá um ganho, no IPI, de 3,8 bilhões, aproximadamente, porque ela não será obrigada a compensar a Cofins cumulativa. E é exatamente esse ganho que permitirá repassar 47% deste valor, mais ou menos 900 milhões de reais, para os Municípios. Há um aumento no Fundo de Participação dos Municípios decorrente de uma renúncia fiscal que ela era obrigada a fazer para compensar a cumulatividade da Cofins que ela não fará mais.

Portanto, há ganhos para Estados e Municípios nessa operação. Há ganho para o setor exportador. Há ganho, portanto, para o emprego e para o setor econômico, ainda que alguns setores dos serviços sejam penalizados. Podemos discutir e analisar isso com transparência e cuidado, avaliando se há realmente algum setor ou microempresas que poderíamos avaliar como tratar diferentemente.

O que não podemos perder é o sentido geral da mudança e a perspectiva de manter a receita tributária, que é absolutamente indispensável para o Governo e para o País.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal, pois fui citado pelo Senador Aloizio Mercadante.

Serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a pede a palavra para uma explicação pessoal ou réplica ao pronunciamento de S. Ex^a?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Peço a palavra para uma réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a tem para réplica, de acordo com ...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a também poderia citar-me também. É um trocadilho: um cita para lá, outro para cá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador Mão Santa, quando eu falar, fique aí, porque vou citar V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o debate estabelecido é salutar. Essas contas o Brasil quer fazer. Temos a obrigação de interpretá-las e debatê-las.

Primeiro, não me referi em momento algum à penalização daqueles que declararam por lucro presumido – os pequenos prestadores de serviços. Referi-me àqueles que declararam por lucro real e que serão apanhados pelo aumento de 3% para 7,6% da Cofins.

Segundo ponto. O dado que colhi de crescimento da receita do PIS/Pasep foi do Instituto Brasileiro de Pesquisas Tributárias – IBPCT, que me deu duas informações: enquanto o crescimento do PIS/Pasep foi de quase 48%, o crescimento do IPI foi de 2,14%. Percebiam, pois, que o que houve foi crescimento de receita, de arrecadação, aumento de base tributária, porque, se tivesse ocorrido crescimento econômico, teria sido traduzido no aumento da receita do IPI, o que não houve. A fonte é o IBPCT.

Terceiro ponto. O Senador Marco Maciel, do meu Partido e que muito nos orgulha, foi Vice-Presidente, por oito anos, de um Governo honrado, o de Fernando Henrique Cardoso, que enfrentou crises sucessivas, como a da Rússia, a do México, a da Ásia, que provocaram evasão de divisas e motivaram a necessidade de uma mobilização nacional que ter-

minou por aumentar a carga tributária. Realmente, foi péssimo termos tido que aumentar a carga tributária, mas era uma questão de preservação nacional, em face de crises externas que nos afetavam.

Agora se chegou ao limite máximo. Não se cura a febre quebrando o termômetro! Se queremos crescer como país, temos a obrigação de segurar a carga tributária e fazê-la cair. É isso que temos de buscar, custe o que custar.

Último ponto. Trigo, aumento do preço do pão. É verdade que o trigo nacional já é tributado em 3 pontos percentuais. O trigo importado, na ponta, irá pagar 7,6%. Na melhor das hipóteses, haverá um aumento de 3% para 7,6%.

Esses são os alertas que eu, em nome do meu Partido, faço, antes que seja tarde, para que este Plenário, que discutirá essa matéria com toda a profundidade, tenha argumentos para votar corretamente. Vamos cuidar de apresentar elementos e de fazer o debate saudável. O nosso interesse vai ser o de proteger o contribuinte contra o flagrante aumento de carga tributária a que o País está assistindo no exercício de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por cessão do Senador Eduardo Azeredo.

V. Ex^a tem a palavra até às 18 horas e 30 minutos, horário de encerramento da sessão.

Antes, Senador Pedro Simon, quero apenas lhe dizer que eu não havia entendido bem a reclamação de V. Ex^a. Eu estava lendo, no novo regulamento das Lideranças, que o Líder somente pode usar a palavra uma vez. A única exceção é para réplica a outro Líder. Foi o que aconteceu com o Senador José Agripino.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com todo respeito ao Senador José Agripino, a tradição nesta Casa é haver réplica quando acontece um ataque pessoal, quando o Senador tem de se defender. Agora, com o pronunciamento do Senador José Agripino, é mais que natural que volte à tribuna o Senador Aloizio Mercadante, que terá de responder ao Senador José Agripino. Vou falar agora e vou terminar citando alguém, porque o que disse V. Ex^a não vale apenas para Líder. Quer dizer, se for citado ofensivamente, qualquer Senador pode se defender. Como exemplo, ao sair daqui, ofendo o Senador Mão Santa. S. Ex^a vai pedir a palavra para falar e acabar por acusar o Senador Marco Maciel, que vai pedir a palavra para falar... Quer dizer, é isso que está se formando e que não me parece seja normal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tomaremos mais cuidado da próxima vez. Agradeço as palavras de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como está ficando difícil falar, tenho aqui três assuntos e não sei se terei tempo para falar sobre todos.

Em primeiro lugar, é com alegria que lerei matéria que não saiu em nenhum jornal de circulação diária, mas no **Jornal da Comunidade**, que considero muito importante. Tendo como manchete “Judiciário abre guerra aos bancos”, diz o jornal:

As instituições financeiras terão que devolver aos clientes, com os mesmos juros, tudo o que foi cobrado indevidamente em taxas ou encargos, após consulta judicial. A decisão foi tomada pelo Superior Tribunal de Justiça, graças a um voto da Ministra Nancy Andrighi – gaúcha, diga-se de passagem –, a propósito da disputa judicial entre uma empresa de Minas Gerais e o Banco Bandeirante. A decisão do STJ pode favorecer milhares de pessoas que já entraram na Justiça contra bancos por não concordarem com as taxas cobradas.

Essa decisão, Sr. Presidente, é de grande significado. Vale a pena salientá-la porque acredito que ela irá revolucionar o relacionamento entre clientes e os bancos do Brasil.

A Justiça brasileira finalmente determina igualdade de tratamento ao dinheiro do pobre e do rico na relação entre devedor e credor. A partir de agora, se o banco cobrar do endividado cliente no cheque especial, por exemplo, uma taxa de 11%, e tal cobrança seja considerada indevida pela Justiça, ele terá que devolver o que cobrou a mais pela mesma taxa, ou seja, os 11%. Sem choro nem vela.

A recente decisão da 3^a Turma do Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto pode ser considerada uma declaração de guerra do Poder Judiciário aos banqueiros e promete sacudir o País se a sociedade for aos tribunais para reivindicar o que perdeu na sua relação com os bancos.

Trata-se de um fato histórico relevante. A decisão do Superior Tribunal de Justiça, graças ao voto da Ministra Nancy Andrighi,

se deu em razão de uma disputa judicial entre uma empresa de Minas Gerais, JZ Outdoor Ltda, e o Banco Bandeirante. A JZ alegou na Justiça que, de 1994 a 1998, foi obrigada pelo Banco Bandeirante a pagar um custo financeiro acima do contratado em forma de taxas de prestação de serviços, bem como juros e encargos contratuais lançados diretamente na conta corrente da empresa.

Esta realizou aprofundado exame sobre a irregularidade de tais lançamentos. Constatou-se o que desconfiava, ou seja, a existência de várias cobranças indevidas, sob diferentes rubricas, além de juros acima do índice pactuado. Configurou-se o que a Justiça chama de “indébito bancário”, cobrança indevida, realizada a maior. Simples usurpação de dinheiro. Roubo.

O entendimento do STJ se apoiou no princípio jurídico que veda o denominado “enriquecimento sem causa”. Pleiteou, portanto, a empresa, com base nessa disposição legal, a devolução pela mesma moeda que pagou, isto é, o principal do empréstimo e o custo financeiro imposto pelo banco.

Os Ministros se debruçaram sobre o assunto. Instalou-se a polêmica sobre qual seria o procedimento jurídico. Ressalte-se que é grande o número de ações, em todos os tribunais do País, onde são questionados os elevados índices de juros, correção monetária e taxas de inadimplência que incidem sobre os débitos dos clientes, quer seja pessoa jurídica, quer seja pessoa física.

Em relação a esse aspecto, a questão já estava esclarecida, pois o Judiciário havia deliberado sobre os parâmetros que devem pautar os cálculos bancários. Os que compram sua casa própria financiada, por exemplo, não são obrigados a pagar juros extorsivos e ilegais, taxas de inadimplência que são arbitrariamente impostas, e nem índices de correção monetária que não refletem, necessariamente, a recomposição da moeda corroída pelo tempo, mas que promovem a elevação dos saldos devedores.

A novidade na decisão do STJ, substancialmente, se refere à fixação do indicador a incidir-se sobre o débito que o banco deve devolver por ter cobrado a mais. O STJ se apoiou, entre outros argumentos, no Código Civil de 1916, onde está dito que

"todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir". Teria o tomador o direito de receber o que pagou a mais com a mesma taxa de juro que o banco lhe cobrou?

No Brasil, até agora, o abuso campeou – e continua campeando – na relação entre os bancos e seus clientes, submetidos a uma série de exageros na fixação dos custos dos empréstimos, construídos sob critérios, majoritariamente, subjetivos. A coisa, agora, mudou.

A Ministra Nancy Andrichi – gaúcha –, que proferiu o voto vencedor no recurso, ressaltou que se o banco cobrou do seu correntista, indevidamente, juros à taxa de 11% ao mês, deverá restituir o valor pago a mais, acrescido da mesma taxa, isto é, de 11% ao mês. Havia um precedente que estava pautando o posicionamento do STJ sobre o assunto.

A Ministra Nancy Andrichi discordou e avançou em sua argumentação de forma mais ousada. Os bancos que abusam de seus clientes, segundo ela, não devem ser premiados a devolver aquilo que cobram a mais com juros menores do que aqueles que efetivamente cobraram. Seus argumentos venceram ao convencerem os colegas do STJ.

Não há dúvida, Sr. Presidente, de que o nosso relacionamento com os bancos é um relacionamento em que não temos chance de nada.

Muitas pessoas entraram com recursos. Mas, na verdade, no Brasil, litigar com banco e nada é a mesma coisa. Tanto lá, como aqui, entrar em juízo contra banco era algo desnecessário. Essa decisão muda. É uma decisão do Tribunal que vai atingir milhares e milhares e milhares de ações que estão tramitando.

Quero dizer que considero uma decisão da maior importância e muito significativa, em que os bancos terão que analisá-la daqui por diante.

Meus cumprimentos à ilustre Ministra, que honra e significa a Justiça brasileira.

Infelizmente, hoje, uma de nossas Companheiras nos trouxe casos dramáticos de envolvimento de alguns representantes do Poder Judiciário, é bom que no mesmo dia se mostre, como S. Ex^a muito bem salientou, juízes que merecem o nosso respeito.

Falo também, Sr. Presidente, sobre a visita do nosso Presidente da República à África, que conside-

ro altamente positiva. O Brasil voltar-se para a África é algo que realmente tem que ser feito. Um dos aspectos que eu admirei nos Governos da ditadura militar foi a independência do Itamaraty. E foi exatamente no regime militar que o Itamaraty voltou seus olhos para a África: passou a dialogar, viajar e receber presidentes daqueles países.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso a coisa não andou. Havia andado no Governo do Presidente Itamar Franco, quando ele criou a comunidade luso-brasileira, reunindo o Brasil e as ex-colônias portuguesas lá na África. Foi uma atitude da maior importância e do maior significado. Mas o nosso amigo, Presidente Fernando Henrique Cardoso, que não fala nenhuma língua africana, era mais dado aos Estados Unidos e à Europa, e não sobrou tempo para olhar, como devia, para a África.

Acho que o Presidente faz bem. Até acho que aquilo que S. Excelência fez com a Bolívia, e muita gente e até a imprensa debochou, de auxiliar a Bolívia... Acho que os acordos que Sua Excelência vai fazer com os países africanos, inclusive na perspectiva de auxílio, tem um significado mais profundo do que parece. O fato de Sua Excelência ir lá e pedir desculpas, em nome do povo brasileiro, pelos regimes de escravidão que se fez neste País com os africanos, ao longo de centenas de anos, merece respeito e admiração. Sua Excelência falará em nome do Brasil inteiro quando pedir aos povos da África desculpas pelo que passaram aqui, e que ainda estão passando os descendentes, os homens de cor que, em qualquer posição, estão em inferioridade com relação aos homens brancos.

Acho e repito que o fato de auxiliar, de dialogar com esses países é algo importante. E mostra que o Brasil, um País pobre, um País que tem milhões que passam fome, que o Brasil que é um País que tem uma dívida recorde, encontra tempo e tem a visão de entender que há pessoas e países que estão piores do que nós, que estão em situação mais dolorosa do que a nossa e que podemos ajudá-los.

A ajuda não diminuirá o Brasil. Não perderemos muito com isso. Do pouco que daremos, poderá significar muito para um país como Porto Príncipe e para países que vivem em situação dramática. Isso pode ser um exemplo para o que falta à grande caminhada do Presidente Lula e de seu Governo.

O Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, esteve nesta tribuna chamando a atenção para o esforço dramático que se fez este ano para haver o superávit primário. Esse superávit primário é a metade do que vai se pagar de juros pela dívida externa.

Vamos pagar cento e vinte bilhões. Se pudéssemos aplicar esses cento e vinte bilhões no Orçamento brasileiro... Se pudéssemos olhar para o Nordeste com esses cento e vinte bilhões... Se pudéssemos olhar para as estradas brasileiras... No entanto, pagamos juros exorbitantes, estúpidos, imorais!

O Presidente Fernando Henrique, justiça seja feita, anos passados, na ONU, falou sobre isso. O Presidente Lula falou sobre isso. Mas penso que essa é uma questão que deve ser muito mais do que falar sobre isso. Essa deve ser a grande questão do grande debate dos países em desenvolvimento e dos países do Terceiro Mundo. O próprio Papa falou isso e o próprio Presidente do Banco Mundial também falou isso. O vice-Presidente do Banco Mundial, em uma declaração, disse que os juros pagos pelo Brasil são muito altos, que o Brasil está pagando juros muito altos, e a razão dos problemas existentes na economia brasileira é a taxa exagerada de juros paga pelo Brasil.

Se o homem do Banco Mundial diz e reconhece isso, se o pessoal do Fundo Monetário Internacional deu uma declaração exatamente nesse sentido, de que se tem de analisar a exorbitância dos juros internacionais que o Brasil está pagando, eu creio que se há uma razão de unidade da Oposição e do Governo e de todas as classes do Brasil era a hora de uma caminhada com elegância, não é pedindo a moratória, não é virando a mesa, mas com capacidade e com firmeza dizer, porque, na verdade, se formos analisar em profundidade estaremos quase que cometendo um crime contra o povo brasileiro. Pagar cento e vinte bilhões lá fora e deixar trinta milhões de brasileiros morrendo de fome...

O Governo lança um plano fantástico, revolucionário, de acabar com a fome, e dá alguns tostões para esse plano porque não tem no Orçamento... Ele não consegue levantar do chão porque o Orçamento não permite. A terra onde nasceu o Presidente Lula passa por uma seca dramática, cruel, onde estão levando água em caminhões-pipa, para que as pessoas possam se satisfazer, enquanto pagamos juros exorbitantes.

Acho linda a viagem do Presidente Lula à África do Sul. Acho-a simbólica, importante, de grande capacidade. Tem o cunho de mostrar que o Brasil tem essa visão. Se o Bush que é o Bush foi à África e pediu desculpas pelos africanos escravizados nos Estados Unidos, quanto mais nós, que os escravizamos por muito mais tempo! E mais: de certa forma, em níveis de injustiça social, permanecem até hoje.

Mas acho que o Presidente Lula, na sua grande tese a ser defendida, talvez a número um, muito mais importante do que participar do Conselho de Segurança Nacional, que é uma luta, como Membro Permanente – aliás, o Presidente Fernando Henrique a defendia com garra e também agora o Presidente Lula a defende, e eu nem sei o que significa ser Membro Permanente da ONU em termos de vantagem para o País –, é fazer uma caminhada no sentido de demonstrar que, como está, não é possível.

Alguém fez a análise seguinte: a dívida do Japão é infinitamente maior do que a brasileira. Infinitamente maior. Acontece que o Japão paga, de juros, pela dívida, de 1% a 2%. E nós pagamos o que pagamos.

Os economistas, em um estudo interessante, dizem o seguinte: se por uma fórmula o Brasil pudesse pagar pela sua dívida externa os juros que o Japão está pagando, de repente teríamos um mar de dinheiro para gastar aqui, e mudaríamos nossa economia. E se o Japão tivesse que pagar pela dívida dele os juros que o Brasil paga, a economia japonesa explodiria porque iria à bancarrota. Não digo que se pague a taxa de juros americana, 1%; não digo que se pague a taxa de juros japonesa, alemã, 1,5%, 2%. Mas que se pague 6%, 7%; que se pague alguma coisa razoável, normal e que se deixe realmente um país como o nosso olhar para dentro de si. Já se disse que a economia da Índia e a da China estão crescendo, a China, 8%, 9%, 10% do seu PIB, e a Índia nesse caminho, porque fecharam sua economia, não buscaram essa oferta de dinheiro externo e não têm essa dívida para pagar. Por isso, as crises de fora, as crises americanas, as crises das Bolsas não os atingem. Esses países estão tranqüilos, serenamente levando adiante e conseguindo novos mercados pela independência da sua economia. Nós fomos inventar de ficar devendo, aumentar a dívida...

Lembro-me, em 1964, quando defendíamos o Governo do Jango, que foi derrubado, a causa número um da sua queda foi o Brasil já estar devendo US\$3 bilhões. A dívida brasileira era de US\$3 bilhões. Aonde iria parar este Brasil se o Jango continuasse? Veio a ditadura, o regime militar, passaram-se anos, e hoje a dívida brasileira, meu Deus do céu!...

Este Congresso inclusive poderia dar a sua parte, a sua colaboração, a sua caminhada no sentido de permitir, de se oferecer a chance de participarmos da luta pela derrubada dos juros da dívida externa brasileira.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte posteriormente?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Eurípedes Camargo (Bloco/PT – DF) –

Senador Pedro Simon, V. Ex^a traz para esta Casa um debate real sobre os direitos humanos em toda a sua amplitude, inclusive internacional, abordando a nossa relação com os povos e a defesa das raças. V. Ex^a expõe um tema de grande envergadura, cuja formulação é muito bem apresentada, principalmente no que se refere à defesa dos direitos. Apresenta, também, o tema receita e despesa no plano nacional, questão que tem que ser aprofundada em um debate, como faz V. Ex^a, não escamoteado, ideologizado. Se trabalharmos no plano real, faremos a diferença. O assunto exposto é importante e deve ser aprofundado para que possamos sair dessa situação para patamares de justiça, diminuindo as diferenças internas e externas. A abordagem de V. Ex^a sobre a seca histórica no Brasil traz o debate para a realidade; sabemos que a seca precisa ser combatida na raiz, não apenas com discurso, mas em profundidade para que se resolva de uma vez por todas, porque ela já perdura ao longo de séculos. Parabenizo V. Ex^a pelos importantes temas que traz a esta Casa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Pedro Simon, peço desculpas por interromper o importante discurso de V. Ex^a, mas estava ali na mesa e meu coração começou a palpitar um pouco diferente. Gostaria de deixar clara a importância da participação de alguns membros desta Casa nas discussões da ONU, estando presente, assistindo e discutindo temas importantes que lá são debatidos pelos congressistas. V. Ex^a falou sobre a África. Assistindo a alguns trechos e à ordem das discussões da Assembléia General, passou-me o seguinte, Senador: qual seria a importância para o Brasil a discussão deste tema: as Minas de Diamantes da África. É uma comissão especial que se forma na ONU. A importância está no que V. Ex^a fala, a falta de assistência daqueles que exploram os africanos, sem ter a correspondência da retribuição exata do que eles precisam para sobreviver. É um tema importantíssimo. Outro dia, V. Ex^a reclamou, se não estou enganado, de uma participação mais ativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nas discussões externas do Brasil por meio do Itamaraty. Trouxe vários temas discutidos lá, e achei importantíssima a tese que V. Ex^a levantou,

pela qual eu queria cumprimentá-lo. É surpreendente que nessa parte da África o maior produtor de diamantes é o que mais passa fome no mundo. Alguém está levando vantagem. Portanto, eu queria cumprimentar V. Ex^a pela citação que fez sobre a África e que eu não poderia deixar passar em branco. Peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado pela gentileza de V. Ex^a.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a disse, com muita propriedade, que o Senado tem de se debruçar sobre este tema, da relação do Brasil com o mundo e especialmente com os países que têm analogia, laços culturais e históricos conosco. Eu queria dizer que o meu coração também bateu muito alegremente ao escutar, com atenção, o discurso de V. Ex^a de hoje. V. Ex^a faz a sua parte brilhantemente quando convoca o Senado à discussão, não só abordando a viagem do Presidente à África, mas também demonstrando que, além da retórica, o Governo brasileiro experimenta ações e comportamento que vão além do discurso porque propõe acordos, modificações e novas diretrizes para a formação de novo rumo para a economia mundial. É absolutamente indispensável que o esforço que o Governo está fazendo para tentar mudar o Brasil seja levado ao mundo também, já que mudar o Brasil em grande parte significa mudar o mundo igualmente. As questões estão inter-relacionadas, dado o nível de compromissos que a economia, a Nação brasileira teve de assumir nesse passado em que a dívida se elevou, como V. Ex^a ressaltou muito bem, assim como os juros e toda a série de compromissos que amarraram a nossa economia. É preciso realmente juntar forças, integrar a América do Sul e depois o Atlântico Sul. Por que não se pensar também num mercado comum que, além da América do Sul, englobe o Atlântico Sul, como as nações africanas subsaarianas. Isso exige um esforço e uma diretriz muito firme, uma determinação de enfrentar todos os campos: na discussão seja sobre a Alca, seja sobre os fatos relacionados ao Iraque, seja sobre os nossos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional, seja sobre o Conselho de Segurança. Em tudo isso tem de haver uma unidade que busque exatamente mudar as regras do mundo, que não podem continuar sendo feitas pelos países ricos em detrimento dos países que aspiram melhorar o nível de vida de suas populações. É claro que temos de dar o exemplo internamente e modificar a situação de injustiça gritante do Brasil, mas ao mesmo tempo levar esse tema também ao mundo e mostrar que é impossível, é inviável,

é insustável essa organização mundial em que os países que aspiram à melhoria de condições de vida de suas populações encontram barreiras, encontram regras, encontram, enfim, determinações ditadas pelas potências econômicas do mundo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Cumprimento V. Ex^a e peço desculpas por me ter alongado no aparte. Secundando o que disse o Senador Tuma, o meu coração também bateu muito alegramente ao ouvir o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador

Roberto Saturnino, V. Ex^a hoje, provavelmente, mais uma vez, não conseguirá falar, mas, de certa forma, fez um brilhante aparte, de grande conteúdo, da maior importância. Honra o meu pronunciamento o seu aparte, que tem vida própria e que realmente representa o que defendemos.

Claro que precisamos fazer a nossa parte; claro que há injustiças enormes com a nossa gente, mas em relação aos outros países é muito caro o que estamos pagando pela política de alguns países, aliás um país sul-americano, de que temos que pagar a conta.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Senador Pedro Simon, o que queria dizer não é nada diferente de tudo aquilo que já foi dito a respeito do discurso brilhante e oportuno que V. Ex^a faz. É sem dúvida um dos capítulos mais negativos da vida das nações a que estamos assistindo agora como consequência de mais um golpe, e o mais insidioso de todos, um golpe colonialista econômico da globalização. Na verdade, a globalização, inventada pelos países ricos, não tem outro propósito senão manter a todo preço a submissão por meio de uma política de mercados, de intervenção insidiosa, sobretudo quando o Brasil não tem mais instância, e não existe mais aquela bipolarização comunismo/capitalismo. Assim o capitalismo internacional nunca esteve tão à vontade para escravizar os países do Terceiro Mundo como neste momento que vivemos. É preciso que homens como V. Ex^a, e estadistas, como vem se revelando o Presidente Lula, se levantem contra essa situação. Os países, sobretudo os emergentes como o Brasil, não podem continuar submissos aos interesses e aos caprichos do mundo desenvolvido. Pouco adianta qualquer esforço, como o Programa Fome Zero e outros investimentos, para tentar salvar o País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Fazendo soar a campainha.) – Senador José Maranhão, pedira licença para prorrogar a sessão, a fim de que o nosso Senador Pedro Simon possa concluir o seu discurso e V. Ex^a o seu aparte. O tempo da sessão já terminou, mas a prorrogaremos até mesmo porque há três oradores que desejam falar e terão cinco minutos cada um. V. Ex^a pode continuar, Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Sr. Presidente, agradeço a advertência de V. Ex^a, que não era necessária, já que eu estava concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador José Maranhão, essa é uma exigência regimental.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – O que quero é trazer a minha solidariedade ao Senador Pedro Simon, por trazer um assunto da maior importância para o presente e para o futuro do Brasil, tão importante que até V. Ex^a, Sr. Presidente, deixou a Mesa para apartear-lo de forma tão brilhante e tão segura.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte, Senador José Maranhão.

Sei que meu tempo terminou, mas, com a prorrogação da sessão, poderia conceder um aparte ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Pedro Simon, solicito que V. Ex^a não permita mais apartes, porque ainda há três oradores inscritos. Mas creio que seria uma des cortesia desta Presidência não permitir o aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho, mas pediria rapidez, por favor.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Sr. Presidente, serei bastante breve. Meu aparte, inclusive, é fruto de reflexões que estava fazendo com o Senador Sérgio Guerra. Concordamos em que o Presidente está tendo uma posição muito elogiável e agressiva do ponto de vista da política externa, mas que Sua Excelência precisa cuidar também, com o mesmo afínco, da política interna, da retaguarda, para poder dar lições ao mundo. É aquela história “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. Sua Excelência deve poder dizer “faça o que eu digo e o que eu faço”. Eu diria a V. Ex^a que, na verdade, essa política externa está causando a maior admiração e está sendo capitaneada pelo próprio Presidente da República.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a. Creio que não comprometi a possibili-

dade de o Líder Paulo Paim falar hoje, porque seu pronunciamento será muito importante.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papapléo Paes.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a V. Ex^a pela compreensão, Senador Pedro Simon.

E prorrogo a sessão por 15 minutos.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, o primeiro orador inscrito, e, em seguida, ao Senadores Paulo Paim e Arthur Virgílio.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não gostaria de deixar o dia de hoje sem destacar uma matéria profunda, publicada ontem pelo jornal **Correio Braziliense**, intitulada: “Governo sem dinheiro para terminar obras”.

Essa situação afeta todo o País. São 322 obras paralisadas, somente em relação ao Ministério dos Transportes, e que exigiriam R\$5 bilhões para a sua conclusão. Todo o País é afetado, sem sombra de dúvida, mas, particularmente, Senadores Mão Santa e Garibaldi Alves Filho, o Nordeste é a região com a maioria das obras paralisadas. Os Estados mais citados nessa matéria do **Correio Braziliense** são exatamente a Bahia, o Piauí e o Ceará, Estados do Nordeste.

Na Bahia, há, hoje, obras importantíssimas que estão totalmente paralisadas. Em termos de estradas, há a BR-135, no oeste do Estado. Na reportagem, é citada a BR-020, que vai em direção ao Piauí, que bem conhece o Senador Mão Santa, que está paralisada no trecho entre Nova Santa Rita e Simplício Mendes. Na BR-116, essa grande rodovia que liga o Rio Grande do Sul ao Ceará – mais propriamente à cidade de Russas, com extensão para Fortaleza – só há um trecho de 32 km no Estado da Bahia que não está concluído. O trecho está paralisado porque faltam R\$15 milhões, e não há recursos disponibilizados no Orçamento do próximo ano.

Há ainda duas importantes obras paralisadas, duas pontes sobre o rio São Francisco, sendo uma que dá vazão à ligação da BR-116, atravessando o rio

São Francisco, a partir da cidade de Ibó, fazendo a ligação da Bahia com Pernambuco, encurtando as distâncias de ligação do Nordeste para o Sudeste. A outra ponte é sobre o rio São Francisco na cidade de Carinhanha, que é a BR-030, estrada projetada na década 60, para ser exatamente a ligação de Brasília ao mar, ao Porto de Maraú, no Estado da Bahia. Essa obra está paralisada, tem apenas os pilares, que foram edificados e estão lá como prova da ineficiência, da desatenção do Governo Federal com o Nordeste.

E estamos falando apenas em relação a um único Ministério, o dos Transportes, que está com 322 obras paralisadas! Contudo, se verificarmos os projetos de irrigação no Nordeste brasileiro, constataremos que todos estão sofrendo com a falta de recursos, quando não estão totalmente paralisados.

Na Bahia, importante projeto de irrigação na região de Juazeiro, o projeto Salitre, o chamado Salitrão, está paralisado, porque faltam R\$10 milhões para que a Codevasf possa colocar em operação um perímetro irrigado de aproximadamente 5 mil hectares. Mas não há recursos para absolutamente nada! As obras continuam paralisadas!

O Baixio do Irecê, próximo à Cidade de Xique-Xique, sofre do mesmo mal, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Aqui está o retrato, no artigo “Cenas de um país abandonado”, publicado pelo **Correio Braziliense**, na data de ontem.

Realmente, não entendo a concepção deste Governo, que paralisa obras tão importantes para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo e para a geração de nova expectativa para o crescimento econômico, que possa atender à necessidade de emprego do povo brasileiro.

Essa é uma realidade que não apenas prejudica a Nação brasileira, mas que ceifa hoje milhares de vida. Estradas brasileiras estão abandonadas, um patrimônio de uma malha rodoviária construída durante muitos anos da vida nacional está hoje totalmente abandonado.

Senador Duciomar Costa, a BR-324 é a principal estrada da Bahia, que liga Feira de Santana a Salvador. São 116 quilômetros de uma via duplicada em péssimo estado de conservação, próxima a entrar em colapso. Se essa estrada entrar em colapso, a economia baiana entrará em colapso também, porque 65% do PIB do Estado da Bahia circula por essa rodovia. Hoje, ela está em péssimas condições de conservação.

Neste momento, eu queria parabenizar o **Correio Braziliense**, que fez esse levantamento. Espero que o Governo se sensibilize com a situação de paralisação dessas obras que traz um custo adicional muito grande à execução das próprias obras. Ao serem paralisadas, há o custo de desmobilização; ao serem retomadas, há o custo de mobilização. Quem paga isso?

É claro que quem vai pagar é o contribuinte brasileiro, com um aumento da carga tributária. Fica aqui esse reclamo, mais um, Sr. Presidente, que se associa ao de diversos Senadores que já vieram a esta tribuna tratar do mesmo tema. Infelizmente, vivem os Ministérios da República à mingua, sem dinheiro para seu custeio. A Embrapa, por exemplo, está sofrendo de inanição. Trabalhos de pesquisa importantíssimos estão sendo perdidos. O Brasil não pode ficar refém de um superávit primário que impede a mínima continuidade de normalidade na vida nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. Eu pediria urgência no uso da palavra, cinco minutos mesmo, porque estamos inaugurando o terceiro tempo agora. Então, eu peço o mesmo a todos os que forem falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tentarei falar em menos de cinco minutos. Na verdade, eu gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado na íntegra. Faço uma análise da viagem do Presidente Lula à África, mais precisamente à Namíbia, a Angola, a Moçambique, a São Tomé e Príncipe e à África do Sul.

Considero essa viagem de suma importância para o continente africano. Fui questionado por que não fui à África. Primeiramente, eu gostaria de dizer que recebi o convite do Presidente Lula para acompanhá-lo na viagem à África, com saída no sábado e volta no próximo domingo.

Sr. Presidente, não fui à África, apesar de ter um grande compromisso com as raízes de meu povo – pois sou descendente de africanos –, porque não poderia, no meu entendimento, sair do País neste momento em que estamos a debater a Reforma da Previdência, que interessa a todos: brancos e negros, dos mais jovens aos mais idosos. Por isso, optei por ficar no Brasil, para participar amanhã do importantíssimo debate que esta Casa há de fazer sobre a PEC 67. Insistirei pela paridade, pela transição, pelo subte-

to dos Estados. Trabalharei para que os policiais civis e militares tenham o mesmo direito das Forças Armadas. Lutarei pela inclusão social e acompanharei o debate sobre a contribuição dos inativos. Terça, quarta e quinta-feira serão dias fundamentais e eu estarei aqui.

Por outro lado, acompanharei V. Ex^a em uma viagem ao Rio Grande do Sul. No meu Estado, na Feira do Livro, terei oportunidade de lançar umas três edições realizadas por mim, entre eles um livro de poesia, o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, em Braille. Estará conosco o Senador Pedro Simon. Embora, Sr. Presidente, me dê grande alegria estar com V. Ex^a em Porto Alegre, o que mais me moveu a ficar foi participar do debate da Reforma da Previdência. Sei que isso não está resolvido. Há várias complicações: com PEC paralela, sem PEC paralela. A questão está complicada. Temos uns 20 dias úteis. Quero ver se votaremos as duas PECs, conforme foi prometido. Comprometemos a votar as PECs 67 e 77 antes de entrarmos em recesso. Estou aqui para ver e cobrarei de todos os que assumiram esse compromisso comigo. Evidentemente, não se trata da Mesa nem de V. Ex^a, mas das Lideranças do Bloco de Apoio ao Governo, que se comprometeram a votar as duas PECs na Câmara dos Deputados e no Senado Federal antes do Natal. Estarei aqui para acompanhar o debate e exigir que o acordo se cumpra.

Sr. Presidente, concluirei com uma frase que sempre enfatizo. Tenho 17 anos de Congresso e já fiz acordos políticos de votação em plenário com Collor, com Itamar, com Fernando Henrique e com o ex-Presidente José Sarney. Tenho orgulho de dizer que nunca ninguém rompeu um acordo comigo. Tenho certeza de que os acordos que fizemos em relação às PECs nºs 67 e 77 para a inclusão dos artigos que citei serão cumpridos.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. Agradeço a tolerância.

SEGUE, NA ÍNTGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, em agosto deste ano, o adiamento da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África parecia jogar água fria nas expectativas daqueles que, como eu, entendem que as relações políticas, econômicas e culturais com o continente africano es-

tão muito aquém de nossas possibilidades e de nossos compromissos históricos.

Não faltaram os pessimistas que vislumbravam impedimentos na visita então marcada para o mês de novembro.

Mas aconteceu o melhor, desta vez. O presidente Lula já está na África, onde iniciou ontem visita oficial de oito dias ao continente, e temos enfim a possibilidade de fortalecermos nossos vínculos culturais e consolidarmos uma parceria em projetos sociais relevantes para nossos povos.

Convidado pelo presidente Lula para acompanhá-lo nesta histórica viagem, no entanto fui obrigado a declinar de tão honroso convite, em vista de compromissos assumidos anteriormente.

Aqui em Brasília, estou acompanhando e participando da discussão e votação do projeto de reforma da Previdência Social, ao qual apresentei 21 emendas.

No Rio Grande do Sul, onde se realiza a partir desta quinta-feira a Feira do Livro, estarei lançando um livro de poesias e os Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial e do Portador de Deficiência.

Além desses eventos, tenho ainda naquela Feira compromisso agendado com a **TV Senado**, que está produzindo um documentário especial sobre a vitivinicultura do Rio Grande do Sul, que terá a participação dos Senadores do Estado com depoimentos que serão gravados em Porto Alegre.

Mas mesmo à distância, quero desde já registrar o sucesso que se desenha para a visita do presidente Lula.

Em São Tomé e Príncipe, primeiro país visitado pela comitiva brasileira, Lula instalou nossa representação diplomática e anunciou a criação do chamado programa de Ação Brasil-África, destinado a ampliar os projetos de cooperação já existentes.

Emocionado, o presidente afirmou que é um dever moral do Brasil retomar as relações com a África e que sua visita era o começo do pagamento de uma dívida histórica que o nosso país tem com o continente.

Hoje o presidente Lula já se encontra em Angola, segunda etapa de sua viagem. Com o governo de Luanda, vai assinar mais de 10 acordos e protocolo de Intenções, entre eles, um na área educacional, dentro do contexto do programa angolano, "Escola para Todos".

O documento vai estabelecer medidas imediatas, nesta primeira fase de cooperação entre os dois países, como o apoio do Brasil ao governo angolano para capacitar mais de 7 mil professores e a prepara-

ção de material didático para os níveis básico e secundário.

Diversos outros acordos ainda serão firmados por Lula em Moçambique, na Namíbia e na África do Sul, onde se completa a visita do presidente brasileiro.

Temos sempre que perseguir no relacionamento com os países africanos objetivos que superem a expansão dos fluxos comerciais. Precisamos aproximar nossas sociedades.

Somos o segundo maior país negro do mundo. Com uma população de afro-brasileiros de aproximadamente 90 milhões de pessoas. Como já disse dessa tribuna, nossa política externa com o continente africano deve se pautar por princípios de solidariedade, transparência e ética.

O Presidente Lula tem essa oportunidade histórica.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a será atendido.

A Presidência agradece a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio e solicito a S. Ex^a que seja breve, para que, posteriormente, eu possa passar a palavra aos Senadores Mão Santa e Garibaldi Alves Filho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Ministro Antonio Palocci é um homem de palavra. S. Ex^a disse, outro dia, aos Senadores que participaram de movimentadíssima e proveitosíssima reunião na Comissão de Assuntos Econômicos da Casa que não era necessário emenda à Constituição para aumentar a carga tributária no País. E é verdade. S. Ex^a pediu ao Ministro Pedro Malan que, no bojo da Medida Provisória nº 62, ainda no Governo passado, se aumentasse a carga tributária.

Depois, já na sua gestão, e não foi, claro, por emenda à Constituição, S. Ex^a aumentou novamente a carga tributária mexendo na Contribuição sobre o Lucro Líquido das Empresas e também na Cofins.

S. Ex^a agora aumenta a alíquota da Confins em pornográficos 153%, ou seja, essa alíquota passa de 3% para 7,6% e de novo S. Ex^a majora a carga tributária deste País, Sr. Presidente, sem recurso à emenda à Constituição. Ou seja, o Ministro Antonio Palocci não é contra aumentar a carga tributária, mas é contra aumentar a carga tributária pela via das emendas à Constituição. É bom entendermos tudo, para não compreendermos mal o nosso prezado, estimado e competente Ministro.

Mas o fato é que essa Medida Provisória, que por sinal conta com 69 artigos, vai ao encontro de uma idéia que é nossa, ou seja, somos contra a cumulatividade da Cofins. Por isso, a idéia, boa, infelizmente, nos decepciona quando, atrás dela, embutida nela, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, lá vem o aumento, que para nós é vergonhoso, é pornográfico mesmo, da carga tributária.

Há um aspecto, que é o fato de esta Casa estar discutindo uma reforma tributária e, portanto, quando esta Casa discute o que seria uma reforma tributária, o Governo vem com uma Medida Provisória, atropela as negociações do Congresso, atropela o relatório que está sendo julgado e, sem dúvida alguma, o voto em separado do Senador Rodolpho Tourinho, que é um primor, e o Substitutivo do Senador Tasso Jereissati que, a nosso ver, contempla o cerne e os pontos fundamentais de uma verdadeira e profunda reforma tributária, inclusive estabelecendo que, a partir daqui, não sobe a carga tributária e, mais ainda, estabelecendo os mecanismos para o descenso da carga tributária, na medida em que certos indicadores da economia fluam bem, da maneira que deseja o Presidente Lula, sem praticar com competência o seu desejo, e da maneira que desejamos nós todos que amamos este País.

Portanto, Sr. Presidente, no minuto que me resta, quero dizer que estamos construindo um país de enxugadores de gelo. A mágica do aumento da carga tributária que no Governo passado, do qual fui Líder, pulou de 27% para 35%, para que o Brasil se financiasse – e em um minuto não dá para discutir os porquês – essa mágica se esgotou, se exauriu. O Governo atual, que tem repetido o Governo passado em tantos pontos da política econômica, não pode repetir nesse, porque a mágica se exauriu, cansou, não dá mais certo, não produz mais nenhum resultado, não produz, sequer, qualquer ilusão. É hora de o Governo perceber que, sem criar as condições para o aumento da taxa de investimento neste País, que teria que sair dos absolutamente medíocres dezesseis e pouco por cento de hoje, para pelo menos 25% a 28% do PIB, sem abordarmos de frente a questão do aumento da carga tributária, não veremos o crescimento sustentado, ou seja, com inflação baixa e taxas de crescimento anuais elevadas por tempo que possa mexer de maneira substancial na riqueza dos brasileiros. Não veremos.

Portanto, venho aqui fazer duas coisas. Em primeiro lugar, dizer que o Ministro Palocci, na forma, tem palavra, ele ainda não aumentou a carga tributária. O projeto de emenda à Constituição que está sen-

do votado, se aprovado como quer o Governo, aumentará de novo a carga tributária, mas até o momento ele cumpre a palavra; não aumentou a carga tributária pela via de emenda à Constituição. Ele é a favor de aumentar a carga tributária, sim, pedindo ao Ministro Malan, a favor de medidas provisórias e a favor de quaisquer instrumentos que não sejam a Constituição. Ele tem demonstrado ser a favor, sim, de se aumentar a carga tributária neste País.

Em segundo lugar, o que tenho a depor, após "elogiar" o Ministro nesse episódio, é que o Brasil não sustenta crescimento se não tivermos um freio, um freio na voracidade com que se busca arrecadar visando o longo prazo, ao mesmo tempo em que se deixa de olhar para as colinas do longo prazo da nossa vida. O Brasil perde o seu senso estratégico quando vive o dia-a-dia da carga tributária que resolve o presente e complica, estrangula o futuro da nossa pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por cinco minutos, para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as}s e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros, eu resumiria em cinco minutos os cinqüenta e quatro anos de vida de Petrônio Portella, que tanto enriqueceram a Pátria e este Senado.

Quis Deus estar presente o Senador Paulo Paim, exemplo da grandeza da história política do Rio Grande do Sul.

Tive o privilégio de conviver com Petrônio Portella. Ele nos pinçou e nos colocou na política. Demorei a entrar, Senador Duciomar Costa, porque sou apaixonado pela medicina. Ouvi alguns de seus ensinamentos e queria trazê-los para ajudar este Senado, para ser luz, assim como luz foi Rui Barbosa.

Uma frase que Petrônio repetia a cada instante: "não agredir os fatos". Ele foi Deputado Estadual, Prefeito de Teresina, Governador do Estado. Veio a revolução e ele foi contra; mas, mesmo assim, eleito Senador, a revolução viu os seus valores, e ele serviu à Pátria – não vou dizer à revolução.

Senador Paulo Paim, ele ensinava que tinha um tripé como base, as bases políticas do Piauí. Ele dizia: "Mão Santa, você é uma das minhas bases." O funcionalismo público, Senador Paulo Paim – atentai, Senadora Heloisa Helena, para a visão de Petrônio Portella – era valorizar o funcionário público e os meios de comunicação. Ele não queria negociatas, em-

presários, **lobbies**. Fugia deles como o diabo foge da cruz. Portanto, bases políticas, funcionários públicos e imprensa. Ele repetia também que “se há prazo, não há pressa”. E buscava o consenso.

Senador Duciomar Costa, foi ele quem começou a fazer renascer a democracia, ao visitar cada Estado – como Ministro – e buscar o consenso em torno dos primeiros Governadores eleitos de forma indireta, o que à época havia sido um avanço. E eu me lembro da autoridade moral que ele possuía. Em uma de suas idas ao Piauí, em minha cidade, eu ocupava o carro de um empresário amigo, e, de repente, ele disse: “Mão Santa, vá dispensar a polícia, em meu Estado eu tenho que ser autoridade moral.” Mas não era apenas lá, Senador Duciomar Costa, ele assim também procedia no calçadão da praia de Copacabana, como Ministro da Justiça, como Presidente do Senado Federal. A autoridade, Senador Romeu Tuma, era moral. Isso eu aprendi com ele. Fui chamado para dispensar o policiamento de proteção ao Ministro em minha cidade.

Senador Paulo Paim, eu estava ao lado de Petrônio em abril de 1977. Veio para cá um projeto de reforma do Poder Judiciário, e o meu MDB se recusou a votar. O meu MDB parece-me que era melhor do que o atual PMDB. Ele tinha um comandante, Ulysses, que ouvia a voz rouca das ruas, e não as negociatas. O MDB não aceitou a reforma do Poder Judiciário. E o Presidente Geisel chamou o Petrônio e disse que iria fechar o Congresso, forçaria um recesso, o Pacote de Abril. Eu estava ao lado do Petrônio Portella, e a imprensa solicitava uma declaração sua. Ele disse: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Olhem a grandeza, naquela transição! O eco dessas palavras fez com que o Governo militar reabrisse, com dignidade, o Congresso Nacional, em função da força moral de Petrônio Portella. Ele foi o artífice da redemocratização, sem o uso de truculência, sem o disparo de uma bala.

Portanto, vivi momentos de dificuldade, o renascer do fortalecimento desta Casa. Agora, vivo um momento triste, quando vejo que vem uma inovação, um casuísmo que desmancha todos os 180 anos, de Rui Barbosa a Petrônio Portella – os grandes que por aqui passaram –, quando nos curvamos a uma vergonhosa PEC paralela, que não existe; ela tem que ser discutida aqui.

Há pouco eu conversava com o Senador Duciomar Costa e dizia: Senador Duciomar, fico com Abraham Lincoln, que nos ensinou: “Não faça nada contra a opinião pública, que malogra

O Presidente Juscelino Kubitschek, nos seus momentos de dificuldades, Senador Romeu Tuma, enfrentou revoltas como as da Aeronáutica, duas, e ele indagava a José Maria Alkimim e a Israel Pinheiro: como vai o monstro? O monstro a que ele se referia era o povo.

E Ulysses Guimarães foi mais profundo: ouça a voz rouca do povo. A voz rouca do povo quer fortalecer o aperfeiçoamento das instituições e da democracia.

Mas eu queria ensinar a esta Casa, Senador Romeu Tuma, ainda com Petrônio Portella, Senador Duciomar Costa, autoridade moral. Petrônio, que morreu aos 54 anos de vida, nos ensinou: Mão Santa, eu mantendo um apartamento aqui, particular, fechado, porque, em qualquer instante, se eu perceber que esta Casa não tem a liberdade para fazer leis boas e justas, abandono tudo e vou para o meu apartamento.

É o exemplo que quero dar de Petrônio Portella, Senador Paulo Paim. Que não sejam em vão a vida e a luta, a sua morte precoce, por sacrifício pela Pátria. Era um homem que tinha um câncer, um pulmão só, e depois teve um enfarte; após o enfarte continuou no trabalho e morreu. Mas que seu exemplo de dignidade sirva a esta Casa, para fazermos leis boas e justas. E o Senado seja independente, como sonhou Petrônio Portella.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, último orador, por cinco minutos, para que se conclua a sessão de hoje.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sras e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para falar novamente a respeito de um tema que tem sido abordado com muita freqüência, nesta Casa, que é a situação dos Municípios brasileiros.

Partindo da premissa da situação do meu Estado, hoje, pela manhã, me reuni na Federação dos Municípios do Estado, presidida pelo Prefeito Agnelo Alves, de Parnamirim, que é um grande Município da grande Natal, e pude avaliar, aquilar, ao lado daqueles prefeitos, a situação por que passam os Municípios do Rio Grande do Norte. Essa reunião me deu também a dimensão dessa crise, que é uma crise, sobretudo, provocada pela diminuição dos recursos que

são colocados à disposição dos municípios pelo Fundo de Participação dos Municípios. E agravada, Sr. Presidente, pelo fato de as transferências voluntárias não estarem sendo liberadas. Há poucos dias, o Senador Sérgio Guerra disse aqui desta tribuna que, do ano passado para cá, previa-se uma liberação de R\$12 bilhões, mas só foram liberados, até agora, R\$600 milhões. Tudo isso contribui para colocar os municípios numa situação muito delicada.

Tenho mantido entendimentos com o Relator da reforma tributária, Senador Romero Jucá, que está consciente da gravidade desse problema e me tem colocado a par dos esforços feitos por S. Ex^a e pelos Senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana, no sentido de o Governo direcionar recursos, por meio da reforma tributária, para um aumento no Fundo de Participação dos Municípios; aumento que permitisse aos municípios um certo desafogo. Porque se isso não ocorrer, teremos grande parte dos Municípios brasileiros sem poder pagar o 13º salário. A não ser os municípios maiores, ou os municípios que já fizeram provisão para tal pagamento, poucos municípios terão condições de fazer face ao pagamento do 13º salário.

Há pouco tempo, houve aqui um começo de discussão a respeito da criação de novos municípios. Tratava-se da Emenda Zambiasi, do Senador Sérgio Zambiasi, do PTB do Rio Grande do Sul, o qual deseja – esse debate foi transferido para os próximos dias – que os Estados, por meio das Assembléias Legislativas e de seus governos, assumam novas responsabilidades na criação dos municípios.

Defendemos que a tradição constitucional brasileira mais recente é no sentido de um mínimo de regulamentação federal quanto da criação dos municípios. Isso mais se justifica porque, no regime da Constituição de 1988, quando os municípios foram elevados à qualidade de entes autônomos, integrantes em pé de igualdade com os Estados. Prevalecendo essa norma, os municípios terão toda a atenção do Governo Federal no trato da questão, uma vez que, historicamente, na sua esmagadora maioria, sempre mantiveram dependência financeira em relação à União, cabendo a esta cuidar, por conseguinte, para que os recursos disponíveis sejam distribuídos entre todos os Municípios brasileiros de forma mais racional possível. Mas isso não está ocorrendo.

Sabemos que os municípios têm hoje uma participação muito discreta na distribuição do bolo. Nos últimos três meses – falei, há pouco, do problema do mês de dezembro, quando se prevê a diminuição de

12% do FPM –, os municípios, comparando-se o que receberam em 2002 e o que receberam agora em 2003, estão recebendo menos.

Então, a situação é aflitiva do ponto de vista dos municípios. Não resta dúvida de que há uma sensibilidade por parte do Congresso Nacional no sentido de fazer valer essa reivindicação dos municípios. Precisamos encontrar uma solução na reforma tributária. A despeito de o Ministro Palocci dizer que o correto é uma reforma tributária feita não para resolver problemas imediatos, mas para longo prazo, não podemos esquecer que sem resolver o problema a curto prazo, agravar-se-á, e muito, o problema dos municípios a longo prazo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Romero Jucá, Alvaro Dias, Antero Paes de Barros, Teotônio Vilela Filho, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Amaral, Luiz Otávio, Valdir Rapp e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, a Zona Franca de Manaus tem demonstrado grande capacidade de adaptação aos novos tempos de economia competitiva e globalizada, apresentando um excepcional desempenho na área de exportações e de arrecadação de tributos.

Nos últimos seis anos, as exportações da Zona Franca passaram de 1% de sua produção para 11%, com uma média de crescimento anual superior a 20%, o que levaria a um equilíbrio entre importações e exportações no ano 2005, atingindo superávit a partir do ano 2006.

Do ponto de vista da arrecadação tributária, a Zona Franca praticamente já atingiu seu ponto de equilíbrio, considerando renúncia fiscal e arrecadação, pois, para cada real de renúncia, geram-se 93 centavos de receita fiscal.

Mais importante do que tudo isso, do ponto de vista social e político, é a manutenção de 60 mil empregos diretos e estáveis e aproximadamente 250 mil empregos indiretos, e a renda gerada por essa massa salarial.

Tudo isso demonstra que a Zona Franca de Manaus é um projeto vitorioso, cujo sucesso beneficia não apenas o Estado do Amazonas e a Região Norte, mas o País como um todo. Ademais, propicia o de-

senvolvimento econômico e social da Região Norte, com o esperado equilíbrio ambiental, de que as autoridades locais não descuram.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, gostaria de ressaltar o importante trabalho que vem sendo realizado pela Zona Franca no campo da responsabilidade social e da sustentabilidade ambiental.

Uma das mais importantes realizações nesse campo é a criação do Centro de Biotecnologia do Amazonas (CBA), que se encontra em fase final de implantação, devendo entrar em operação até o final deste ano.

Já estão sendo instalados laboratórios e sistemas de administração e se estão preparando equipes de pesquisa para atuar nas áreas de biodiversidade e, especificamente, em setores que podem imediatamente gerar novos empreendimentos na produção de cosméticos, fitoterápicos e sucos naturais e concentrados.

Com isso, teremos a possibilidade de fomentar o empreendedorismo, com projetos de incubadoras de empresas, gerando mais emprego e renda, movimentando marcas, patentes, proteção de cultivares, respeitando o meio ambiente de forma correta e adequada.

São pontos fortes dessa política de desenvolvimento com sustentabilidade ambiental o aproveitamento da biodiversidade, do turismo, do potencial pesqueiro e da agroindústria, destacando-se o aproveitamento do potencial biogenético, com os estudos do Centro de Biotecnologia da Amazônia.

Gostaria aqui de ressaltar o papel de empresas privadas que estão realizando importante trabalho de responsabilidade social e ambiental, como a Moto Honda da Amazônia, que já investiu 31 milhões de dólares na implantação de um Sistema de Gestão Ambiental que recebeu o certificado ISO 14000, destinando 0,2% do faturamento para esse programa.

Outra empresa que merece menção especial na gestão ambiental e responsabilidade social é a Multibrás da Amazônia S.A., que é uma das poucas detentoras das quatro normas mundiais, tendo ao mesmo tempo ISO 9000 (Sistema de Gestão de Qualidade); ISO 14000 (Gestão Ambiental) e OHSAS 18000, que trata da Segurança e Saúde Ocupacional; SA 8000, que trata do Sistema de Gestão Social (SGS), recebida em dezembro do ano passado.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é exatamente esse novo aspecto da Zona Franca de Manaus que gostaria de destacar e ressaltar neste meu pronunciamento: uma nova maneira de pensar o desenvolvimento econômico e social, com responsabilidade ambiental e com ações de cidadania, em que Governo e iniciativa privada se unem para realizar ações de utilidade pública, dividindo responsabilidades e benefícios, dando uma outra dimensão ao processo econômico, que deixa de ser medido exclusivamente por variáveis econômicas e passa a destacar valores éticos, ambientais, educacionais e de desenvolvimento das potencialidades dos recursos humanos.

Por tudo isso, quero, neste momento, congratular-me com a direção e servidores e colaboradores da Suframa, destacando o trabalho da Superintendente Flávia Grosso, e com as empresas do Pólo Industrial de Manaus, que estão realizando um trabalho meritório na área social e ambiental.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – AL. Sem apanhamento taquigráfico.)

DESENVOLTURA NO CAMPO

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho neste momento à tribuna para comentar duas matérias publicadas nos jornais **O Estado de São Paulo** e **O Globo**, de 11 de outubro do corrente, intituladas, respectivamente, “Ocupações no governo Lula crescem 75%” e “CPT: violência no campo dobrou”.

As matérias, que solicito sejam inseridas nos anais do Senado, mostram os resultados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre os conflitos no campo, que indicam um aumento de 75% na ocupação de propriedades no período de janeiro a agosto deste ano, em comparação ao mesmo período do ano passado.

Além disso, as matérias informam que o presidente da CPT atribuiu tal crescimento à expectativa de um amplo programa de reforma agrária no atual governo, o que ainda não aconteceu.

Os textos, que passo a ler, para que fiquem integrando este pronunciamento, são os seguintes:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Ocupações no governo Lula crescem 75%

Boletim da CPT constata ainda "impressionante" expansão de 161% nos acampamentos

ROLDÃO ARRUDA

Os movimentos sociais que atuam na zona rural vêm demonstrando no governo de Luiz Inácio Lula da Silva uma desenvoltura que chama a atenção. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que divulgou ontem um novo boletim sobre conflitos no campo, de janeiro a agosto deste ano ocorreram 259 ocupações de propriedades – o que representa um aumento de 75% em relação às 148 ocupações ocorridas no mesmo período do ano passado. No conjunto, as ocupações registradas neste ano já superaram as de todo o ano de 2002.

Ainda de acordo com a CPT, cujo boletim usa o adjetivo “impressionante” para se referir à movimentação dos sem-terra, a expansão dos acampamentos foi maior. Até agosto surgiram 149 novos acampamentos no País, para 57 no mesmo período do ano passado. Uma variação de 161%.

Esses números ainda estão longe dos que foram registrados em 2000, quando os sem-terra realizaram mais de 500 ocupações – o que levou o governo a editar a medida provisória que pune esse tipo de ação, tornando a área ocupada indisponível para a reforma agrária pelo período de dois anos. Eles atestam, no entanto, a retomada das ações em ritmo acelerado.

De acordo com o presidente da CPT, o bispo d. Tomás Balduíno, a mudança deve ser atribuída à expectativa de um amplo programa de reforma agrária no atual governo. “Até agora, porém, não passamos da expectativa, porque a reforma está emperrada”, diz o bispo, que tem demonstrado um crescente grau de descontentamento em relação ao governo.

Reação – O boletim da CPT também registra que o avanço do movimento social foi acompanhado de uma forte reação. Os indicadores disso seriam os registros de prisões e despejos determinados pela Justiça.

Neste ano já foram presos 223 trabalhadores rurais, enquanto no mesmo período do ano passado ocorreram 158 prisões. A variação no número de despejos judiciais também é significativa, segundo a CPT: passou de 68 em 2002 para 89 neste ano.

Considerando apenas o número de famílias atingidas por essas ações judiciais, a variação é maior: enquanto os despejos ocorridos em todo o ano passado envolveram 9.715 famílias, os registrados nos primeiros meses deste ano atingiram 17.940.

Mas, segundo a CPT, é no número de assassinatos ocorridos em conflitos na zona rural que se revela o que chama de “truculência do latifúndio”. Do início do ano até o fim de setembro, 60 trabalhadores foram mortos, de acordo com os nú-

meros do boletim. “O número é 100% maior do que o registrado no mesmo período de 2002 (30 assassinatos) e 39% a mais do que em todo o ano (43 mortos)”, aponta o texto. “Desde 1990, portanto há mais de uma década, não se chega a número tão elevado.”

A estatística engloba mortes ocorridas nos mais variados tipos de conflitos.

Um dos assassinatos registrados refere-se ao caso de um empregado que foi cobrar uma dívida trabalhista numa fazenda e acabou morto.

Na comparação por Estados, o Pará é o mais violento, com o registro de 35 assassinatos.



CPT: violência no campo dobrou

Até setembro, 60 morreram; no mesmo período em 2002, foram 30

Soraya Aggege

• SÃO PAULO. A violência no campo dobrou nos primeiros nove meses do governo Lula em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados ontem pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Entre janeiro e setembro, 60 trabalhadores rurais foram assassinados, o maior número já registrado no Brasil desde 1990. Durante todo o ano passado, 43 sem-terra foram mortos, 30 deles até setembro. Aumentaram também as prisões de militantes sem-terra, que chegaram a 223 até agosto. Em todo o ano passado foram 158 prisões.

Ao mesmo tempo em que a violência e a repressão aumentaram, as ações dos movimentos sociais também se multiplicaram. De janeiro a agosto, foram registradas 259 ocupações de terras. Nos oito primeiros meses de 2002 foram 148. Os acampamentos de sem-terra cresceram: 149 este ano contra 57 em 2002. Os acampamentos aumentaram

161%, as ocupações, 75%, e os assassinatos, 100%.

— O crescimento do movimento foi grande, mas o da violência foi maior ainda — disse o secretário nacional da CPT, Antonio Canuto.

Para a CPT, o fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter prometido a reforma agrária aliado à decisão do governo de não reprimir ações de sem-terra causou uma reação agressiva dos ruralistas:

— Eles usam todas as armas possíveis: dos assassinatos ao Judiciário, que passou a desengavetar processos para prender mais líderes sem-terra — avaliou Canuto.

Tensão no campo deve aumentar mais, diz CPI

Para a Comissão Pastoral da Terra, embora não tenha cumprido ainda sua promessa de efetivar a reforma agrária, Lula não pune e “recebe os sem-terra de braços abertos sempre”. O comportamento do presidente, de um lado, alimenta as esperanças e a coragem dos sem-terra. De outro, atrai o te-

mor dos latifundiários.

A perspectiva de futuro para a situação no campo, analisada ontem pela Pastoral da Terra com base nos números levantados, é de ocorrer uma elevação ainda maior na tensão. Embora os acampamentos e as ocupações tenham se estabilizado, depois de um pico no início do governo, os assassinatos e as prisões têm tido aumentos mensais, segundo Canuto.

De acordo com a pesquisa da CPT, a distribuição geográfica de conflitos, mortes e ocupações apresentou mudanças em relação a anos anteriores. Mato Grosso, por exemplo, passou a se destacar mais pela quantidade de conflitos que o Pará, que sempre apresentava mais problemas. Foram 73 conflitos em Mato Grosso até agosto contra 59 no Pará.

Mas, embora com menos conflitos diretos, o Pará continua sendo considerado o estado onde a violência no campo é maior. Foram 35 mortes de janeiro até agosto contra 20 no ano passado. ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – (Sem apanhamento taquigráfico.) –

GASTOS EXCESSIVOS EM PROPAGANDA

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, com o PT é assim que se faz. Gasta-se a rodo em propaganda, na doce ilusão de que o que se propala vai mais do que se faz quando se trabalha.

A cartilha, se não é boa para o povo, ensina fácil, fácil mesmo como gastar dinheiro público em propaganda, para tecer laus ao PT. Marta Suplicy, Prefeita de São Paulo, aprende com incrível velocidade. E mandou, na semana passada, aumentar em 70 por cento a verba de propaganda.

Com isso, os gastos da Prefeita para apregoar o governo petista da capital paulista passam, este ano, de R\$ 25,3 milhões, para 43,2 milhões.

As informações estão em matéria publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em anexo. Requeiro que esta nota integre este pronunciamento e assim passe a constar dos Anais do Senado da República, para que o historiador do futuro saiba como o PT jogava dinheiro pela janela.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

“Marta aumenta gastos com publicidade em 70%”

Anteontem, prefeita destinou mais R\$ 2 milhões para propaganda

Iuri Pitta

Até o fim do ano, a Prefeitura vai gastar em publicidade 70,7% a mais do que o valor proposto no orçamento. Com o decreto publicado anteontem pelo Diário Oficial, que remanejou mais R\$ 2 milhões para “publicações de interesse do município”, a rubrica passou dos R\$ 25,3 milhões aprovados no fim de 2002 pela Câmara para R\$ 43,2 milhões.

É a segunda vez que a prefeita Marta Suplicy (PT) aumenta a verba para publicidade. Em maio, ela havia adicionado R\$ 14,9 milhões. Desta vez, os R\$ 2 milhões saíram das contribuições da Prefeitura ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset). Pela lei, o Município deve destinar a esse fundo 5% da receita arrecadada com multas.

Segundo estudo feito pelo gabinete do vereador Ricardo Montoro (PSDB), Marta está próxima de chegar aos valores gastos na gestão Paulo Maluf (1993-1996) e já superou os de Celso Pitta (1997-2000). A assessoria do parlamentar usou o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) para corrigir os valores de 1995, quando Maluf usou R\$ 46,5 milhões com publicidade.

No começo do mês, o Estado mostrou que em 2004, ano em que tentará a reeleição, Marta quer usar em publicidade uma verba 48,2% maior do que a proposta no orçamento de 2003. Por sua vez, os programas sociais, uma das principais bandeiras da campanha de 2000, receberam apenas 4,7% mais recursos, pela mesma comparação. A explicação dada pela Prefeitura é que o projeto de lei para 2004 é mais próximo da realidade do que o apresentado para o ano corrente.

A Assessoria de Imprensa do Palácio das Indústrias informou ontem que o secretário de Comunicação, José Américo Dias, só vai se pronunciar hoje sobre os R\$ 2 milhões remanejados para publicidade.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) –

QUESTÃO AGRÁRIA

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, neste momento, para um breve comentário sobre a matéria intitulada “Área econômica resiste à mudança, ataca Stédile”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 23 de setembro do corrente ano.

A matéria é de extrema atualidade, pelo que solicito sua inserção nos anais do Senado Federal. O texto trata das críticas do coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST à área econômica do governo Lula. Além disso, em seu pronunciamento, o coordenador do MST criticou também o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

A matéria, que passo a ler para que fique integrando este pronunciamento, é a seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Área econômica resiste à mudança, ataca Stédile

Líder do MST também critica ministro da Agricultura por modelo que 'destrói' população

WILSON TOSTA

RIO – O coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) João Pedro Stédile afirmou ontem que há setores no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva favoráveis à “continuidade” do neoliberalismo na economia brasileira, segundo ele abrigados na área econômica e no Banco Central. “Embora tenhamos derrotado eleitoralmente a continuidade do modelo neoliberal, a rigor nossa sociedade ainda se encontra nessa grande encruzilhada”, disse. “Temos, na sociedade e no próprio governo, setores que defendem a continuidade do projeto que subordina nossa economia ao capital estrangeiro e financeiro.” Quando o repórter do *Estado* lhe perguntou se estava se referindo ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o líder sem-terra afirmou preferir não citar nomes. Ele também afirmou que a política econômica “não é de mudança ainda”.

“Acho que é só olhar os jornais, há vários ministros da área econômica que ainda não se deram conta de que o povo quer mudanças, não só no modelo agrícola, mas na política econômica”, disse. “E esperamos que venham.” O líder sem-terra também criti-

cou o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que, para ele, “faz mais política que política agrícola”.

O pronunciamento de Stédile foi no seminário A Inclusão Social pelo Trabalho Decente

e o Sistema de Fomento, na sede do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na platéia, estavam o ministro do Trabalho, Jacques Wagner, e o presidente do BNDES, Carlos Lessa. Nenhum dos dois contestou as críticas do líder sem-terra. A platéia interrompeu a palestra de Stédile algumas vezes, com aplausos.

Derrotamos eleitoralmente o modelo neoliberal, mas a sociedade ainda se encontra nessa encruzilhada

João Pedro Stédile

“Aí, vêm os papagaios deste País dizendo que a solução é a exportação”, disse. “Não se dão conta de que o maior mercado consumidor de alimentos é aqui! Tem 110 milhões de brasileiros loucos para comer, e a burguesia não deixa. E aí ficam disputando na OMC vender mais açúcar para os Estados Unidos, achando que isso é desenvolvimento? Vender mais suco de laranja para os Estados Unidos, achar que isso é desenvolvimento? Temos que pensar a produção de alimentos para o nosso povo, só assim vamos desenvolver nossa economia, e não ficar com esses devaneios de achar que exportar um pouquinho *mais de açúcar* vai desenvolver nosso País.”

Alca – Segundo Stédile, a posição do setor neoliberal do governo se expressa “numa hipotética adesão à Alca (Área de Livre Comércio das Américas), às receitas do FMI

(Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial, às regras fantasiosas da Organização Mundial de Comércio”. Na contramão do governo, que comemora os sucessivos superávits do País no comércio exterior e defende que o País abra mais mercados para seus produtos brasileiros no estrangeiro, Stédile atacou o que chamou de “modelo agrícola de exportação, que moderniza algumas fazendas, mas deixa a população destruída” e o chamou de “burro”.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Senadores, foi divulgado, recentemente, o **Atlas do Desenvolvimento Humano**, trabalho elaborado em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro.

Os resultados são estarrecedores.

Imagine, Sr. Presidente, que, pesquisados 175 países, constatou-se que o Brasil tem a sexta pior distribuição de renda do mundo. Atrás dele, apenas cinco países africanos: Namíbia, Botsuana, Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia.

A informação é tão alarmante, Sras e Srs. Senadores, que merece ser repetida: entre 175 países do mundo, a distribuição de renda no Brasil só consegue ser melhor que a de cinco países da região mais miserável da África.

O instrumento que nos permite chegar a tal conclusão é o chamado índice de Gini, uma medida da desigualdade de renda na qual o valor zero corresponde à igualdade perfeita, e o valor *um* à desigualdade absoluta. Pois vejam só: nosso índice de Gini, que em 1960 era de 0,50, hoje subiu para 0,61.

Até seria possível a um observador menos atento concluir que tal situação é fruto de um crescimento econômico pouco significativo.

Nada mais falso. Basta ver, por exemplo, alguns números das **Estatísticas do Século XX**, publicação lançada há pouco tempo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. No Século XX, ou seja, entre 1901 e 2000, o Produto Interno Bruto do Brasil subiu, em valores atualizados, de nove bilhões para um trilhão de reais. Isso quer dizer que, num período de apenas cem anos, a soma das riquezas produzidas em nosso País aumentou mais de cem vezes. No mesmo período, informa a publicação do IBGE, nossa população passou de pouco mais de dezessete para pouco menos de cento e setenta milhões de habitantes, isto é, não chegou a crescer dez vezes.

Tudo isso significa, Sr. Presidente, que nosso PIB **per capita** cresceu mais de onze vezes: passou de quinhentos e vinte reais em 1901 para seis mil reais no ano 2000.

E tem mais: o mesmo órgão das Nações Unidas que aponta o agravamento da já cruel distribuição de renda no Brasil indica que, no que se refere aos aspectos gerais do desenvolvimento humano, nossa situação também melhorou muito.

Observem, Sras e Srs. Senadores, que, de acordo com o **Relatório de Desenvolvimento Humano 2003**, divulgado também neste ano pelo PNUD, o Brasil é o país que, desde 1975, subiu mais posições na lista de classificação do Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH. Esse índice busca determinar o nível de desenvolvimento de cada país com base em três fatores: longevidade, educação e renda. Pois bem. Entre os 99 países para os quais há registro das informações entre 1975 e 2001, o Brasil foi o que mais se destacou: galgou dezesseis posições, passando do octogésimo primeiro para o sexagésimo quinto lugar.

Mas apesar de tudo isso, apesar do crescimento econômico inquestionável, apesar da melhoria em alguns parâmetros que expressam o desenvolvimento, continuamos a ser uma nação de desiguais.

Voltemos às informações do **Atlas do Desenvolvimento Humano**.

Em 1960, ano da inauguração de Brasília, os dez por cento mais ricos da população ganhavam trinta e quatro vezes o que ganhavam os dez por cento mais pobres. Hoje, mais de quarenta anos depois, os dez por cento mais ricos têm rendimentos quarenta e sete vezes superiores aos dez por cento mais pobres. Há outras maneiras, evidentemente, de expressar tal discrepância. Podemos dizer, por exemplo, que o um por cento mais rico dos brasileiros tem praticamente a mesma riqueza dos cinqüenta por cento mais pobres.

De qualquer forma, Sr. Presidente, não importa de qual perspectiva abordemos a questão. Os números estarão, sempre, a apontar o descalabro de nossas desigualdades sociais. A nos mostrar que, de nossos 170 milhões de habitantes, 2 milhões são ricos, 50 milhões pertencem à classe média, 64 milhões são quase pobres, 30 milhões são pobres e 24 milhões são simplesmente miseráveis. A nos mostrar, por outro lado, que, na última década, sessenta e seis por cento dos Municípios brasileiros viram piorar a distribuição de renda de seus cidadãos.

Falo dos Municípios, Sras e Srs. Senadores, e lembro que o **Atlas do Desenvolvimento Humano** registra outro aspecto deplorável de nossa realidade, aliás tão deplorável como sobejamente conhecido: a desigualdade entre as regiões. É sintomático que, além do Distrito Federal, os dez Estados com os melhores índices de desenvolvimento humano sejam os das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, enquanto os dezesseis Estados com os piores índices são exatamente os das regiões Norte e Nordeste. Vejam bem: não há um Estado do Norte ou do Nordeste, um

que seja, que apareça como intruso na lista dos mais desenvolvidos.

Aqui estão, portanto, devidamente caracterizadas, as desigualdades regionais. Poderíamos, ainda, falar das desigualdades raciais. Para dizer, por exemplo, que a população branca do Brasil tem renda **per capita** 150% maior que a da população negra. Ou para dizer que, formassem somente os brancos de nosso País uma nação independente, ela ocuparia o quadragésimo quarto lugar no **ranking** de desenvolvimento humano da ONU, enquanto a “nação negra” do Brasil ficaria no centésimo quarto lugar.

Enfim, Sr. Presidente, são muitas e condenáveis as desigualdades: aquelas que separam ricos e miseráveis; aquelas que separam regiões mais desenvolvidas e regiões menos desenvolvidas; aquelas que separam brancos e negros...

Para combatê-las – a História já cansou de nos ensinar – não basta o crescimento econômico; não basta que, como um todo, nosso País fique mais rico. É preciso algo mais: é preciso que governo e sociedade se engajem num projeto comum de combate às diferenças que, cada vez mais, se estabelecem entre nossos cidadãos e entre nossas regiões. Estou certo de que, em conjunto, haveremos de descobrir as soluções apropriadas.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há trinta anos, a região conhecida como “Bico do Papagaio”, na tríplice fronteira dos Estados de Tocantins, Pará e Maranhão, foi palco dos conflitos que entraram para nossa história como a Guerrilha do Araguaia.

Durante cerca de dois anos, entre abril de 1972 e março de 1974, dez mil soldados foram destacados para combater o núcleo guerrilheiro composto por 69 militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Inspirados nas revoluções chinesa e cubana, os guerrilheiros pretendiam criar um foco de resistência armada à ditadura militar, que recrudescera no País com a decretação, em 1968, do Ato Institucional nº 5.

A participação das Forças Armadas no Araguaia foi marcada pela truculência e pelo desrespeito aos direitos humanos. Foi uma guerra suja, caracterizada, em sua fase final, pela eliminação de todos os guerrilheiros, mesmo aqueles capturados com vida. A exposição dos cadáveres dos militantes em praça pública, vários deles decapitados, era uma forma de desencorajar a população local a prestar auxílio aos revolucionários.

De fato, inúmeros habitantes da região também foram vítimas da violência dos militares. Muitos foram torturados; alguns, executados. Ao final das três campanhas militares, 59 dos 69 militantes do PCdoB no Araguaia haviam sido assassinados. Além deles, cerca de dez camponeses também pereceram durante os conflitos.

A censura impedia que o massacre fosse noticiado, e o restante do País ignorou, por muito tempo, o que se passava no sul do Pará e no norte de Goiás, hoje Tocantins. E ainda hoje, três décadas depois, a Guerrilha do Araguaia continua sendo um dos episódios mais nebulosos de nossa história recente.

O papel do Exército na persistência desses mistérios é fundamental. Assim como não fizeram prisioneiros, os militares tampouco se preocuparam em conceder um tratamento digno aos corpos dos guerrilheiros mortos. Todos foram enterrados, sem identificação, em cemitérios clandestinos, ou cremados na Serra das Andorinhas.

Até hoje, o Exército reluta em esclarecer as dúvidas que persistem acerca de sua participação na Guerrilha do Araguaia. Em seus comunicados oficiais, os militares insistem em dois pontos: primeiro, não há nenhum órgão do Exército encarregado de tratar dos assuntos relacionados a esse episódio; e segundo, o Exército não possui, em seus arquivos, nenhum documento ou fragmento histórico sobre o fato em tela.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o grosso véu que cobre os segredos da Guerrilha do Araguaia começou a ser erguido, enfim, com o término do regime militar e a redemocratização do País. Vários habitantes da região, pouco a pouco, foram perdendo o medo de revelar as atrocidades que testemunharam durante o conflito.

A partir de 1991, os moradores do Araguaia começaram a indicar a localização de alguns dos cemitérios clandestinos nos quais os guerrilheiros foram sepultados. Desde então, mais de dez ossadas que pertenciam aos guerrilheiros já foram encontradas, a maioria delas na cidade de Xambioá, no norte de Tocantins. É exatamente a cidade onde foi instalado o centro das operações militares na época da repressão à guerrilha. Até o momento, a única ossada identificada positivamente foi a da professora Maria Lúcia Petit, encontrada em Xambioá em 1991, mas com identidade confirmada apenas cinco anos depois.

Sr. Presidente, a elucidação definitiva dos mistérios que envolvem a Guerrilha do Araguaia é de crucial importância, e em mais de um sentido. Em primeiro lugar, trata-se de resgatar um dos episódios mais

dramáticos da história do Brasil. As características do conflito, as aspirações dos revoltosos e a forma violenta com que o movimento foi abafado inserem a Guerrilha do Araguaia na tradição de outros notórios capítulos da resistência popular no Brasil, como a Inconfidência Mineira, o Quilombo dos Palmares e Canudos.

Um segundo aspecto a se considerar, não menos importante, é o drama vivido pelas famílias dos desaparecidos, que, há décadas, aguardam que o Poder Público lhes devolva os corpos de seus entes queridos, os quais, mesmo não estando mais entre nós, conservam o direito natural a um sepultamento digno e condizente com os ritos de suas religiões.

A bem da verdade, estou sendo injusto ao dizer que as famílias aguardam uma atitude do Poder Público. Há mais de vinte anos, tramita na Justiça brasileira um processo cujos autores são 22 familiares de guerrilheiros desaparecidos, que tiveram como advogados os nobres Deputados Federais Luiz Eduardo Greenhalgh e Sigmaringa Seixas. Ao invés de esperar passivamente pela boa vontade das autoridades governamentais, essas pessoas lutam com tenacidade para reaver os restos mortais de seus pais, filhos, maridos e esposas. Para isso, solicitaram, no processo, que a União lhes informasse o local de sepultamento de seus parentes assassinados.

Finalmente, em julho deste ano, corajosa decisão da juíza Solange Salgado, titular da 1ª Vara Federal do Distrito Federal, determinou à União o fornecimento de informações detalhadas sobre os mortos e desaparecidos durante a Guerrilha do Araguaia. A juíza estabeleceu o prazo de 120 dias para que a União informasse a localização dos restos mortais dos familiares dos autores do processo.

O ponto mais polêmico da decisão foi o trecho em que a magistrada determina que, se necessário para o cumprimento da sentença, a União deve proceder a uma rigorosa investigação no âmbito das Forças Armadas, intimando para depor todos os agentes militares vivos que tenham participado das operações, independentemente dos cargos ocupados à época.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, todos sabemos que algumas das pessoas que compartilhavam dos ideais dos guerrilheiros fazem parte, hoje, do Governo. O próprio presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genoino, foi um dos militantes do PCdoB destacados para a operação no Araguaia.

Ora, seria de se esperar, portanto, que o Governo acatasse a decisão da juíza Solange Salgado e iniciasse prontamente as ações necessárias para seu

cumprimento. Correu, inclusive, o rumor de que a Advocacia-Geral da União (AGU) não recorreria da sentença.

Muitos se surpreenderam, portanto, quando, em 27 de agosto, a AGU recorreu parcialmente da decisão, questionando a quebra de sigilo e o fornecimento de dados sobre operações militares relacionadas à guerrilha. Alegou a AGU que a juíza federal concedeu mais do que foi requerido, uma vez que os autores da ação só haviam solicitado o paradeiro dos corpos.

As repercussões do recurso foram tão negativas que o Governo se viu na obrigação de tomar uma atitude imediatamente. Em 3 de outubro, foi criada uma comissão interministerial que terá 180 dias para levantar informações sobre a localização dos restos mortais dos militantes do PCdoB que participaram da Guerrilha do Araguaia. A comissão, composta pelos Ministros da Justiça, da Defesa, da Casa Civil, pelo Secretário Especial de Direitos Humanos e pelo Advogado-Geral da União, será supervisionada diretamente pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, todo o Brasil nutre fortes esperanças de que, desta vez, os fatos obscuros acerca da Guerrilha do Araguaia serão finalmente esclarecidos. Como bem expressou o nobre Deputado Greenhalgh, o revanchismo e a acusação não são os objetivos dessas investigações. A intenção primordial é permitir que os familiares dos guerrilheiros exerçam o direito de enterrar com dignidade seus mortos.

Ademais, o povo brasileiro tem o direito de conhecer todos os detalhes sobre seu passado. O presente Governo tem a oportunidade, portanto, de preencher uma das principais lacunas desse rico patrimônio que é a História do Brasil. Que não nos decepcionemos mais uma vez.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) –

ÁGUA DOCE NO BRASIL

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, gostaria de, nesta oportunidade, abordar um tema que me tem preocupado crescentemente. É o uso e a conservação da **água doce** no Brasil.

Pode parecer estranho que esse tema preocupe um Senador por um dos Estados brasileiros mais conhecidos por suas águas abundantes, o Pará. Todavia todos nós acompanhamos como a qualidade e a quantidade do fornecimento de água têm se tornado um problema difícil em vários pontos do País, principalmente nos grandes centros urbanos. E não foge a

essa realidade mesmo o Pará, – que, acredito, deva ter uma das razões *água doce por habitante* mais elevadas do mundo. Pois uma coisa é a abundância das águas nos leitos dos rios ou nos lençóis freáticos; outra coisa é a coleta da água, seu tratamento, sua distribuição e sua proteção contra agentes poluentes nas áreas de adensamento populacional.

A água doce do planeta inteiro é suficiente para a manutenção da vida dos mais de seis bilhões de habitantes humanos, bem como da vida dos demais animais e plantas. É suficiente mesmo para o uso econômico em larga escala. Mas precisa receber cuidados e ser preservada, se não acaba. Se não, a fonte seca. Nunca é demais repetir a estatística, já por demais conhecida, de que a água doce passível de ser utilizada corresponde a apenas 1% de toda a água disponível no globo terrestre. Pois 97% da água existente é salgada, a água dos mares. Dos 3% restantes, que são água doce, dois terços estão congelados ao redor dos pólos, na forma de geleiras e de neve. Sobra, portanto, 1% de água, em relação a toda a água do mundo, que efetivamente pode ser utilizada pelo homem para beber, para lavar, para cozinhar, para irrigar, para dessedentar animais, para entrar como insumo no processo de produção industrial.

Sr. Presidente, nosso País encontra-se em situação privilegiada pela parte que lhe coube de toda a água doce existente no mundo. Estima-se que o Brasil possua nada menos do que 15% de todo esse estoque de água doce, uma posição que muitas nações certamente invejam e que se tornará, estrategicamente, cada vez mais importante.

À guisa de ilustração, a maior parte da maior reserva de água doce subterrânea do mundo está localizada em território brasileiro. Trata-se do Aquífero Guarani, que se estende sob 1 milhão e 200 mil quilômetros quadrados, na área de incidência da bacia do rio da Prata. Dois terços do Aquífero Guarani estão no Brasil; e o terço restante distribui-se por Argentina, Uruguai e Paraguai.

Todavia duas ressalvas devem ser levantadas em relação à inegável abundância de água de que foi dotado nosso País.

A primeira é que temos muita água – é verdade –, mas tais recursos hídricos são distribuídos de forma irregular em relação ao território nacional e a sua população. Assim é que, enquanto a região Norte possui 78% da água disponível no Brasil e apenas 7,6% da população nacional, a região Nordeste possui apenas 3,3% da água, mas 28,1% da população. No Semi-Árido nordestino, que é a região mais seca do País, onde habitam 8 milhões de habitantes, a pro-

dução agrícola chega a cair em 60% nos anos de seca, que, em média, são três a cada dez anos.

Ademais, segundo dados do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente, da Agência Nacional das Águas (ANA) e de companhias estaduais de abastecimento d'água – coletados, em auditoria, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) – o abastecimento d'água no Brasil ficará comprometido nos próximos anos. Aliás, a crise de abastecimento d'água já é uma realidade em algumas regiões metropolitanas, tais quais São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Natal, Vitória, entorno de Brasília, Londrina e Maringá. Por sua vez, o indicador *disponibilidade hídrica per capita* coloca os Estados de Pernambuco, da Paraíba, de Sergipe e o Distrito Federal em situação de *estresse hídrico periódico e regular* e tantos outros Estados na situação de *tendência ocasional de falta d'água*, como Alagoas, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ceará, São Paulo e Bahia.

Como se vê, a situação do abastecimento, num País com fartura d'água, não é tão confortável assim.

A segunda ressalva é que a abundância de recursos hídricos não deve servir de desculpa para a acomodação e para o adiamento de ações necessárias para preservar em boas condições esse enorme patrimônio natural. Hoje a ação humana predatória ameaça de contaminação vários mananciais e lençóis freáticos.

Citaria, para ilustrar, três acidentes ambientais, de grande dimensão, que, recentemente, comprometeram reservas d'água no País. O primeiro foi o vazamento de material poluente provocado pela empresa Cataguases, no Rio de Janeiro, vazamento que contaminou o rio Pomba e, daí, atingiu o rio Paraíba do Sul. O segundo foi a contaminação de um dos maiores reservatórios de água doce da América Latina, o lago de Furnas, em Minas Gerais. E o terceiro, a contaminação do rio Iguaçu por mercúrio, derramado por uma unidade de xisto da Petrobrás, em São Mateus, no Paraná.

São esses três exemplos da maior gravidade, exemplos de danos às águas provocados pela indústria, que deveriam ser tratados com mais rigor do que têm sido.

Aliás, muitos benefícios adviriam de um tratamento mais racional e rigoroso quanto ao uso da água por empreendimentos industriais e agrícolas, pois são eles os maiores consumidores desse importante recurso natural. Estatísticas publicadas pelo semanário britânico **The Economist** indicam que a agri-

cultura é o setor econômico que mais consome água no mundo, seguida da produção de energia e dos empreendimentos industriais e de serviços. Os domicílios, em relação aos consumidores comerciais e industriais, consomem pouco: 14,6% do total nos países da OCDE; e apenas 4% nos demais países, ou seja, nos países mais pobres.

Então, esse dado indica que a racionalização do consumo d'água deve ser, principalmente, exigida de seus consumidores agrícolas e industriais.

Contudo, para enfrentar a realidade de escassez de água nos grandes centros urbanos, não há como evitar uma reeducação dos hábitos de consumo da população.

Na Grande São Paulo, por exemplo, tem sido anunciado que 12 milhões de pessoas enfrentarão racionamento d'água ainda este mês, o que somente será aliviado caso o regime de chuvas seja suficiente para recompor os reservatórios. Cumpre dizer que essa realidade se reproduz em outras cidades brasileiras.

Para concluir, eu diria que, sem prejuízo de outras ações relevantes, um caminho se impõe como básico para induzir maior racionalidade no uso da água por parte de seus maiores consumidores, que, como disse, são os empreendimentos agrícolas e industriais. E não esqueçamos de que este ano de 2003 foi instituído pela Organização das Nações Unidas como Ano Internacional da Água Doce!

Esse caminho passa pelo bolso: é a cobrança, pelo Estado, de um preço razoável pelo uso da água, um preço tal que reflita o custo de captação e de fornecimento da água, bem como o custo ambiental representado, por exemplo, pela construção de represas e pela recuperação de mananciais erodidos. A partir do momento em que a água passe a ter um custo econômico razoável, os empreendimentos agrícolas e industriais serão induzidos a racionalizar seu uso, sendo demovidos de desperdiçá-la. Essa opção pela cobrança do custo real da água tem sido eleita por vários especialistas no assunto e tem freqüentado as discussões nos foros internacionais sobre o meio ambiente, como o de Kyoto.

Na verdade, o Brasil possui uma legislação pioneira, avançada, recente, sobre os recursos hídricos, legislação que trata a matéria nessa direção. A legislação prevê o pagamento da água por seu valor econômico real. É a Lei Federal 9.433, a Lei de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que, a par de prever o pagamento dos usuários pela água que consomem, criou estruturas administrativas inovadoras, organizadas por bacias hidrográficas, como os Comitês de Ba-

cias e as Agências de Água. Nessa nova estrutura jurídica e administrativa, o dinheiro arrecadado com a cobrança da água é destinado ao custeio dos organismos que integram o sistema e ao financiamento das intervenções decididas pelo planejamento da conservação e manejo das águas.

É, como disse, uma legislação avançada e inovadora que pode representar o diferencial positivo na melhor administração dos recursos hídricos brasileiros. Como a nova estrutura depende muito, para dar certo e apresentar resultados, da participação da sociedade civil organizada, é lamentável verificar que grande parte de seu potencial ainda não saiu do papel e das boas intenções.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para convidar a sociedade civil para que se engaje nesse processo; que se interesse por constituir os comitês de bacias e por ajudar a preservar nossos mananciais e reservatórios: uma responsabilidade que é de todos nós!

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que cuidar do imenso patrimônio hídrico brasileiro é obrigação do Brasil, perante sua própria população e perante o mundo! Não é preciso ser visionário para afirmar que a água será um dos principais recursos econômicos estratégicos deste século que se inicia.

E não poderia encerrar este meu pronunciamento, Sr. Presidente, sem dizer da minha alegria, ao ver o Presidente Lula anunciar na última quinta-feira, durante a I Conferência Nacional das Cidades, que, até o final deste ano, R\$1,4 bilhão já estarão contratados para obras de saneamento básico.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, tenho detectado algumas dificuldades de operacionalização no sistema de crédito rural no Brasil. Vez por outra surgem reclamações de sindicatos de produtores rurais contra a insuficiência de recursos para custeio da safra.

Sempre lamento muito qualquer problema que ocorra com o sistema de crédito rural, porque isso sempre me evoca aquela anedota da *galinha dos ovos de ouro*. Não tenho dúvida de que, ao não operarmos adequadamente o sistema de crédito rural, ao permitirmos que faltem recursos para custeio da safra, estamos *matando* o setor econômico que se tem mostrado mais dinâmico nos últimos anos, no Brasil; o que tem mais crescido; o que mais contribui com as exportações; portanto, o que mais aufera divisas num

país caracterizado por crises cambiais periódicas e por fragilidade das contas externas. Esse setor – todos estamos cansados de saber – é o agropecuário ou, se quisermos dar ao termo uma roupagem mais moderna, enfatizando sua sofisticação e sua natureza de indústria, o agronegócio.

Como se não bastasse a importância do agronegócio em termos estritamente econômicos, ainda há de se lembrar a função social relevantíssima que o setor cumpre, por gerar milhões de empregos no interior. Isso, num país em que uma das mais graves mazelas é o processo histórico recente de urbanização excessiva, provocada por êxodo rural, por falta de condições de sobrevivência no campo, resultando em centros urbanos inchados, violentos, que não tiveram e continuam não tendo condições para absorver tanta gente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, penso que é conveniente reiteradamente lembrar e enfatizar a importância econômica e social do agronegócio no Brasil. Disso não podemos estar esquecidos. Essa lembrança nos impediria de cometer erros primários no que diz respeito ao apoio do Estado a essa atividade.

Todavia uma questão mais específica, – que se insere no tema agronegócio, – traz-me, hoje, à tribuna. É uma questão de operação do crédito rural em meu Estado, Rondônia.

Em visitas ao Estado, em contatos políticos com produtores rurais rondonianos, em conversas mantidas em agências financeiras que operam o sistema de crédito rural, – no Banco do Brasil e no BASA, – tenho verificado a existência de sérios problemas no financiamento de custeio, especialmente, nas culturas de café, soja e cacau.

As reclamações são muitas, e há muita insatisfação por parte dos plantadores das mais importantes culturas do Estado de Rondônia. O que se diz é que o dinheiro do crédito rural não tem sido suficiente para financiar o custeio da safra. Reclama-se de que o dinheiro definido no Orçamento Geral da União para essa finalidade tem sido executado de maneira ínfima. Em outras palavras, a quantia que tem sido liberada é irrisória em comparação com o que os produtores podiam, legitimamente, esperar, dadas as dotações orçamentárias. São, aliás, nesses números, que estão muito longe de ser realizados, que se basearam as decisões dos produtores quanto à área a ser plantada e que presidiram todo um planejamento para a safra.

Outro dia ouvi um discurso do eminente Senador Jonas Pinheiro, representante de um Estado vizi-

nho nosso, o Mato Grosso, em que Sua Excelência trazia ao Plenário insatisfações semelhantes por parte dos produtores mato-grossenses de soja, café e de cacau, e também de algodão. Assim, – acredito, – essa situação deve se reproduzir em outras áreas do País.

Portanto, Sr. Presidente, o que posso e devo fazer por enquanto, em primeiro lugar, é chamar a atenção das autoridades federais que lidam com o crédito rural para esse problema, e cobrar a mais rápida possível solução.

Repetindo: os produtores de Rondônia de soja, café e de cacau não estão conseguindo plantar e expandir a produção por falta de crédito oficial! Gostaria de contar com a sensibilidade das autoridades para o problema. E o quanto antes! Pois, em assunto de agricultura, que é atividade que cumpre o calendário da natureza, não se pode esperar.

Cobro, portanto, uma solução oportuna para a questão. Vou acompanhar o desdobramento desse problema e estar atento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.)

A CONTINUIDADE DA REFORMA DO ESTADO É NECESSÁRIA PARA O CRESCIMENTO DO PAÍS, DIZ FHC

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, com uma riqueza de dados estatísticos, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso escreve, na edição de outubro de **O Estado de S.Paulo**, simultaneamente com o mesmo artigo em espanhol no **El Clarín**, de Buenos Aires.

Lembra o ex-Presidente que parte da chamada *fracassomania*, a expressão usada por Albert Hirschman, é devida à dinâmica do mundo. E, a propósito, faz um balanço da economia brasileira antes algumas crises internacionais, a começar pela do México, em 1997, para chegar à da Argentina, em 2001.

Fernando Henrique sugere, como fórmula para o País seguir avançando – “que está à disposição dos governos sérios – a continuidade da reforma do Estado, não para diminuí-lo, mas para torná-lo mais apto. É preciso melhorar a gestão pública e entregá-la a profissionais competentes”.

Pela oportunidade do tema, leio o artigo do ex-Presidente, para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado da República:

Sobre décadas e heranças

Nos últimos decênios uma onda de pessimismo colocou névoa nos olhares brasileiros, com poucas exceções. E não só brasileiros, mas também latino-americanos. Eu tachei essa atitude de "fracassomania", copiando a expressão de Albert Hirschman. Razões para pessimismo bem que existem. Possivelmente, mais ligadas à dinâmica do mundo do que à dinâmica interna dos principais países da região. Enquanto exerci a Presidência, se algo deixou um certo travo e muita dúvida foram as restrições impostas por crises financeiras: em 1994/95, a do México; em 1997, a da Ásia; em 1998, a da Rússia, que quase nos levou de roldão, no início de 1999; em 2001, a da Argentina e a das bolsas norte-americanas, agravada esta pelos atentados de 11 de setembro. E mais, ao longo de todo o período, o Japão continuou a bater recordes de inércia e a Europa, com a Alemanha à frente, a perder élan econômico. Ainda assim, alguns países latino-americanos conseguiram, se não grandes resultados em termos de crescimento, pelo menos não se desorganizar sob o impacto de tantos choques externos (e ainda assim crescer). Entre eles, Chile, México e Brasil.

Mas o que mais surpreende no caso brasileiro – e não é diferente para os outros dois países citados, especialmente o Chile – é a melhoria nas condições de vida da população, incluídas as camadas de baixa renda. Apesar da catilinária fracassomaníaca – ou politicamente interessada – sobre as "décadas perdidas" ou sobre heranças supostamente "malditas" – quase todas aceitas e levadas adiante –, os anos 90 foram de avanços sociais no Brasil e em outros países da América Latina (AL).

A recente publicação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) da síntese de indicadores sobre as condições sociais da população entre 1992 e 2002 deveria permitir que se abrissem os olhos para esse fato. Não para exaltá-lo e dizer que tudo está bem, mas para ver que a situação está melhorando e que os caminhos que percorremos estão certos.

Um pessimista irredutível dirá: "Mas ainda falta muito para chegarmos à situação das sociedades desenvolvidas e talvez a distância entre nós e elas esteja aumentando."

É verdade. Mas a fórmula para continuar melhorando está à disposição dos governos sérios. É preciso continuar reformando o Estado, não para diminuir-lo, mas para torná-lo mais apto. É preciso melhorar a gestão pública e entregá-la a profissionais competentes. É preciso focalizar as políticas sociais para que atinjam os mais pobres. É preciso dar continuidade aos programas sociais, avaliá-los mais, torná-los mais transparentes, mas não cair no salvacionismo da fórmula cínica e milagrosa, e assim por diante. E é preciso, sobretudo, aceitar que a estabilização da economia e a responsabilidade fiscal – juntamente com o crescimento do PIB – são os pilares do combate à pobreza e da construção da futura "sociedade do conhecimento". Não preciso insistir nos números recém-publicados. Mas vale destacar alguns exemplos. O acesso à água passou de 73,6% em 1992 para 82% dos domicílios em 2002. No mesmo período, o esgotamento sanitário expandiu-se de 56,7% para 68,1% das casas. O serviço de coleta de lixo ampliou-se de 66,6% para 84,8% dos domicílios.

Juntamente com a melhoria dessa infra-estrutura, a criação e o fortalecimento de programas específicos do Ministério da Saúde, como os de "médico da família" e "agentes comunitários de saúde", resultaram na redução da mortalidade infantil de 44 mortes para menos de 28 mortes por mil nascimentos, segundo dados de outras fontes para o mesmo período. Que a população começava a ter acesso mais amplo aos bens de consumo de massa já se sabia. O IBGE reafirma: de 1992 a 2002, o número de lares com geladeiras saltou de 71,5% para 86,7%; com máquinas de lavar roupa, de 24,1% para 34%; com TVs, de 74% para quase 90%. Apenas o número de rádios teve pequeno acréscimo porque já estava muito difundida a presença desses aparelhos.

O que se sabia com menos clareza era o quanto o nível educacional e o acesso aos meios modernos de comunicação e conhecimento haviam aumentado. Os telefones, presentes em 19% das casas em 1992, existiam em 61,6% delas em 2002! É o primeiro passo para uma expansão ainda maior do acesso à Internet. De um ano para o outro, de 2001 para 2002, os únicos para os quais há dados disponíveis, as residências que dispunham de microcomputador passa-

ram de 12,6% para 14,2%, dos quais 10,3% ligados à Internet.

No caso da educação, o avanço foi notável. A proporção de crianças entre 7 e 14 anos que não freqüentavam escolas caiu de 13,4% para 3,1%, e houve queda expressiva em todos os demais grupos de idade considerados.

É de notar o aumento da escolaridade das mulheres, dos mais pobres e dos negros. A taxa de analfabetismo caiu de 16,4% para 11,5%, em dez anos, e não voltará a crescer porque agora as crianças estão freqüentando as escolas.

Por fim, até mesmo a renda parece ter-se desconcentrado, apesar dos pesares de injustiças seculares. Li inúmeras matérias noticiando os avanços sociais, mas... a concentração de renda, diziam, ficou intocada. E lá vem o coeficiente de Gini a jogar-nos no outro lado da costa atlântica. Sem entrar em pormenores sobre os cuidados necessários para analisar esse indicador que mede a distância relativa entre os mais ricos e os mais pobres, sugiro olhar a situação antes e depois do Plano Real.

No período considerado, o ano de maior concentração de renda foi 1993. Se o tomarmos como referência, vamos verificar que os 10% mais pobres melhoraram sua renda em 44% e os 10% mais ricos em 9%, entre 1991 e 2002. Os que mais ganharam, em termos relativos, foram os que estão hoje um pouco acima dos 10% mais pobres. De fato, considerados os 20% mais pobres, o aumento da renda foi de 48%. Os únicos que perderam, de novo em termos relativos, são os que estão entre o 1% de maior rendimento, que perdeu 3% de sua renda. Teria sido esse conjunto de avanços fruto de uma política “neoliberal” ou da ação coerente de governo, buscando melhorar progressivamente o nível de vida da população, apesar das dificuldades econômicas?

Se algo claudicou, foi o mercado, e não o Estado, que, apesar dos pesares, produziu resultados palpáveis. Longe do ideal, mas também longe da percepção de um fracasso continuado.

Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, foi presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.030, de 2003 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 44, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera os artigos 7º e 24 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para isentar dos limites para operações de crédito aquelas contratadas junto ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz e aquelas decorrentes do parcelamento de débito junto a concessionárias de energia elétrica, bem como para viabilizar a regularização de operações contratadas em conformidade com os limites e condições estabelecidos pela referida Resolução, porém não autorizadas explicitamente pelo Ministério da Fazenda ou pelo Senado Federal.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.009, de 2003 – art. 336, III)

Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2003 (nº 1.858/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA, e dá outras providências.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 27, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge, que altera o § 8º do art. 62 da Constituição Federal para determinar que as medidas provisórias terão a sua votação iniciada, alternadamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.149, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães.

– 4 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Jorge Bornhausen, que *altera a redação da alínea "b" e acrescenta alínea "c" ao inciso XXIII do art. 21, e altera a redação do inciso V do art. 177 da Constituição Federal* (dispondo sobre o regime de permissão e utilização de radioisótopos, e pesquisa, lavra, enriquecimento, reprocessamento, industrialização e comércio de minerais e minerais nucleares e derivados), tendo

Parecer sob nº 1.498, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

– 5 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 11, DE 2001**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2001, tendo com primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que *altera a redação do art. 102, inciso I, alínea h, e acrescenta inciso XII ao art. 109 da Constituição Federal, permitindo ao Supremo Tribunal Federal delegar aos Juízos Federais de 1ª instância a homologação de sentença estrangeira relativa a separação judicial e divórcio*, tendo

Parecer favorável, sob nº 383, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

– 6 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 67, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o*

inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências (Reforma da Previdência), tendo

Parecer sob nº 1.486, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana, favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; com votos em separado dos Senadores Demóstenes Torres e outros, Efraim Moraes, Álvaro Dias, Arthur Virgílio, Paulo Octávio, José Jorge, Leonel Pavan e Almeida Lima.

– 7 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 668, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 668, de 2003 (apresentado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização como conclusão do seu Parecer nº 83, de 2003, Relator: Senador Luiz Otávio), que *aprova as Contas dos Presidentes da Justiça Federal, relativas ao exercício de 2000*.

– 8 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 54, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 54, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.489, de 2003, Relator: Senador Fernando Bezerra), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de doze milhões, cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para financiamento parcial do Projeto de Assistência Técnica ao Setor Elétrico Brasileiro (ESTAL)*.

– 9 –

REQUERIMENTO Nº 965, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 965, de 2003, do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2003-Complementar, de sua autoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**PARECER N.º 100, DE 2003 – CN**

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Aviso nº 85, de 2003-CN (nº 2196-SGS-TCU/2003, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1252, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Decisão que o fundamentam, sobre o levantamento de auditoria em obra de construção da BR-470/RS, subtrecho divisa SC/RS – extensão de 39 Km (lote 1 – contrato PD-10.017/2001) e subtrecho entroncamento RS/477 (Pontão) – BR/285 (Lagoa Vermelha), extensão de 39 Km (Lote 2 – contrato PD 10.018/2001, (TC nº 009.412/2003-9)”.

I - RELATÓRIO

Trata o presente parecer do Aviso nº 85, de 2003-CN (nº 2196-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1252, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Decisão que o fundamentam, constantes do Processo TC nº 009.412/2003-9, sobre o levantamento de auditoria, em obra de construção da BR-470/RS, subtrecho divisa SC/RS – extensão de 39 Km (Lote 1 – Contrato PD-10.017/2001) e subtrecho entroncamento RS/477 (Pontão) – BR/285 (Lagoa Vermelha), extensão de 39 Km (Lote 2 – Contrato PD 10.018/2001).

Os contratos em questão são financiados com recursos consignados no orçamento de 2003 ao PT 26.782.0233.3430.0101 – Construção de Trechos Rodoviários na BR-470 no Estado do Rio Grande do Sul – Construção de Trecho. Contudo, apesar de não integrarem o Quadro VII da Lei nº 10.640/2003, as obras objeto dos ajustes estão paralisadas desde o início do ano em função da Portaria nº 5, de 10/01/2003, do Ministério dos Transportes. Por meio deste ato, foi determinado aos dirigentes do DNIT a imediata suspensão de todas das obras e serviços de infra-estrutura de transporte contratadas à conta de exercícios anteriores a 2003 e em andamento até a publicação da mencionada Portaria, exceto aquelas que se enquadram nas situações referidas no art. 1º.

O TCU, por sua vez, em levantamento de auditoria nas obras de construção da BR-470/RS constatou os seguintes indícios de irregularidades:

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO NACIONAL



Contrato	Lote	Objeto	Indícios de Irregularidades
PD-10.017/2001	1	Construção da BR-470, subtrecho divisa SC/RS, entroncamento RS 477 (Pontão), segmento km 2-185 a km 37-650, e ruas laterais na travessia urbana de Barracão/RS.	<p>a) Alterações indevidas de projetos e especificações, por meio de edital, de modo a autorizar a mudança na estrutura da camada de base, de pré-misturado a frio por brita graduada.</p> <p>b) Administração irregular do contrato, em virtude do precário acompanhamento das obras.</p>
PD-10.018/2001	2	Construção da BR-470, subtrecho do entroncamento RS 477 (Pontão) – entroncamento BR-285 (Lagoa Vermelha), segmento km 37+650 a km 77,37.	<p>a) Inexistência de composição de custos dos serviços de terraplanagem, em especial, com escavação, carga e transporte de material de 1ª, 2ª e 3ª categorias, na proposta da Construtora Brasil.</p> <p>b) Classificação dos serviços de escavação, carga e transporte de materiais de 1ª, 2ª e 3ª categorias independente da Distância Média de Transporte, em oposição às Especificações de Serviços DNER-ES 280/97 e 281/97.</p> <p>c) Preços dos serviços de escavação, carga e transporte de material de 1ª, 2ª e 3ª categorias, bastante superiores aos do SICRO do mesmo período, chegando o sobrepreço a atingir 171,18%.</p> <p>d) Execução física dos serviços de terraplanagem de somente 14 km, de um total de 39,7 km, tendo atingido os quantitativos dos serviços de terraplanagem com custos superiores ao do SICRO, e praticamente inexistindo medição dos serviços com custos inferiores ou próximos aos do SICRO.</p> <p>e) Administração irregular do contrato, em virtude do precário acompanhamento das obras.</p>

No entendimento da Corte de Contas, os indícios de irregularidades são graves e ensejam a paralisação cautelar das obras com fulcro no art. 86, §2º, da Lei nº 10.524/02. Segundo consta no Relatório do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, se confirmados tais indícios, o dano ao erário também se verificará. O excessivo avanço nos quantitativos de terraplanagem, acarretando elevados desembolsos na fase inicial, aliado ao baixo custo para executar os

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

serviços de drenagem e obras de arte correntes e especiais tornam preocupantes a conclusão da obra e da qualidade de certos serviços.

Também, a falta de fiscalização adequada pode estar provocando medições de serviços distorcidas da realidade. A medição da totalidade dos serviços considerados caros e a quase inexistência de medição dos serviços com custo inferior conduzem à suspeição da fidedignidade das medidas efetuadas e, em consequência, de possível superfaturamento.

Não é demais mencionar que o art. 67 da Lei nº 8.666/93 exige o acompanhamento de contratos administrativos, bem como permite a contratação de terceiros para execução destas tarefas.

Ademais, por meio do 1º Termo Aditivo ao Contrato PD-10.017/01, de 08/02/02, foi autorizada a mudança na estrutura da camada de base, de pré-misturado a frio por brita graduada. Isso gera perda de qualidade, resistência e durabilidade do pavimento.

É o relatório.

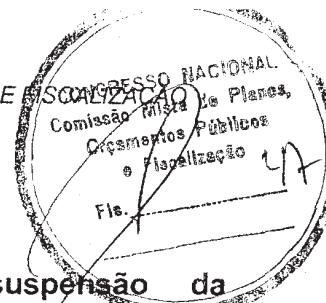
II - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, acompanho o entendimento do TCU e **VOTO no sentido de que esta Comissão determine ao Poder Executivo suspender a execução dos Contratos nºs PD-10.017/01 e PD-10.018/01, financiados com recursos consignados no orçamento do corrente exercício ao Programa de Trabalho 26.782.0233.3430.0101 (Construção de Trechos Rodoviários na BR-470 no Estado do Rio Grande do Sul – Construção de Trecho), mediante a respectiva inclusão no rol das obras com indícios de irregularidades graves, constantes do Quadro VII, anexo à Lei nº 10.640/2003.**

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2003.


Deputada PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA
Relatora

MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Dispõe sobre a suspensão da execução dos Contratos nºs PD-10.017/01 e PD-10.018/01, financiados com recursos consignados no orçamento de 2003 ao Programa de Trabalho 26.782.0233.3430.0101 (Construção de Trechos Rodoviários na BR-470 no Estado do Rio Grande do Sul – Construção de Trecho).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica vedado ao Poder Executivo liberar recursos consignados no Orçamento Fiscal da União de 2003 (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003) para a execução dos Contratos nºs PD-10.017/01 e PD-10.018/01, financiados com as dotações autorizadas no Programa de Trabalho 26.782.0233.3430.0101 (Construção de Trechos Rodoviários na BR-470 no Estado do Rio Grande do Sul – Construção de Trecho), da Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

Art. 2º - O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento das medidas adotadas pelos órgãos e entidades competentes para correção das falhas observadas nos contratos mencionados no art. 1º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição Federal, em caso de saneamento das irregularidades graves, nos termos do art. 87, §5º, da Lei nº 10.524, de 27 de julho de 2002 (LDO/2003).

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2003.


Deputada PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ofício nº S- 039/2003-CMO (CIRCULAR)



Brasília, 09 de outubro de 2003.

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o Relatório apresentado pela Deputada Professora Raquel Teixeira ao **Aviso nº 085/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1252, de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Decisão que o fundamentam sobre levantamento de auditoria em obra de construção da BR-470/RS, subtrecho divisa SC/RS - extensão de 39 Km (lote 1 - contrato PD-10.017/2001) e subtrecho entroncamento RS/477 (Pontão) - BR/285 (Lagoa Vermelha), extensão de 39 Km (Lote 2 - contrato PD 10.018/2001), (TC nº 009.412/2003-9)" o qual concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo – PDL.

Comunico, ainda, que de acordo com o estabelecido no art.35, inciso VII, letra "c" da Resolução nº 01/2001-CN, combinado com a proposta do Deputado Ricardo Barros, aprovada na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 05/06/2002, o prazo para apresentação de emendas ao Relatório e aos Projetos de Decreto Legislativo será nos dias **10 e 13/10/2003** – 02 (dois) dias úteis.

Informo, outrossim, que o formulário para apresentação de emendas ao Relatório e aos PDL's encontra-se acessível na página da Comissão na Internet.

Atenciosamente,

MYRNA LORES PEREIRA
Secretária de Comissão

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

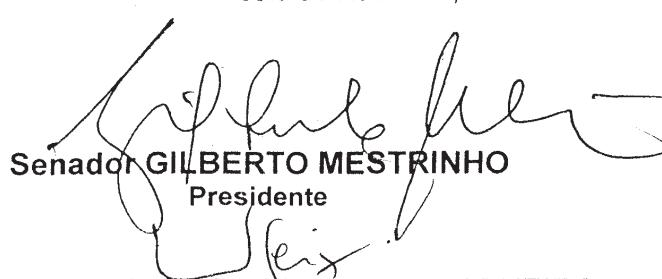


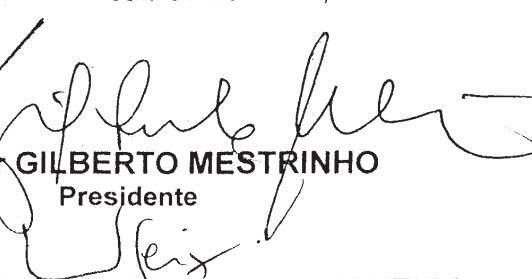
CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Primeira Reunião Ordinária, em 29 de outubro 2003, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório da Deputada PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA ao Aviso nº 085/2003-CN, com voto no sentido de que a Comissão determine ao Poder Executivo suspender a execução dos Contratos nºs PD-10.017/01 e PD-10.018/01, financiados com recursos consignados no orçamento do corrente exercício ao Programa de Trabalho 26.782.0233.3430.0101 (Construção de trechos rodoviários na BR—470 no Estado do Rio Grande do Sul – Construção do trecho), mediante a respectiva inclusão no rol das obras com indícios de irregularidades graves, constantes do Quadro VII, anexo à Lei nº 10.640/2003. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo nos dias 10 e 13/10/2003, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, João Ribeiro, Segundo Vice-Presidente, Aelton Freitas, Amir Lando, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio Amaral, Efraim Morais, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Serys Síhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-presidente, Alexandre Cardoso, Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Anivaldo Vale, Antonio Cambraia, Ary Vanazzi, Beto Albuquerque, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Nader, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Dr. Rosinha, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Homero Barreto, Humberto Michiles, Ildeu Araujo, João Batista, João Grandão, João Leão, João Magno, João Tota, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Pimentel, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Machado, Manato, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Bernardo, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zezé Ribeiro.

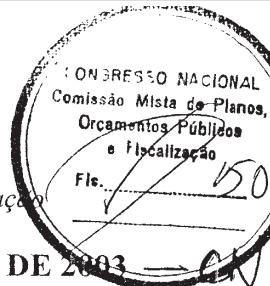
Sala de Reuniões, em 29 de outubro de 2003.


Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente


Deputada PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA
Relatora

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 12 DE 2003



Dispõe sobre a suspensão da execução dos Contratos n°s PD-10.017/01 e PD-10.018/01, financiados com recursos consignados no orçamento de 2003 ao Programa de Trabalho 26.782.0233.3430.0101 (Construção de Trechos Rodoviários na BR-470 no Estado do Rio Grande do Sul – Construção de Trecho).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica vedado ao Poder Executivo liberar recursos consignados no Orçamento Fiscal da União de 2003 (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003) para a execução dos Contratos n°s PD-10.017/01 e PD-10.018/01, financiados com as dotações autorizadas no Programa de Trabalho 26.782.0233.3430.0101 (Construção de Trechos Rodoviários na BR-470 no Estado do Rio Grande do Sul – Construção de Trecho), da Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

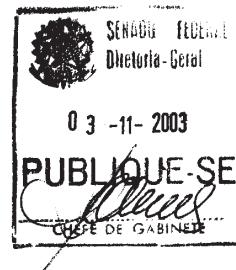
Art. 2º - O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento das medidas adotadas pelos órgãos e entidades competentes para correção das falhas observadas nos contratos mencionados no art. 1º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição Federal, em caso de saneamento das irregularidades graves, nos termos do art. 87, §5º, da Lei nº 10.524, de 27 de julho de 2002 (LDO/2003).

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 29 de outubro de 2003.


Senador **GILBERTO MESTRINHO**
Presidente


Deputada **PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA**
Relatora



Ato do Presidente nº 167, de 2003

Institui o Prêmio
Guimarães, e dá
providências.

Ulysses
outras

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º O Prêmio Ulyssses Guimarães é parte das comemorações dos 15 anos da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, organizadas pelo Instituto Legislativo Brasileiro-ILB, e consistirá na publicação, em volumes específicos, das melhores monografias sobre o tema **"A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e seus reflexos na Sociedade Brasileira"**.

Parágrafo Único – Aos vencedores será concedido o diploma respectivo.

Art. 2º O Prêmio será conferido a pessoas naturais ou jurídicas que apresentarem as melhores monografias sobre o tema de que trata o Art. 1º, observadas as seguintes categorias:

escolaridade até o 1º grau – mínimo de 02 e máximo de 10 páginas;

escolaridade até o 2º grau - mínimo de 10 e máximo de 50 páginas;

escolaridade até o 3º grau - mínimo de 30 e máximo de 70 páginas;

escolaridade acima do 3º grau ou pessoa jurídica – mínimo de 40 e máximo de 100 páginas.

§1º A monografia deverá ser apresentada em 3 (três) cópias, em letras de forma, contendo título, nome completo do autor (a), endereço postal, número do telefone, fax e endereço eletrônico.

§2º Em cada categoria serão premiadas 3 monografias.

Art. 3º As monografias serão apresentadas de acordo com as normas de apresentação explicitadas no endereço eletrônico **"www.senado.gov.br/ILB"**.

Art. 4º As monografias serão recebidas até dia 15 de fevereiro de 2004.

Art. 5º A monografia encaminhada pelos inscritos não será devolvida, podendo ser utilizada, sem ônus e sob qualquer forma, em divulgação e publicação pelo Senado Federal.

Art. 6º As inscrições poderão ser feitas na sede do ILB, Senado Federal, Brasília, DF, ou por correio eletrônico (e-mail) diplomaulysses@senado.gov.br, com a utilização da ficha de inscrição, cujo modelo está expresso no endereço eletrônico constante do art.3º.

Parágrafo Único – A inscrição implica concordância e aceitação, por parte do concorrente ao Prêmio, de todas as disposições previstas neste Ato.

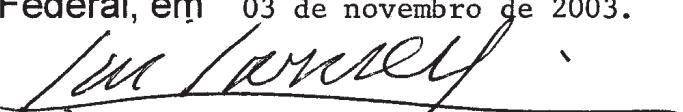
Art. 7º As monografias poderão ser entregues na sede do ILB, Senado Federal, Brasília, DF, pelos Correios, ou por correio eletrônico (e-mail) diplomaulysses@senado.gov.br.

Art. 8º O julgamento das monografias será feito pelo Conselho de Supervisão do ILB.

Art. 9º As decisões do Conselho de Supervisão do ILB não são susceptíveis de recursos ou impugnações em qualquer fase do processo.

Art. 9º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 03 de novembro de 2003.


Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

NORMAS DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO SOBRE O PRÊMIO ULYSSES GUIMARÃES

Formato: o trabalho deve ser apresentado em 3 (três) cópias, formatado no processados de textos *Word*, versão atualizada, corpo 12, fonte Times New Roman, espaçamento duplo, laudas para papel A-4, com margens de 2,5cm (superior, inferior e laterais). A quantidade de laudas poderá variar. A primeira lauda do original deverá conter: título do trabalho, nome completo do concorrente, endereço postal, telefone, fax e endereço eletrônico. Os parágrafos devem ser iniciados com recuo de 1,25cm a partir da margem esquerda.

Numeração de páginas: todas as páginas do trabalho devem ser numeradas seqüencialmente com números arábicos. Ex.: 1,2,3...

Título do trabalho: o título deve ser breve e suficientemente específico e descriptivo, contendo as palavras-chave que representam o seu conteúdo.

Resumo: deve ser incluído na segunda lauda um resumo informativo de aproximadamente 200 palavras, em português, sugerindo-se o uso das normas da NBR6028, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Agradecimentos: auxílios recebidos devem ser mencionados no final do trabalho.

Notas: nota referente ao corpo do trabalho deve ser indicada com um número alto, imediatamente depois da frase a que diz respeito. Deverá vir no rodapé do texto, sem ultrapassar cinco linhas em cada página. Ex.:

“...não só à língua dos escritores²...”

“. Vão a 770 os autores citados e a 1.610 as respectivas obras.”

Anexos: podem ser empregados no caso de listagens extensivas, estatísticas e outros elementos de suporte.

Materiais gráficos: fotografias nítidas e gráficos (indispensáveis à clareza do texto) poderão ser aceitos em versão preto e branco ou colorida. Deverão ser assinalados, no texto, pelo seu número de ordem, os locais onde devem ser intercalados. Se as ilustrações enviadas já tiverem sido publicadas, mencionar a fonte e a permissão para reprodução.

Tabelas e quadros: as tabelas e os quadros deverão ser acompanhados de cabeçalho que permita compreender o significado dos dados reunidos, sem necessidade de referência ao texto. Devem, também, ter numeração seqüencial própria para cada tipo, e suas localizações devem ser assinaladas no texto, com a indicação do número de ordem respectivo.

Referências bibliográficas: seguem a norma em vigor da ABNT. Deverão constituir a bibliografia consultada, no final do trabalho, em ordem alfabética por sobrenome de autor. As citações devem ser indicadas no texto por um sistema de chamada autor-data. A exatidão e adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto são da responsabilidade do concorrente.

Recomendações: recomenda-se que se observem as normas da ABNT referentes à apresentação de originais (NBR12256), apresentação de citações em documentos (NBR 10520), numeração progressiva das seções de um documento (NBR6024) e resumos (NBR6028).

**FICHA DE INSCRIÇÃO
PRÊMIO ULYSSES GUIMARÃES**

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº _____ / _____
Importante: Preencher de forma legível os itens da ficha.

1. Dados sobre o concorrente

Nome: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____
Telefone: (_____) _____ Fax: (_____) _____
E-mail: _____

2. Dados sobre a Monografia

Título: _____
Relato (fornecer, de forma concisa, objetivos/metas/propósitos da Monografia inscrita):

3. Local de inscrição

A Monografia deve ser entregue na sede do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, Senado Federal, em Brasília – DF, ou enviada por meio de Sedex/Correios para o seguinte endereço:

**INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO – ILB
SENADO FEDERAL**

Via N-2, Unidade de Apoio nº 5
Brasília – DF CEP 70165-900

Telefones: 0(**)61-311-5253; 311-1687 ou 311-1491

O concorrente também poderá enviar a Monografia pelo correio eletrônico (E-mail) diplomaulyses@senado.gov.br.

Outras informações poderão, também, serem obtidas via telefone.

ATO DO PRESIDENTE**Nº 168 , DE 2003**

Dispõe sobre o acesso e a salvaguarda aos documentos sigilosos do Senado Federal e do Congresso Nacional.

O Presidente do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares e considerando os Incisos X e XXXIII, Art. 5º da Constituição Federal que assegura a todos o acesso à informação, ressalvando aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, e tendo em vista os parâmetros traçados pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991,

R E S O L V E:

Art. 1º Criar a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Art. 2º Cabe à Comissão:

I – regular o acesso e a salvaguarda aos documentos sigilosos do Senado Federal e do Congresso Nacional;

II – fixar as categorias de sigilo dos documentos;

III – classificar os documentos, segundo as categorias pré-fixadas;

IV - regular a reprodução dos documentos sigilosos.

Art. 3º A Comissão é constituída por 08 (oito) membros, a seguir definidos:

I – Como Presidente, o Primeiro-Secretário do Senado Federal;

II – Como Vice-Presidente, o Diretor Geral;

III – Demais membros: Secretário Geral da Mesa, Advogado Geral, Diretor da Secretaria de Recursos Humanos, Diretor da Secretaria Especial de Informática – SEI/PRODASEN, Diretor da Subsecretaria de Arquivo e Chefe do Serviço de Arquivo Permanente.

Parágrafo Único - O Presidente da Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado Federal e do Congresso Nacional indicará um servidor para secretariar os trabalhos da Comissão.

Art. 4º A Comissão poderá criar, sempre que necessário, para auxiliá-la nos trabalhos, subcomissões com servidores da Casa envolvidos diretamente com a documentação a ser analisada.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de novembro de 2003.


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 118 , DE 2003

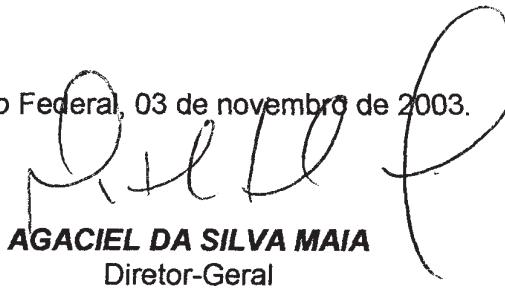
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no ato de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º - Designar para integrar a Comissão Tour dos Finais de Semana, designada pela Portaria do Diretor-Geral nº 105/2003 o servidor Nildemar Cursino Silva, matrícula 4117, em substituição ao servidor Danilo Rurik Periquito Sad, matrícula 5046.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2003.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 03 de novembro de 2003.

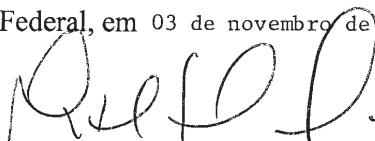

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5094, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018879/03-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SANDRA MARIA LOUREIRO TENÓRIO**, matrícula n.º 31692, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Senadora Heloísa Helena.

Senado Federal, em 03 de novembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5095 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018879/03-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DANIELLE LOUREIRO DUARTE** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Heloísa Helena.

Senado Federal, em 03 de novembro de 2003.

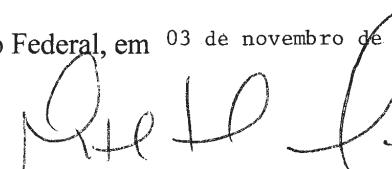
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5096 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018882/03-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SIVANILDO LOPES SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Heloísa Helena.

Senado Federal, em 03 de novembro de 2003.

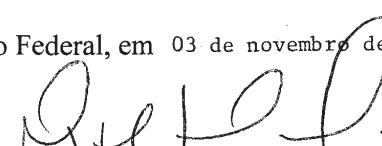

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5097 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018.792/03-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAOLA ALMEIDA DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Álvaro Dias.

Senado Federal, em 03 de novembro de 2003.

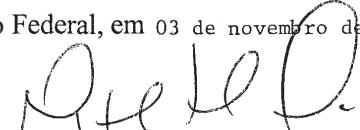

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5098 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018.825/03-6 e 018.826/03-2,

R E S O L V E exonerar **MARIA EDUARDA CAVALCANTI ROSAURO DE ALMEIDA**, matrícula n.º 32.812, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5 do Gabinete da Segunda Vice-Presidência e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 03 de novembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5099 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018.835/03-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUIZ AUGUSTO DE FREITAS ERTHAL**, matrícula n.º 34.109, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella, a partir de 31/10/2003.

Senado Federal, em 03 de novembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 6000 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018.793/03-7,

R E S O L V E exonerar **ALFREDO FERREIRA GIAMBASTIANI DA SILVA**, matrícula n.º 33.340, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5 do Gabinete do Senador Marco Maciel e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 03 de novembro de 2003.



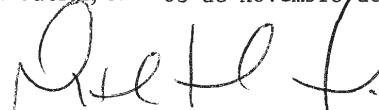
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 6001 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018.836/03-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MÁRCIA DA SILVA QUEIROZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 03 de novembro de 2003.



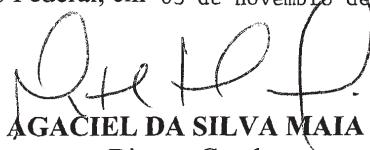
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 6002 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018.827/03-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCO ANTÔNIO COSTA JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 03 de novembro de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 6003 , DE 2003

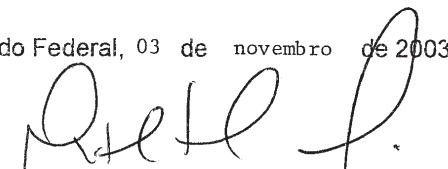
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores FRANCISCO FRANCO RIBEIRO NETO, matrícula nº 0330 e, FRANCISCO MÁRIO RIBEIRO DE BARROS, matrícula nº 4247, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 015163/00-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de novembro de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 6004 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CLEBER DA SILVA ALVES, matrícula nº 5263 e, ELOIZA SALES CORREIA, matrícula nº 4888, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 012839/03-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de novembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 6005 , DE 2003

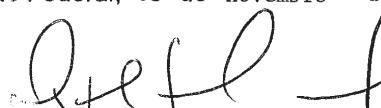
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ELIAS LYRA BRANDÃO, matrícula nº 1312 e, LUIS CARLOS PIRES RAYOL, matrícula nº 3379, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 018506/03-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de novembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 6006 , DE 2003

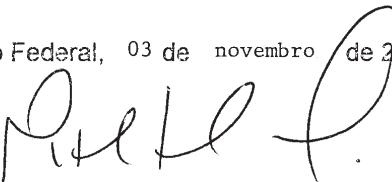
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores TADEU IZIDRO PATROCÍNIO DE MORAES, matrícula nº 2577 e, FRANCISCO MÁRIO RIBEIRO DE BARROS, matrícula nº 4247, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 016828/03-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de novembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 6007 , DE 2003

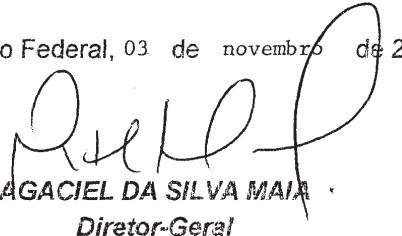
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 4552 e, CARLOS ALBERTO CORREA, matrícula nº 2544, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 018578/03-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de novembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA		
PFL	Rodolpho Tourinho	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Antonio Carlos Magalhães	PMDB	Mão Santa
PFL	César Borges	PTB	RIO GRANDE DO NORTE
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Fernando Bezerra
PT	Roberto Saturnino	PFL	Garibaldi Alves Filho
PL	Marcelo Crivella	PFL	José Agripino
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	SANTA CATARINA
	MARANHÃO	PT	Jorge Bornhausen
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Ideli Salvatti
PFL	Edison Lobão	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Roseana Sarney	PT	ALAGOAS
	PARÁ	PMDB	Heloísa Helena
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Renan Calheiros
PT	Ana Júlia Carepa	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PTB	Duciomar Costa	PFL	SERGIPE
	PERNAMBUCO	PDT	Renildo Santana
PFL	José Jorge	PSB	Almeida Lima
PFL	Marco Maciel	PMDB	Antonio Carlos Valadares
PSDB	Sérgio Guerra	PSDB	AMAZONAS
	SÃO PAULO	PDT	Gilberto Mestrinho
PT	Eduardo Suplicy	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Aloízio Mercadante	PDT	Jefferson Peres
PFL	Romeu Tuma	PSDB	PARANÁ
	MINAS GERAIS	PT	Alvaro Dias
PL	Aelton Freitas	PSDB	Flávio Arns
PSDB	Eduardo Azeredo	PDT	Osmar Dias
PMDB	Hélio Costa	PT	ACRE
	GOIÁS	PSB	Tião Viana
PMDB	Maguito Vilela	PT	Geraldo Mesquita Júnior
PFL	Demóstenes Torres	PT	Sibá Machado
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	MATO GROSSO DO SUL
	MATO GROSSO	PT	Juvêncio da Fonseca
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Delcídio Amaral
PFL	Jonas Pinheiro	PT	Ramez Tebet
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	DISTRITO FEDERAL
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Valmir Amaral
PMDB	Pedro Simon	PSB	Eurípedes Camargo
PT	Paulo Paim	PFL	Paulo Octávio
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	TOCANTINS
	CEARÁ	PFL	Eduardo Siqueira Campos
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	João Ribeiro
PPS	Patrícia Saboya Gomes	PMDB	Leomar Quintanilha
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	AMAPÁ
	PARAÍBA	PSB	José Sarney
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	João Capiberibe
PFL	Efraim Morais	PMDB	Papaleo Paes
PMDB	José Maranhão	PMDB	RONDÔNIA
	ESPÍRITO SANTO	PT	Amir Lando
PPS	João Batista Motta	PMDB	Fátima Cleide
PMDB	Gerson Camata	PMDB	Valdir Raupp
PL	Magno Malta	PPS	RORAIMA
	PIAUÍ	PDT	Mozarildo Cavalcanti
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Augusto Botelho
		PMDB	Romero Jucá

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta**

*Desfilhou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilhou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 15.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

**TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta** (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

**Desfilhou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO
TEMPORÁRIA**

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilhou-se do PMDB, em 15.09.2003.
Atualizada em 15.08.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**

**TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL – BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB – RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1.Lúcia Vânia
PDT - PPS	
João Batista Motta**	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO
TEMPORÁRIA**
(07 titulares e 07 suplentes)
Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL – BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT – SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB – RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
(vago)	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha***	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

***Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 23.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)

Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilhou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)**Vice-Presidente:** (vago)**Relator:** Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

Atualizada em 14.08.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)

Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta*	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 08.10.03.

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretaria: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)

Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilhou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 07.10.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PERMANENTE

9 (nove) titulares

9 (nove) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)

Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 23.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT –PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB – DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Moraes (PFL –PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Moraes	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
 Atualizada em 15.09.2003.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. (vago)
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta*

*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella

Vice-Presidente: Senador João Capiberibe

Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres

Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mãe Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta***	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

** Deixou o exercício do mandato em virtude da reassunção da titular Senadora Maria do Carmo Alves.

***Desfiliou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995 **3^a Eleição Geral:** 27.06.2001
2^a Eleição Geral: 30.06.1999 **4^a Eleição Geral:** 13.03.2003

Presidente: (VAGO)¹³

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL³					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ^{7 e 14}	MS	1128	1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB¹, PL¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. (Vago) ⁹	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

Notas:

(atualizada em 01.10.2003)

¹ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca até 01.10.2003, quando passou a ocupar vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilhou-se do PMDB em 15.9.2003.

¹² Eleita na Sessão do SF de 18.9.2003, em substituição ao Senador **Renildo Santana**, que ocupou a vaga de 19.3 a 15.9.2003, quando retornou a titular do mandato.

¹³ O Senador **Juvêncio da Fonseca** renunciou ao cargo de Presidente do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 25.09.2003

¹⁴ Indicado para ocupar a vaga de titular pelo PDT, conforme comunicado lido na Sessão do dia 01.10.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995
2^a Designação: 30.06.1999
3^a Designação: 27.06.2001
4^a Designação 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

Senador Eurípedes Camargo¹	Bloco de Apoio ao Governo
Senador Demóstenes Torres¹	PFL
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 14.10.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561 - sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Luiz Piauhylino (PSDB-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	1º SECRETÁRIO Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
2º SECRETÁRIO Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	2º SECRETÁRIO Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	3º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	4º SECRETÁRIO Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	LÍDER DA MAIORIA (aguardando definição)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador Efraim Morais (PFL-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Edison Lobão (PFL-MA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPILCY

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional do Senado Federal

Deputada ZULAIÉ COBRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL)⁽²⁾

IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)

PFL⁽³⁾

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)

PSDB⁽³⁾

EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
---------------------------	---------------------------

PDT

JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
---	---------------------

PPS⁽⁴⁾

MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES) ⁽¹¹⁾
-------------------------------	---

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
---------------------	--------------------------

PFL

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
-------------------------	-------------------------

PMDB

OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
---------------------------	-----------------------------

PSDB

EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
---------------------------------------	-----------------------------

PPB

LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
----------------------------	-----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
--	--

PSB

INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
--------------------------	--

PPS⁽⁴⁾

JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
-----------------------------	----------------------------

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003, conforme comunicado lido na Sessão do SF desta data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPILY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> <i>(aguardando definição)</i>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPILY (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 - Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS